

Portugueses e a imigração no Brasil

Mario Luis Grangeia



*irmãos de
além-mar?*

ESTE LIVRO ILUMINA imaginários e fragmentos de vidas entrelaçados à imigração portuguesa no Brasil, somando-se a obras sobre os antecedentes e resultantes dessa mobilidade com escala recorde para os dois países. Testemunhos de escritores e de outros migrantes ampliam a compreensão sobre fatores desse deslocamento, como forças econômicas (de atração ou repulsa), direitos e redes migratórias em ação em cada fase.

Imagens dessa cisão de vidas foram captadas na literatura lusa e via entrevistas com um grupo icônico de empreendedores: “portugueses de padarias”. Em 2000, a imigração portuguesa respondia por um terço dos estrangeiros vivendo no Brasil e fora retratada por escritores migrantes (provisórios ou definitivos), desde o século XIX, como escravatura, sorte, mal necessário, maturação, miragem, alma dividida, espera e reinvenção. E empreendedores ouvidos como uma seleta de migrantes mais recentes viram a vida no Brasil como investimento, reencontro, resistência e reinvenção. Reconstituir imaginários e vidas da maior migração em solo brasileiro vai na contramão da estigmatização de migrantes, que dá sinais de persistir nos hemisférios Norte e Sul.

Irmãos de além-mar?



UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor Roberto de Andrade Medronho
Vice-reitora Cássia Curan Turci
Coordenadora do Fórum Christine Ruta
de Ciência e Cultura



Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Marcelo Jacques de Moraes
Diretora adjunta Fernanda Ribeiro
Conselho editorial Marcelo Jacques de Moraes (presidente)
Cristiane Henriques Costa
David Man Wai Zee
Debora Foguel
João Camillo Barros de Oliveira Penna
Maria Elvira Díaz-Benítez
Tania Cristina Rivera

Irmãos de além-mar?
Portugueses e a imigração no Brasil
Mario Luis Grangeia

© 2024 Mario Luis Grangeia

Coordenação editorial
Thiago de Moraes Lins
Sonja Cavalcanti

Preparação de originais
Patricia Vieira

Projeto gráfico
Thiago Lacaz

Contratos, licenciamentos e direitos internacionais
Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação

G757i Grangeia, Mario Luis.

Irmãos de além-mar? [recurso eletrônico]: portugueses e a imigração no Brasil / Mario Luis Grangeia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2024.

1 recurso eletrônico (196 p.); digital.

Bibliografia: p. 173-183.

ISBN 978-85-7108-509-1

1. Brasil – Emigração e imigração. 2. Portugueses no Brasil. I. Título.

CDD: 305.8469081

Maria Luiza Cavalcanti Jardim, bibliotecária CRB7-1878

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fórum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

rua Lauro Müller, 5
22290-902, Rio de Janeiro, RJ
www.editora.ufrj.br

Livraria Editora UFRJ

av. Pasteur, 250 – Palácio Universitário
22290-160, Rio de Janeiro, RJ
vendas@editora.ufrj.br

Ainda que hoje este vasto império, separado de Portugal, forme por si uma nação independente por todos os títulos, não deixam contudo os brasileiros de ser irmãos dos portugueses. Porque uma grande família não pode viver reunida, segue-se por ventura daí que os membros, de que ela se compunha, sejam entre si estranhos?

Alexandre Herculano, no texto “O Brasil”, publicado em *O Panorama* (1837)

Assim como uma grande parte dos brasileiros não encobrem a aversão que têm aos que são seus irmãos de além-mar, há alguns que nos agasalham com afeto verdadeiramente fraternal; mas, infelizmente, é o menor número.

Francisco Gomes de Amorim, imigrante entre 1837 e 1846, em nota à peça teatral *Ódio de raça* (1854)

[...] em cavaqueira [conversa] é o macaco; na imprensa é o nosso irmão d’além-mar.

Eça de Queiroz, na crônica “O brasileiro”, publicada em *As farpas* (1872), sobre emigrantes retornados do Brasil

Tal como qualquer indivíduo, o Brasil tem a sua versão das origens, o seu “romance familiar” [...]. Hoje parece hesitar entre a versão do filho bastardo e a do filho de rei. É problema dele, não nosso.

Eduardo Lourenço, que lecionou na UFBA entre 1958 e 1959, no ensaio “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio”, publicado em *A nau de Ícaro* (1999)

Sendo no discurso oficial designados países irmãos, Portugal e Brasil são irmãos separados à nascença. Separados de facto, porque não cresceram juntos, não têm os mesmos códigos, nem verdadeira cumplicidade.

Leonor Xavier, imigrante entre 1975 e 1987, na Introdução de *Portugueses do Brasil & brasileiros de Portugal* (2016)

Sumário

Apresentação, 9

Do sistema migratório luso-brasileiro

Mohamed ElHajji

Introdução, 13

1. Economia, redes, direitos e emoções (1822-1888), 21

Forças econômicas em jogo no século XIX, 23

Redes e o caso de um fotógrafo do imperador, 30

Direitos e o fazendeiro à frente de seu tempo, 35

Emoções e o escritor que contraindicou a migração, 39

Emigração como mal necessário segundo três escritores, 44

2. Acolhidas e atritos na fase de fluxo em massa (1888-1930), 55

Imigração com outro perfil e volume, 56

Revezes numa epidemia e em conflitos no trabalho, 60

Estivadores, um capineiro e vidas periféricas, 64

Imigração como maturação e miragem para um romancista social, 68

Maturação e alma dividida para doutor ex-lavrador, 74

Espera para militar que virou memorialista em São Paulo, 77

Olhares íntimos nas cartas de chamada, 81

3. Recuo e redefinições na imigração em queda (1930-1950), 87

Menor fluxo Portugal-Brasil: antecedentes e novas leis, 88

Imigração como um mercado, segundo se leu na imprensa, 91

Tardio “mata-marinheiros” no Recife e falta de pão em São Paulo, 94

Na transição de “navio do destino” para “navio da amizade”, 101

4. Novos significados atribuídos na retomada relativa (1950-1970), 103

Imigração como reinvenção para atriz que se fez política, 106

Reencontro para três famílias imigrantes no Rio de Janeiro, 113

Resistência para empreendedores em Minas

Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, 119

Investimento para dois amigos e dois sócios, 126

Reinvenção para imigrantes em Niterói, Curitiba e São Paulo, 134

Reinvenção familiar para cantor-empresário icônico, 142

5. Memórias de uma imigração cadente (após os anos 1970), 149

Imigração como reinvenção para jornalista-escritora, 151

Reencontro aos olhos de um filho e uma esposa, 157

Investimento aos olhos de um confeitiro e sua ex-patroa, 160

Brasil e Portugal têm estranhamento entre si,

segundo jornalista-escritor, 162

Epílogo, 165

Referências, 173

Créditos das figuras, 185

Nota pessoal e agradecimentos, 189

Apresentação

Do sistema migratório luso-brasileiro

Mohammed ElHajji

professor titular da UFRJ

COMO ABORDAR A QUESTÃO migratória transnacional? Como identificar suas múltiplas facetas e situá-las em seu contexto social, cultural, econômico e político? Que métodos e que teorias adotar no afã de adentrar sua historicidade e projetar suas implicações a médio e longo prazo? Como definir o grau de sucesso da empreitada migratória – seja em nível individual ou comunitário? Essas são questões gerais que se aplicam ao fenômeno de modo amplo, permitindo o esboço de uma imagem inteligível do objeto de pesquisa e estudo.

No entanto, nem todas as migrações, nem todas as práticas migratórias em toda época e todo lugar são iguais ou passíveis de apreender a partir dos mesmos parâmetros. Há situações nas quais a problemática, pelo particularismo de sua história e especificidade de sua significância social e cultural, exige uma aproximação igualmente exata e *sui generis*. Cenários nos quais, além das possíveis generalizações paradigmáticas e metodológicas, é preciso afinar as claves que concedem ao evento sua identidade própria.

É o caso das dinâmicas migratórias entre Portugal e Brasil, que comecem já nos primórdios da colonização e se estendem até os deslocamentos contemporâneos; iniciando-se como percursos em sentido único para se tornarem, ao longo do tempo, trocas demográficas mútuas e contínuas. Dinâmicas que configuram, ao mesmo tempo, as bases estruturais da relação sistêmica entre os dois países e as manifestações conjunturais decorrentes do contexto social ou político que determina o sentido dos fluxos.

Primeiro, trata-se, originalmente, de uma relação imperial/colonial na qual os fluxos humanos cumpriam um papel social, cultural e político de posse, ocupação e formação da nova nação e transformação da matriz primordial. Em termos simbólicos e imaginários, além da possibilidade de enriquecimento material, a passagem Norte-Sul era (e, em alguma medida, continua sendo) prenha de uma forte carga fantasmagórica de cunho libidinal e subjetivação emancipatória.

Para os portugueses, antes de ser um destino geográfico, o Brasil é um lugar imaginário, um escape mental do rígido arcabouço social ibérico, marcado pela tradição e pelo rigor moral. Não seria muito arriscado afirmar que, no fundo, todo português tem algum tipo de fantasia associada aos trópicos e a suas criaturas fantásticas.

Por outro lado, não são muitos os exemplos, na história moderna da humanidade, em que a relação entre colonizador e colonizado inverte os polos do poder e a pirâmide societal. Passada a era colonial, Portugal é rebaixado de seu *status* de metrópole à figura indigente do “portuga” (aparentemente) simplório que só cabe no humor raso e preconceituoso que conhecemos. O próprio falar luso é reduzido à condição de “sotaque”, e suas expressões gramaticais e sintáticas consideradas como meros regionalismos.

No entanto, apesar ou em função dessa dialética identitária, as trocas entre os dois lados do Atlântico vão se consolidando enquanto “recoo estratégico” para ambas as partes. A cada episódio de crise econômica ou política em um dos dois países, constata-se uma densificação subsequente dos fluxos rumo ao outro. Mobilidade que pode ser definitiva ou temporária, assemelhando-se, às vezes, mais a uma transumância sazonal que a uma emigração no sentido tradicional.

Assim, ao longo das décadas, a circulação entre a península e o subcontinente vai se tornando um reflexo espontâneo, quase natural, reforçado pela língua comum e respaldado na figura jurídica da “igualdade de direitos” – ilustração eloquente da continuidade cidadã e subjetiva entre os dois territórios. Brasileiros em Portugal ou portugueses no Brasil, o movimento histórico, geográfico e simbólico permite ao sujeito migrante experimentar modalidades inéditas de ser, simultaneamente, o mesmo e o outro: uma alteridade próxima ou uma mesmidade distante; uma forma identitária relativa e relacional, na qual as posições de anfitrião e hóspede são continuamente compartilhadas e intercambiáveis – se não, francamente embaralhadas.

Apresentação

De fato, essa atração recíproca acaba constituindo propriamente um sistema migratório (luso-brasileiro) único. Do mesmo modo que a Terra e a Lua formam um sistema único – sendo “dois corpos unidos por uma forte ligação gravitacional e afetando-se mutuamente” –, as migrações (ou seriam elas, no plano macro-histórico, transumâncias?) entre Brasil e Portugal não podem ser compreendidas sem considerar esse aspecto sistêmico da relação entre os dois povos, suas culturas e suas identidades.

O livro de Mario Luis Grangeia nos proporciona, justamente, os recursos fenomenológicos necessários para a compreensão da temática em sua totalidade e abrangência. Seu método, plural e modular, permite montar a imagem geral dessa realidade histórico-subjetiva em segmentos ao mesmo tempo autônomos e complementares. O resultado é um *puzzle* progressivo que se revela, no final, uma obra plena e oferece uma paisagem completa e inteligível do fenômeno.

Observação, conversação, testemunho, análise discursiva, relato historiográfico ou arqueologia documental, a abordagem panorâmica por ele adotada se destaca por sua acessibilidade, compreensibilidade e amplitude. Ilumina as várias facetas e níveis do objeto exposto de modo igual, sem deixar ângulos cegos ou regiões obscuras; e retrata desde os aspectos materiais de ordem econômica, política e jurídica até as dimensões de cunho simbólico como as práticas culturais, as relações sociais ou a produção de imaginários relacionados a essa mobilidade histórica.

No entanto, o principal diferencial do estudo de Grangeia é a sua potência narrativa, seu estilo convidativo e sua enunciação exata, que tornam sua leitura não apenas agradável, mas sobretudo uma experiência subjetiva viva, afetiva e absolutamente humana – como um caloroso abraço fraterno.

Introdução

SETEMBRO DE 1822: O BRADO DE D. PEDRO no Ipiranga ecoou tanto na independência como ao converter portugueses de além-mar em estrangeiros neste solo mãe gentil. Desde então, esses lusos deram rosto ao maior dos fluxos migratórios vividos por esses dois países, que reataram laços três anos após a cisão. Anos 2020: no Brasil, a emigração atingiu patamar recorde – com o país ibérico como um destino preferencial – e portugueses perderam o posto de maior grupo imigrante para venezuelanos que cruzaram a fronteira; no mundo, casos de xenofobia sobem.

Olhares sobre a imigração são reconstituídos adiante, frisando vidas e imaginários da maior entrada de estrangeiros cá. Se migrações futuras serão vistas mais como acolhida ou repulsa, não se sabe, mas... e como foi até aqui? Mais do que relevante, a migração é pauta necessária.

Cinco séculos após a frota cabralina atracar, um em cada três imigrantes também tinha origem em Portugal: entre 510 mil estrangeiros recenseados em 2000, os portugueses (34,5%) eram seguidos a distância por donos de passaportes de Japão (10,5%), Itália (8,6%) e Espanha (7%) (IBGE, 2000). O fato de portugueses terem sido essa maior parcela é outro atrativo para atentar a suas sagas. Eles responderam por quase 1,6 milhão (31%) das mais de 5,1 milhões de entradas oficiais entre 1884 e 1984 (Villas Bôas; Padilla, 2007); somando clandestinos, estimam-se em quase 2 milhões o número de imigrantes entre 1886 e os anos 1970 (Scott, 2012).

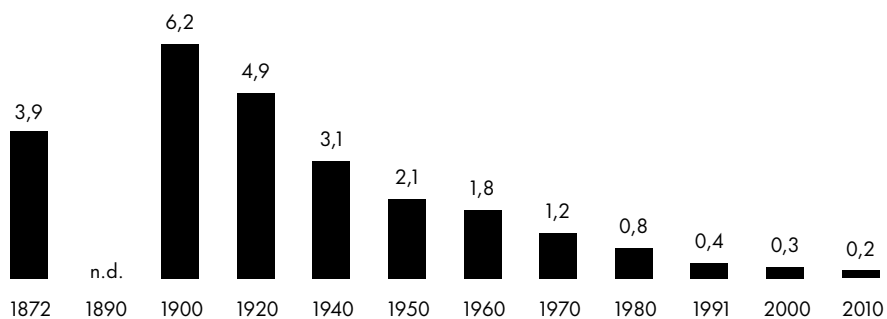


gráfico 1 Brasil e porcentagem de estrangeiros/naturalizados na população (1872-2010)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de IBGE, 2022.

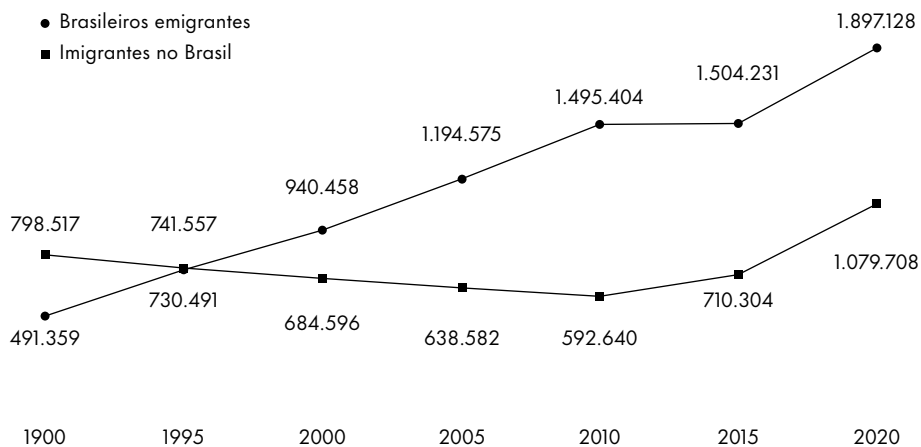


gráfico 2 Brasil e fluxos migratórios (1990-2020)

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados de UN DESA, 2020.

Introdução

Às vésperas dos quinhentos anos do “descobrimento”, brasileiros foram indagados sobre como viam portugueses e o que mais citaram ao Datafolha foi “trabalhador” e “avarento” (26% e 19%) – “honesto”, “ambicioso”, “ignorante”, “explorador” e “amigo” alcançaram de 4% a 7% das menções. Os atributos mais comuns remontariam a impressões deixadas por imigrantes do início do século XX, quando muitos prosperaram no comércio (Imagem..., 1999). Trabalhadores e avarentos ou não, os lusos eram associados ao afinco em padarias, restaurantes e outros estabelecimentos, como se via ali. Ou na balada *Telegrama*, na qual Zeca Baleiro cita a vontade “de beijar o português da padaria” (Baleiro, 2002, faixa 4).

A imagem do português dono de padaria, corrente em tantas cidades brasileiras, inspirou minhas primeiras entrevistas para captar o imaginário da imigração. Parti dessa figura popular para ouvir memórias não exclusivas aos panificadores. Cada diálogo ia além de estereótipos e foi depois valioso para este ensaio que põe em questão o mito da receptividade brasileira nata a imigrantes; afinal, portugueses sofreram sérios ataques entre o Primeiro Reinado e a Primeira República. Mal iniciado o ano do bicentenário da Independência, uma polêmica se leu na imprensa quanto à existência ou não de um sentimento antilusitano no Brasil: o jornalista Carlos Fino (2021) diz tê-lo demonstrado no livro fruto da tese defendida nas Universidades do Minho e de Brasília; seis acadêmicos ouvidos pela *Folha de S. Paulo* (Miranda; Paixão, 2022) negaram haver lusofobia.¹ Embora não seja meu intuito inicial, quem lê este livro talvez extraia conclusões sobre essa controvérsia de longa data. Afinal, na raiz deste texto esteve uma inquietação afim àquela: como a imigração no Brasil é retratada por portugueses, imigrantes mais “da casa” (por compartilhamento de idioma, sobrenomes, etc.)?

Esta pátria desde cedo mestiça já foi habitada por mais imigrantes em tempos remotos – sobretudo por europeus após o fim tardio da escravatura formal em 1888; no entanto, menos de 0,5% da população é estrangeira há décadas (gráfico 1), bem abaixo de outros países nas Américas, como Canadá (21,3%), Estados Unidos (15,4%) e Argentina (4,9%) (UN DESA, 2020).

Imigrantes da antiga metrópole costumavam ser a maior parcela dessa minoria, mas houve uma ultrapassagem recente por venezuelanos após a

1 Ver capítulo 5.

crise humanitária local ao fim dos anos 2010. Ainda que o Brasil ainda seja um “país de imigrantes”, não deixa de ser, mais recentemente, um “país de emigrantes” (gráfico 2).

* * *

Ouvindo “portugueses do Brasil” e lendo obras suas e de não imigrantes, quis valorizar seus olhares e reduzir lacunas de estudos migratórios nos dois lados do Atlântico, vindas das tantas nuances que as tornam inesgotáveis. Há tempos que se pesquisam os portugueses não mais colonizadores, mas tal bibliografia deu relativamente menos voz aos próprios imigrantes.

O par de focos sobre a imigração apresentado adiante – memórias pessoais e imagens literárias – tem sido preterido em prol de outras abordagens. Em Portugal, estudou-se mais o período até 1930, perfis de emigrantes, efeitos locais da emigração e estímulo à circulação comercial e de capital; aqui, predominaram estudos estatísticos, de papéis sociais e econômicos do imigrante, rivalidade entre as populações e a imagem recíproca – segundo Eulália Maria Lobo (2001), que viu três períodos na imigração lusa no Brasil, país onde foi a primeira mulher a se doutorar em História: *boom* (1888-1930), declínio (1930-1950) e retomada (1950-1970). Desde então, o fluxo viveu declínio definitivo e as pesquisas sobre o tema se diversificaram, mas certas lacunas permaneceram. A presença tão majoritária de portugueses no Rio, por exemplo, levou a historiadora Lená Medeiros de Menezes a falar de uma longa “invisibilidade pelo peso da presença” na cidade (Menezes, 2020, p. 22).

Documentos de diplomacia e outros textos oficiais são as fontes mais citadas há décadas. Para Joaquim da Costa Leite, autor referência sobre a emigração lusa, os migrantes raramente entraram nesse debate, mais frequentado por políticos, burocratas, diplomatas e outros agentes interessados: “São raros os esforços de simpatia, no sentido de tentar compreender os emigrantes do ponto de vista das suas próprias dificuldades e oportunidades”, notou (Costa Leite, 2000, p. 181).

Minha curiosidade pela imigração lusa foi despertada num atrativo cultural que gostei de conhecer em São Paulo: o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, com milhares de fotos e outros itens representativos de uma das maiores comunidades nipônicas no exterior. O tema voltou a me

Introdução

atizar no encantador Museu da Migração Japonesa ao Exterior, que pude visitar quando Yokohama sediou o Congresso Mundial de Sociologia, em julho de 2014. Nos dois museus, informei-me, comovi-me e constatei o quanto ignorava outra migração: a que fez minha família materna dar adeus à Bairrada.

A autocrítica de ignorar tanto das raízes familiares me fez criar um projeto de pesquisa e tive êxito ao inscrevê-lo numa bolsa do Centro Nacional de Cultura (Portugal). A partir dali, brotaram um *blog* (Grangeia, 2017a) e um primeiro artigo (Grangeia, 2017b), além da conjectura deste livro. Depois, aprofundei-me no tema ao estudar imaginários da imigração no Brasil por meio da literatura portuguesa, o que rendeu o projeto apoiado pela Fundação Biblioteca Nacional, raiz de quatro artigos (Grangeia, 2018, 2019, 2020a; Grangeia; Souza, 2020) e dois capítulos de livros (Grangeia, 2020b, 2021), e que se mostraria crucial à pesquisa e redação desta obra. Mais recentemente, tive enorme satisfação em me somar aos cerca de 150 colaboradores do projeto Portugueses de Papel, coordenado a partir da Universidade de Lisboa, que dicionariza personagens lusos na prosa de brasileiros (Lima Barreto e Carlos Heitor Cony são autores de obras que já verbetei).

* * *

Ondas migratórias têm algo em comum com pães. Assim como o pão de sal ou de milho têm ingredientes além do tempero e da farinha que lhes dão nome, migrações não resultam de um só fator – ainda que não seja raro migrantes atribuírem suas vidas cindidas a uma razão sem atentar a outras. Tal paralelo é fácil de notar na imigração lusa no Brasil, como se lê a seguir.

O capítulo 1 reúne matérias-primas de migrações internacionais no século XIX: forças econômicas, redes, direitos e – como acrescento – emoções. Nesse capítulo, indico que a *economia* fomentou o fluxo Portugal-Brasil, até sob crítica de dois políticos dos Açores, e friso outros ingredientes através de exemplos de três personagens: *redes* para um fotógrafo da família imperial, *direitos* para o cafeicultor pioneiro na recusa ao trabalho escravo e *emoções* para o retornado que virou escritor e contraindicou a migração para o Brasil, retratando-a ora como escravatura, ora como sorte. A ponderação de fatores da migração prossegue nas críticas de três escritores não migrantes: Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz.

O capítulo 2 retrata acolhidas e atritos frente à imigração em massa (1888-1930). Nele, noto mudanças nos perfis e volumes da chegada, com revezes como a epidemia de febre amarela. Miro ainda vidas reais em relatos de João do Rio e Lima Barreto sobre lusos no mercado de trabalho na capital. E realço imagens da imigração nas obras de escritores outrora imigrantes: para Ferreira de Castro, um escritor canônico em Portugal que morou no Pará, a migração foi maturação ou miragem; já Miguel Torga, ex-lavrador em Minas Gerais que virou médico em Lisboa, a tratou como maturação e alma dividida; e para João Sarmiento Pimentel, militar que se tornou memorialista em São Paulo, foi espera, ao menos no início. Após imagens literárias, releem-se trechos de cartas de chamada, exigidas na emissão de passaporte, e impressões que fixaram.

O capítulo 3 expõe recuos e redefinições dos anos 1930 a 1950. Se os direitos estão na migração como o fermento em pães – incorporá-los é chave para a massa crescer –, mudanças legislativas precederam ora aversões, ora favorecimentos à entrada de lusos. As alterações se sentiram em várias arenas apresentadas nesse capítulo, tais como editoriais da imprensa, um motim de tons nacionalistas que criou um estigma no Recife, lutas trabalhistas na panificação da São Paulo dos anos 1930 e até por meio do transatlântico que reforçou a frota que dava vazão aos emigrantes e depois acabou em desuso.

Nos capítulos 4 e 5, a migração ganha novos imaginários. Neles, abordo memórias de quem migrou na retomada relativa (1950-1970) e no declínio definitivo (após anos 1970) captadas em duas dezenas de entrevistas feitas em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Natal, Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo. De-las extraí significados da migração para os migrantes: reencontro, para famílias divididas e reaproximadas; resistência, para quem vislumbrou uma rota para fugir do arbítrio; investimento, recorrente entre quem viajou na busca de ascensão social, mais rara em Portugal; e reinvenção, termo autoexplicativo. Imaginários surgem nas memórias, podem ser múltiplos e se sobrepor, afinal vivências são significáveis de várias formas. Além de memórias de panificadores, trato ainda das de dois ícones lusos aqui – a atriz Ruth Escobar e o cantor Roberto Leal – e de dois autores ilustres lá – Leonor Xavier e Carlos Fino.

Por fim, indago-me se é válida, à luz do histórico recuperado neste livro, a referência feita nos dois lados do oceano a portugueses e brasileiros como “irmãos d’além-mar”. Desde já, antecipo que sou mais dado a perguntas abertas que a respostas fechadas. Mas fica aqui o convite a leitores dispostos a me acompanharem neste percurso que atravessou águas e séculos.

* * *

1

Economia, redes, direitos e emoções (1822-1888)

PÃES SÃO FEITOS COM farinha, água, fermento e sal. E podem ter óleos, ervas, frutas, etc. Já migrações contam com forças econômicas, redes e direitos (Hollifield, 1992), trio ao qual incluo outro item: emoções.

Forças econômicas são como farinhas – fazem toda a diferença. Trigo, milho, centeio e outros cereais geram farinhas únicas, e o ideal é que amadureçam por ao menos um mês. Forças econômicas amadurecem até a migração e são tantas quanto cereais, como se lerá em enquetes oficiais atribuindo a emigração lusa a fatores como pobreza e ação de aliciadores. O idioma em comum também não pode ser desconsiderado, e foi um diferencial empregatício para esses emigrantes. No século XIX, muitos açorianos ponderaram prós e contras e decidiam trocar o arquipélago pelo Brasil; houve desafios locais a um filho paraense de português e a um visconde filho da terra.

Redes são como a água, que no pão dá elasticidade, ajuda a multiplicar o fermento e a dissolver sal e açúcar, distribuindo-os melhor. Nas migrações, redes as expandem e as redistribuem – como quando centenas de crianças e jovens do Minho se fixaram no Recife dos anos 1840 com apoio de quem chegou antes, inclusive o órfão que seguiu passos do irmão e, somando talento e rede de suporte, tornou-se fotógrafo da família imperial brasileira.

Também têm algo em comum direitos e fermento. No forno, este amplia e dá maciez à massa. Aqueles, fruto de leis de países de origem e de destino, são decisivos a migrantes, pois podem alterar volume, adaptação à terra e



1 Mapa do Primeiro Inquérito Parlamentar da Emigração Portuguesa (1843)

vivências (mais doces ou salgadas?). Um comendador no interior paulista provou que direitos importam no fluxo migratório ao inovar nos laços de trabalho em sua fazenda. Uma lei tinha proibido o tráfico de africanos escravizados, mão de obra mais usual.

No pão, o sal pode inibir e desidratar o fermento ou deixar a massa mais elástica. No paralelo aqui estabelecido, são como lágrimas (emoções em geral): inibem ou expandem e reduzem apego. Se o sal entra no início, o miolo afina; no fim, fica mais irregular. Ao entrarem na migração, emoções também fazem diferença. Migrantes que o digam. O minhoto Gomes de Amorim odiou trabalhar na Amazônia e abordou a migração como escravatura branca. Virou escritor e criou personagens críticos da migração mesmo após voltar a Portugal com saudade do Brasil. A migração é vista ainda como “mal necessário” por três escritores de renome: Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz. Um só mal (ou bem) com tantos olhares.

Forças econômicas em jogo no século XIX

Para deputados portugueses em 1873, havia “clamor uniforme contra a emigração”

Até a chegada do colonizador, o pirão no Brasil era escaldado: indígenas derramavam caldo de peixe ou carne na farinha de mandioca fazendo o *pirô* (no nheengatu, ou língua geral). O pirão cozido, introduzido por portugueses e com farinha lançada no caldo fervente até obter consistência, vinha de papas e purês de cereais, base da nutrição de camponeses na Europa. A distinção partiu de Câmara Cascudo, para quem o pirão escaldado exigia sabedoria ao espalhar caldo quente na farinha e misturar sem queimar os

dedos, talheres naturais (Cascudo, 2004). O pirão, para ele, é sinônimo da alimentação no Brasil – daí ditos como “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Essa expressão corrente entre brasileiros pode ser menos conhecida por portugueses, mas não o que indica: quem trata logo de si se não há o bastante para todos. Em fases de pouca farinha, a migração pareceu para muitos o meio de ganhar o pão. Foi o que se viu na sondagem parlamentar de 1843 recuperada pelo historiador Fernando de Sousa (2010). Eis as conclusões da primeira pesquisa oficial sobre a emigração: o Brasil era o destino da massa

Irmãos de além-mar?

de portugueses, exceto os da Madeira e dos Açores; além dessas ilhas, emigra-se sobretudo do noroeste; a emigração clandestina era forte nas ilhas e no Norte; ninguém defendia medidas antiemigração (era consensual sua necessidade e utilidade) e se julgava que travá-la traria prejuízos altos às regiões de origem, uma “calamidade”, injustiça e desumanidade, dizia-se no Minho e nas ilhas; e as causas da emigração seriam múltiplas:

- pobreza das classes populares, sobretudo nas ilhas;
- guerras civis recorrentes;
- fuga ao serviço militar;
- antigas relações sociais, econômicas e de parentesco entre as duas populações;
- exemplo de “brasileiros ricos” retornados;
- vedação do acesso de “filhos segundos” da classe média a bens dos pais (dirigiam-se para a vida religiosa até 1834);
- vínculos com base territorial da nobreza (os chamados “morgados” e “capelas”);
- atuação de recrutadores de associações brasileiras de colonização, nas ilhas;
- agiotagem de judeus e queda na exportação da laranja devido às doenças nos Açores; e
- crise vinícola na Madeira.

Cinco dessas causas de meados do século XIX partiam de forças econômicas: pobreza; acúmulo de renda pelos retornados; recrutamento de colonos entre ilhéus; queda de mais de 300% no preço do vinho na Madeira, onde o produto era quase único; e “decadência” dos Açores, em razão da praga letal em laranjais e do “tráfico comercial dos judeus”, cuja agiotagem forçava tantos açorianos a migrarem e buscarem “a par do boçal africano uma mísera fortuna nas roças do Brasil” (Sousa, 2010, p. 281).

Secular para portugueses, a emigração renovou traços na segunda metade dos Oitocentos. Muitos europeus ocidentais viam os modos tradicionais de vida modificados por fatores econômicos como expansão do capitalismo, industrialização, urbanização e avanços no transporte, sobretudo ferroviário, para rotas nacionais e internacionais. Para o historiador Joel Serrão (1972), a emigração de países tradicionalmente agrários tinha causa geral e profunda:

o baixo nível econômico de zonas rurais. Portugal tinha crescido lentamente sem satisfazer a demandas correntes. Daí a emigração, facilitada por linhas férreas, que eram vias econômicas e rápidas até os portos. Muitos se desiludiram, ainda mais após o fim do tráfico de africanos escravizados.

Um diagnóstico bem distinto sobre a emigração se leria trinta anos depois daquele pioneiro. Quando deputados produziram um relatório em 1873, o início era taxativo sobre os objetivos: “Senhores: levantou-se no reino clamor uniforme contra a emigração. O facto não era novo; era, porém, nova a forma que a emigração tomara, e avultado o número de operários rurais emigrados nos últimos tempos” (Portugal, 1873, p. 3).¹ Era dado o alerta oficial contra a emigração de camponeses – ao contrário de 1843, quando a migração foi considerada útil e necessária e limitá-la, uma “calamidade”.

Entre uma sondagem e a seguinte, Portugal viveu mudanças. Dessa vez, parlamentares viram dois males: a saída de braços válidos para o trabalho e a condição servil que se dizia que parte dos emigrantes na América do Sul eram mantidos por fraude, violência e leis locais. Daí seu anseio de verificarem causas da emigração e riscos de portugueses perderem direitos civis nas Américas, por força da lei ou malícia. O relatório destacou duas causas já vistas na *Bíblia*: a aspiração e a miséria, que movimentam homens. Remontando à ida de Abraão ao Egito para evitar a fome e citando deslocamentos sazonais da andorinha, de peixes e de feras, viram na migração um direito natural. Deputados viam um benefício valioso na união de laços quebrados da família humana, dispersos por convulsões físicas; e viam portugueses na linhagem de gregos e fenícios:

1 N. do Ed.: Apesar de perderem parte do sabor original, as citações em português relativas aos séculos XIX e XX foram atualizadas para a norma ortográfica vigente em 2024. Fazem parte dessa lista os textos de Almeida (1913), Amorim (1869, 1881, 1870 e 1871), Ariano Filho (1911), Barreto (1915), Castilho (1877), Castelo Branco (1887), Cartas (1863), Ecos (1930), Enterros

(1912), Inspetoria de Imigração do Estado de São Paulo no Porto de Santos (1921), Marques (1915), Monte-Negro (1872), Nova Louzã (1872), Ortigão (1887 e 1890), Portugal (1873), Queiroz (1890 e 1891), Oswaldo Cruz (1903), Rosa (1921), Santos Júnior (1891) e a reportagem de *O Globo* de 6 de agosto de 1935 exibida na página 92.

A nós cabe avultadíssimo quinhão na partilha da glória que resulta dos serviços que, continuadores da sua iniciativa, prestamos à civilização e ao progresso humano.

Está na face do mundo gravado o sinal da nossa passagem nas paragens mais distantes. Obedece ao domínio português a maior parte da África. Na Índia e na China temos ainda senhorio de algumas cidades. Formam parte do reino as ilhas adjacentes. O Brasil é filho nosso. Demos-lhes a luz, a civilização, a língua, a literatura, a independência, e até a família reinante lhe demos.

A emigração para aquele império não é, portanto, senão a consequência necessária das estreitas relações que ligam dois povos aos quais são comuns costumes, leis e comércio. (Portugal, 1873, p. 6)

As causas citadas iam além da narrativa bíblica: países velhos estavam “exaustos” e os novos, “brotando fertilidade” e oferecendo remunerações maiores. Quem tivesse pouco capital e meios de trabalho teria no novo mundo “terra barata e fértil, clima suave, leis humanas e todos os elementos para adquirirem rapidamente fortuna, que de certeza não encontrarão nunca nos contratadores a quem se têm hipotecado, mormente para pontos onde longo hábito da escravidão faz considerar sinônimo o colono e o escravo” (Portugal, 1873, p. 47-48).

Um levantamento da vida dos imigrantes no Brasil se deu num questionário de 24 itens para cônsules responderem para os parlamentares. Sondava, por exemplo, se as leis eram iguais para o brasileiro, o português e outros, e até se lusos seriam imigrantes preferidos para serviços e o porquê (Pereira, 2002). Do Rio de Janeiro, o cônsul-geral Antonio de Almeida Campos reputou como imprecisos os dados de entrada e, por ignorar clandestinos e barcos a vapor, incompletos. Nos dez anos anteriores, havia 49.610 entradas por veleiros, sobretudo de homens (35.740) solteiros (22.500 desses). Migrantes engajados oralmente e com contratos informais (os regulares eram poucos) predominavam, e eram muito comuns os analfabetos e os menores de 14 anos, quase todos desprotegidos. “É fácil prever o que acontece com estas pobres crianças, as quais em semelhantes circunstâncias entregam-se desde logo à fácil vida de vagabundos, indo mais tarde encher as prisões e ocupar o banco dos réus nos tribunais”, lamentou Campos (1872 *apud* Pereira, 2002, p. 255), que viu crianças consignadas a fazendas terem de assumir trabalhos

tão duros aos quais nem sempre resistiam. Ao responder se portugueses seriam imigrantes preferidos para serviços agrícolas e industriais, Campos deu uma resposta entre o juízo de fato e o de valor: “São preferidos os emigrantes portugueses em razão da identidade de língua, crenças religiosas e costumes entre eles e os nacionais, e principalmente pela sua sobriedade e amor ao trabalho” (Campos, 1872 *apud* Pereira, 2002, p. 262). Além de citar similaridades culturais, o cônsul-geral frisava atributos cuja singularidade portuguesa tinha um quê subjetivo.

O relatório tinha ainda avaliações como a crítica do diplomata britânico Phipps, lotado no Rio de Janeiro, à alegada reserva de mercado aos lusos: “sendo comum a raça e a linguagem, prosperam naturalmente mais do que os outros emigrantes. Eles constituem uma classe ou tribo (*guild or clan*), e [...] nenhum artista europeu do norte pôde emigrar para o Brasil com alguma esperança de encontrar colocação” (Phipps, [s.d.] *apud* Portugal, 1873, p. 9; grifo no original). Phipps se queixou do monopólio de portugueses nas artes e no comércio – sobretudo no Rio –, enquanto o cônsul-geral Campos criticava o tratamento a seus compatriotas no porto. Ao responder à pesquisa oficial, atacou a prática de desembarcar a bagagem de português via alfândega, por 1.000 réis por volume, enquanto outros estrangeiros teriam bagagens vistas a bordo sem custo (Pereira, 2002). Isto é: eventuais favorecimentos a portugueses partiam menos do poder público e mais da iniciativa de imigrantes unidos numa rede.

“Em vez de realizarem o que almejam todos os que emigram para o país, isto é, serem proprietários, ao contrário os nossos compatriotas emigrantes vêm substituir os escravos nas fazendas!”, respondeu à sondagem o advogado do consulado geral de Portugal Domingo José Bernardino de Almeida (1872 *apud* Pereira, 2002, p. 277), acrescentando: “Nenhum europeu suporta o clima dos trópicos no serviço em que até hoje têm sido empregados os escravos, e no império é esse o único para que são engajados os nossos compatriotas” (1872 *apud* Pereira, 2002, p. 277). Ele ilustrou tal quadro citando sua ida em 1856 à fazenda onde viu cinco portugueses recém-chegados com mais de 30 anos (quatro homens e uma mulher) que, com africanos escravizados, trabalhavam na lavra e fabrico de tijolos da alvorada até 9 horas da noite sob jugo do feitor e dormiam em senzalas – “casas de residência dos pretos” (1872 *apud* Pereira, 2002, p. 278) descritas como quarto sem assoalho, a cama estreita e uma pedra como mobília para se sentar:

Irmãos de além-mar?

Sujeitos a trabalho insano e longo (mais de quinze horas por dia!) com a alimentação má e pior casa para dormir, ficaram em dois meses e meio reduzidos a pele e ossos, verdadeiras múmias, e morreriam se não fugissem! Este quadro fiel é com pequenas modificações o que se passa no interior do país. (Almeida, 1872 apud Pereira, 2002, p. 278)

No relato, Bernardino de Almeida remetia e dava razão a outro diplomata, José da Silva Mendes Leal, escritor e político que tinha sido diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa e via o destino desses portugueses como “escravidão simulada ou hipocrisia de liberdade” (Mendes Leal, [s.d.] *apud* Pereira, 2002, p. 277). Favorável à emigração e crítico ao engajamento, Mendes Leal alertou, no jornal *America*, que “a emigração assalariada presta-se facilmente a abusos revoltantes, e pela sua própria natureza é menos produtiva. Só impreterível necessidade a explica e desculpa” (*apud* Pereira, 2002, p. 277). Com o tempo, restou mais que claro que a necessidade econômica não era a única explicação para esse processo.

* * *

“Escandalosa”. Assim a duradoura emigração da ilha de São Miguel foi vista nos anos 1840 pelo diretor da alfândega de Ponta Delgada, maior cidade dos Açores. Os embarques não tinham volta. Desde a década anterior, o recrutamento de jovens para o serviço militar crescera muito e desigualmente distribuído, segundo o citado levantamento sobre a emigração de 1843: São Miguel, de pouco mais de 80 mil habitantes, forneceu 250 recrutas, e a Madeira, de mais de 100 mil pessoas, cedeu 160 (Sousa, 2010). Para evitar tal sorte, jovens micalenses fugiam ou se casavam cedo, sem meios convenientes, o que os fazia emigrar, sós ou com as famílias.

O aumento desse fluxo, segundo relatório de 1877 na cidade portuária da Horta, se devia ao “anárquico estado do governo das ilhas”, diria o governador Visconde de Castilho (1877 *apud* Rocha, 2008, *on-line*). A média anual de quase 2 mil emigrantes entre 1866 e 1880 cresceu até cerca de 3,7 mil na década seguinte. Relatavam-se seis soluções que, como logo se nota, articulariam economia e direitos: proteção, aperfeiçoamento e diversificação de pequenas indústrias; instrução popular; abertura de pequenas bibliotecas

rurais em domicílio; criação de bancos rurais; cultivo em terrenos baldios; e um novo sistema de recrutamento nas ilhas. As dificuldades econômicas faziam do mar uma “tentação constante” a ilhéus, no dizer do visconde, que prescrevia atacá-la com medidas em prol da industrialização, escolarização, entre outras. À frente da Horta em 1877/1878, o nobre dispôs sua casa para aulas a estudantes pobres. Um quarto de século depois, deu nome a um colégio aberto por um casal de professores (Lobão, 2013).

Mais do que a busca de acumular riqueza, a falta de trabalho foi considerada crucial para o porte da emigração local, como se lê em debates parlamentares (Cordeiro, 2011). Um dos deputados, José Maria Latino Coelho, tentou se resignar:

É claro que o único remédio que tem aquela ilha dos Açores é a emigração, mas tristíssimo recurso! Todos sabemos que a emigração arrasta daquela porção da monarquia portuguesa uma grande quantidade de vítimas, que preferem antes morrer longe da pátria com perspectivas de uma vida menos aflitiva, do que morrer na miséria agarrados ao solo natal. (Latino Coelho, 1861 apud Cordeiro, 2011, p. 85).

Em artigo, o historiador Carlos Cordeiro (2011) notou propostas de solução indireta – a divulgação do total de emigrantes mortos, o que se admitiria pouco eficaz – ou direta, como a fiscalização de condições do navio, da alimentação e da legalidade do contrato – meio ineficaz nos Açores em razão da dificuldade de se fiscalizar embarques clandestinos.

Um português a deixar São Miguel em meados do século foi Manuel Victor de Sequeira (1837-1887), que viveu em Óbidos (PA) e cujo filho Gil Mont’Alverne de Sequeira (1859-1931) foi um dos líderes do movimento que levou à autonomia administrativa dos Açores, em 1895. Manuel se casou com Joana Elvira Charmouth, brasileira de origem irlandesa, e juntos amealharam o bastante para enviar Gil para estudar em Portugal. Ele morou com parentes e formou-se em 1888 na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa plenamente com louvor (Silva, 1894). Médico e político, viu de perto as causas e os efeitos da emigração: “Os governos, cômicos de que era providencial essa válvula de segurança da proliferação açórica, dormiam tranquilos e apáticos, não percebendo que as nossas ilhas se esvaíam enquanto os ministros se espreguiçavam” (Sequeira, 1891 apud Rocha, 2008, *on-line*). Ele atentou mais às

causas políticas e aos efeitos econômicos da migração do que às razões econômicas, foco mais usual. Em seu livro *Questões açorianas* (1891), viu limites físicos e geográficos do arquipélago e projetou saída política, frisando que a emigração dificultava o desenvolvimento local: “a exiguidade dos meios de subsistência é o factor principal do seu despovoamento. Aos governos compete atacar de frente este mal, promovendo melhoramentos materiais, que sirvam de empregos braços desocupados e que seja de futuro uma fonte de receita para o estado” (Sequeira, 1891 *apud* Rocha, 2008, *on-line*).

Após tais diagnósticos e prognósticos do Visconde de Castilho e de Mont’Alverne de Sequeira, os Açores viveram até os anos 1920 muitas crises alimentícias, agravadas na Primeira Guerra Mundial. Faltou milho, farinha, açúcar, queijo, manteiga, etc. (Rocha, 2008). Crises de subsistência deram pavor à população e fizeram comerciantes tirarem proveito por monopólio e por arranjos de preço. Migrar não foi só tentação, parecendo solução para tantos. Nas ilhas e no continente.

Redes e o caso de um fotógrafo do imperador

Sobre emigração em cadeia: “Partidas raramente ocorrem isoladamente”

Das causas atribuídas à emigração no relatório parlamentar de 1843, décadas antes daquele do “clamor uniforme” contra ela, duas se vinculam às redes: relações antigas entre portugueses e brasileiros e laços formais entre famílias e terras (morgados e capelas), sobretudo nas ilhas, com propriedade mais concentrada. A colonização tinha rendido enlances sociais, econômicos e familiares entre os dois povos. “Umaz vezes, parentes

que ocupam lugares no comércio do Brasil convidam os do reino a substituí-los nas casas onde serviam; outras, para seu serviço próprio, se estabelecem independentes” (Portugal, 1873, p. 8). Já morgados e capelas eram proteções à base territorial da nobreza e à perpetuação da linhagem considerados travas para o desenvolvimento econômico, mas abolidos somente em 1860 (Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2014). Nos morgados, os bens eram transmitidos para o primogênito, que não podia partilhar ou vender – na falta de um filho (homem), dava-se posse à mulher; as capelas vinham da afetação de domínios e seus rendimentos a serviços religiosos.

A emigração se vinculou ainda a guerras civis e a fugas ao serviço militar e sistema da enfiteuse, que impedia “filhos segundos” da classe média (devotados então à vida religiosa) de acessarem bens deixados pelos pais. Um ciclo de conflitos se estendeu de 1820, quando eclodiu a Revolução Liberal do Porto que levaria à volta da corte, até 1834, com o fim de lutas afins à sucessão de D. João VI, que opuseram absolutistas, em prol de D. Miguel, que cortes de 1828 aclamaram rei, e liberais constitucionalistas, adeptos de D. Pedro IV (I, no Brasil) e sua filha D. Maria II, que assumiu a coroa. Em meio às lutas, foi natural a evasão do serviço militar, o que favorecia a emigração. Além disso, no Minho e em Viseu, a emigração remontava à proibição dos “filhos segundos” de receberem bens dos pais, obtendo “destinos que lhes eram próprios” (Sousa, 2010, p. 279).

Os exemplos de laços crescentes entre lusos no Brasil são muitos. Um dos menores que desembarcaram em Recife em 1843 foi Joaquim José Pacheco (1830-1912), órfão de Cabeceiras de Basto (Minho) que foi ao encontro do irmão Bernardo, seis anos mais velho e caixeiro (ou comerciante). Nascido em meio à guerra entre liberais e absolutistas, perdeu os pais numa diferença de quatro anos e, com Bernardo e sua irmã Joaquina, foi cuidado por uma tia e um tio, que tinham dificuldade de manter o trio além de seus seis e quatro filhos, respectivamente (Pacheco; Alves, 2013). Nada mais se sabe da infância dele em Portugal. Como tantos imigrantes conterrâneos, Joaquim começou a nova vida trabalhando no comércio – virou caixeiro-viajante, isto é, mascate. Havia mais opção de trabalho e renda no país emancipado há duas décadas do que em sua terra natal.

Muitos rapazes minhotos passavam dois meses no veleiro (ainda não se usavam barcos a vapor). De Cabeceiras de Basto e mais duas aldeias vizinhas, 645 pessoas pediram passaporte no Porto rumo a Recife entre 1836 e 1843. Esse elo entre pontos de origem e chegada era uma rede migratória, um conceito ideal para tratar da emigração em cadeia – na qual número atrai número – conforme Elsa Pacheco e Jorge Alves observaram ao estudarem Pacheco e outro emigrante cabeceirense (o editor Francisco Alves, criador da livraria homônima). Professores na Universidade do Porto, Pacheco e Alves viram redes como essenciais à recepção e “arrumação” inicial do migrante



2 Joaquim José Pacheco

para orientar destinos de quem ia sem contrato de serviços e facilitar sua adaptação local:

As partidas raramente ocorrem isoladamente, envolvendo, pelo contrário, familiares, amigos, conterrâneos e/ou conhecidos, definindo estruturas lógicas de organização económica e social ou, se se quiser, espaços topológicos nos quais o arranjo dos nós e arcos se consolidam em formas mais complexas e duradouras para originar cadeias migratórias cuja permanência no tempo resulta em correntes duradouras. (Pacheco; Alves, 2013, p. 181)

Esse raro luso reconhecido em sua arte no Brasil daquele tempo ilustra quão redes valorizavam laços sociais e aptidões e diluíam efeitos de classe. Pacheco foi de Recife a Fortaleza antes dos 20 anos para aprender daguerreotipia (antigo processo de revelação), e seu primeiro trabalho foi colaborar com o retratista irlandês Frederick Walter, que divulgava obras na cidade. Vários processos de fixar imagem iam sendo criados, e o invento de Louis Daguerre, que viera à luz em agosto de 1839, chegaria cinco meses depois via corveta *L'Orientale*, cujo capelão o estreou fazendo daguerreótipos no Centro carioca. Aos 14 anos, D. Pedro II apreciou tanto o aparelho que, em março de 1840, comprou um pioneiramente (Vasquez, 2002).

Após conhecer a daguerreotipia e viver itinerante no Ceará e em outras províncias próximas, Pacheco ficou três anos em Nova York como aprendiz da técnica e de fotografia. Pacheco e Alves citaram a ligação da viagem ao desejo de apreender, bem como a uma adversidade: o ambiente lusófono em Pernambuco no fim dos anos 1840. Lá, o migrante trabalhou para os fotógrafos Mathew Brady, Jeremiah Gurney e Henry E. Insley, cujo sobrenome adotou no nome artístico fazendo-se soar menos português. Ao voltar em 1851, fez retratos em Fortaleza, Sobral e Recife até se transferir para a capital do Império após quatro anos. O estúdio fazia daguerreótipos, fotos em papel, vidro e marfim, retratos a óleo e fotopintura. Retratista tão requisitado na corte, Pacheco obteve o título de fotógrafo da Casa Imperial – distinção que lhe permitia usar armas imperiais na fachada (Insley..., 2020). Em perfil do fotógrafo e pintor, o historiador Joaquim Castro Gonçalves sublinhou sua capacidade de formar redes em prol da carreira, sendo apresentado ao imperador graças a sua diplomacia e empreendedorismo: “A paixão da fotografia

consegue uni-los e Insley Pacheco recebe do monarca o título de ‘Fotógrafo da Casa Imperial’ em dezembro de 1855, tornando-se assim o segundo a receber a distinção” (Gonçalves, J. Castro, 2016, *on-line*). D. Pedro II apoiava um fotógrafo quando nem a rainha Vitória o fazia no Império Britânico.

Dali em diante, fez retratos célebres do imperador e sua família em fopintura, expôs obras no Brasil e exterior, recebeu prêmios e teve estúdios em Salvador, São Luís (ambos com o irmão à frente) e Rio, onde morreu em 1912 (Fábio, 2005). Foi viúvo nos 35 anos após a tuberculose matar Elvira Laura. Fugiu a padrões do retrato, como na fotografia da imperatriz Tereza Cristina com as filhas Isabel e Leopoldina e netos, possivelmente de 1868: roupas, chapéu e o modo de as mulheres segurarem os filhos pelas mãos mostram cena trivial destoante da imponência e ritual previstos em retratos usuais na nobreza (Insley..., 2020). A informalidade de certas poses da clientela imperial sugere uma aproximação decorrente dos anos de convívio entre o fotógrafo e a família de D. Pedro II.

Mais formal ou não, Pacheco ajudou a criar a imagem oficial do monarca conforme suas pretensões, segundo Joaquim Castro Gonçalves (2016), que notou um imaginário mais ligado ao estereótipo do burguês capitalista. Daí as opções de figurino, posições e cenário, com D. Pedro II cultivando a imagem de descontraído e mais ligado ao pensamento e à cultura. Finda a monarquia, Pacheco tirou dos anúncios esfinges do imperador e outros símbolos para se adaptar à República. Ao estudar sua obra, Flávia Fábio viu um esforço de se afirmar um “autor de retratos diferenciados pelo uso dos métodos mais modernos, pelo cuidado na construção da pose e dos cenários, pelo estatuto artístico perseguido por Insley Pacheco e pela clientela, em geral da elite, que frequentava sua ‘Galeria’” (Fábio, 2005, p. 117).

O legado de Pacheco foi valorizado em vida num meio de notórios profissionais estrangeiros. Sua fama foi retratada em 1863 no *Correio Mercantil*: “o fotógrafo mais afamado da capital, J. Insley Pacheco, que tem tido a honra de copiar todos os narizes do Rio. Uma hora passada na infinita galeria, que aí se encontra, não é uma hora perdida” (Cartas..., 1863, p. 1). A crônica não assinada, que seria do poeta Xavier de Novais, cunhado de Machado de Assis (Wanderley, 2016), enaltecia a fotografia frente à pintura: “diz mais, muito mais, ao observador do que o semblante copiado pelo pincel, retocado ao gosto do modelo, disfarçado, mentido, preparado para suportar a análise” (1863, p. 1). Seria exaltado também por Alexandre José de Mello Moraes Filho

num perfil de *Artistas do meu Tempo* (1904) citado em grande parte no obituário de *O Paiz*: “empenha-se em aperfeiçoamentos artísticos que lhe são próprios, em descobertas correlatas que o assinalam e notabilizam” e “ninguém melhor do que ele escolhe a pose conveniente a cada figura” (Moraes Filho, 1904 *apud* Enterros, 1912, p. 5).

Reconhecido em Portugal, foi condecorado com a Ordem de Cristo, uma das honrarias citadas na folha de proteção das fotos: “Fotógrafo e pintor. Cavaleiro da Real Ordem de Cristo. Premiado com a Menção de Honra nas exposições de Vienna e mais 16 medalhas nas exposições de Philadelphia, Porto, Brazil, Chile, Buenos Aires e Chicago. Novo sistema de platinotipia – rua dos Ourives, 38 – Rio de Janeiro” (Wanderley, 2016, *on-line*). Como pintor, até de paisagens que não o atraíam como fotógrafo, vendeu telas para clientes como o Barão do Rio Branco e foi o primeiro presidente da Associação dos Aquarelistas.

Atento aos avanços nos processos fotográficos, sucedeu a daguerreotipia por técnicas como a ferrotipia e introduziu a platinotipia no Brasil. Como observou Pedro Karp Vasquez em *A fotografia no Império* (2002, p. 30): “Quem melhor personificou o duplo talento de pintor e fotógrafo na cidade do Rio de Janeiro Imperial foi sem dúvida alguma Insley Pacheco, por sinal, um dos poucos fotógrafos portugueses que alcançaram celebridade no Brasil”, tendo visto na fotopintura uma dupla vantagem: dispensar sessões de pose longas e repetidas para se pintar e resolver o problema básico da falta de cor nas fotografias.

A trajetória singular foi devedora da rede migratória que lhe proveu informações e facilitou a integração inicial no Brasil. Sem redes, Insley Pacheco teria tido maiores dificuldades de se fixar como imigrante, bem como de fazer sua obra chegar tão longe.

Direitos e o fazendeiro à frente de seu tempo

Comendador Montenegro (no Rio de Janeiro e em São Paulo, 1841-1915):
“Continuamos, pois, a ufanar-nos”

Com a importação de africanos escravizados proibida por lei em 1850, oligarcas do café ensaiaram empregar brasileiros, que viviam da subsistência de outras lavras, mas a saída foi preterida por alegadas dispersão, dificuldade de transporte ou meras opiniões dos fazendeiros. A alternativa foi importar europeus, medida iniciada pelo senador Nicolau Vergueiro, que recrutou famílias de seu Portugal natal, da Alemanha e da Suíça para sua fazenda em Limeira (SP). Cada família de colono recebia pés de café para cultivar e uma área a explorar para subsistência. Por contrato, a

remuneração aos parceiros era proporcional aos gêneros da produção, descontados gastos para se instalarem, de transporte e adiantamentos.

Graças ao regime de parceria, surgido sob a pressão de duras necessidades e frente a condições alarmantes, a lavoura paulista admitiu o trabalho livre sem passar por crises nessa transição como em outras regiões, como indicou Sérgio Buarque de Holanda, crítico do regime por seus abusos, ao prefaciá-las as memórias do colono Thomas Davatz, suíço que liderou um levante contra Vergueiro (Holanda, 1941). Embora difundidas no interior paulista, colônias de parceria eram quase sempre rejeitadas por fazendeiros que preferiam pagar salários mensais ao colono e dar-lhe sustento e terra se trabalhasse na fazenda. Um pioneiro na modalidade foi o comendador João Elisário de Carvalho Montenegro (1824-1915), cuja colônia de Nova Louzã é citada por Holanda (1941, p. 32): “O êxito dessa experiência foi atribuído, é verdade, ao fato do proprietário, português de nascimento, ter podido escolher pessoalmente seus empregados entre camponeses morigerados e de boa conduta”. Numa economia escravocrata, focou no modelo assalariado e tornou-se benfeitor, apoiando a construção de hospital, igreja e escola no Brasil e em Portugal.

Montenegro nasceu em Lousã, vila de Coimbra, em dia de São João (24 de junho de 1824), terceiro filho do médico Sebastião José e de Maria Carolina, falecida uma década após o casamento (realizado em 1821) que geraria



3 Comendador Montenegro

quatro filhos e uma filha. O médico trabalhou na vila para o Partido Liberal, mas viveu e foi vereador na Lisboa dos anos 1830 após ser perseguido por miguelistas.² As rivalidades políticas explicam por que o comendador e seu irmão e padre José Daniel separaram o sobrenome (“Monte-Negro”): para demonstrar a recusa de integrar família avessa à vitória dos liberais (Freitas, 2013). A opção talvez explique ainda identificar-se apenas como “João Elisário de Carvalho” no registro de entrada no Brasil, que aponta sua chegada no porto carioca a bordo do *Lísia*, em 4 de fevereiro de 1841 – sobram dados sobre aquela barca, como o nome do comandante, mas faltam do passageiro, exceto sua ocupação: “criado” (Arquivo Nacional, 2008).

Menos de quatro anos após perder o pai, ele chegava à capital brasileira a exemplo do irmão Augusto César, que imigrou em 1939, aos 15 anos, e trabalhou como caixeiro em casa comercial no Centro. João Elisário chegou um ano mais velho, também começou caixeiro em loja, mas se tornou caixeiro-viajante nas províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo. A prosperidade o fez adquirir de um capitão uma fazenda de café em Espírito Santo do Pinhal (SP), em 1867 – desde meados do século XIX, o café criava raiz paulista junto com a imigração de europeus, fomentada no Segundo Reinado (1840-1889) para suprir a demanda local de mão de obra. Em vez de lavradores escravizados ou com contrato de parceria e empreitada, recrutava-se lousanenses conhecidos e remunerados por mês. O governo imperial pagava subsídio às passagens de imigrantes já contratados e, nas contas do empregador, bastavam cinco meses de salário para quitar a dívida da viagem. Montenegro atribuiu o êxito da fazenda ao fato de que “o sistema, pois, adotado no estabelecimento, para a retribuição do serviço, é o salário mensal, o único sistema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até a sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colônias desta bela província” (Monte-Negro, 1872, p. 2). A Colônia Nova Louzã começou com 29 portugueses chegados em 6 de fevereiro de 1867.

Ao pioneirismo na opção do trabalho assalariado somou-se o recrutamento de mão de obra em famílias indicadas pelo comendador em Lousã, segundo a *Gazeta de Campinas*, de 17 de outubro de 1872: “O sr. Monte-Negro é oriundo daquela mesma povoação, cujos habitantes ele conhece pessoalmente. Por isso, faz ele a sua escolha com pleno conhecimento de causa, e os recém-chegados se encontram, quase sem transição, entre amigos de que apenas se achavam separados pelo lapso d’alguns anos” (Nova Louzã, 1872,

p. 2). Não eram recrutados os propensos a romperem a tranquilidade e a ordem. Segundo o jornal, laços de família, amizade e vizinhança de Portugal eram mantidos no Brasil, onde se perpetuaram. As relações com colonos iam além do contrato: ele apadrinhou 27 dos 34 casamentos de portugueses e 46 de 96 crianças, filhos de pai e/ou mãe português/a batizados no oratório da fazenda entre 1870 e 1888 (Truzzi; Scott, 2005).

Um diferencial prezado por Montenegro nos vínculos de trabalho foi informar o salário ao imigrante sem promessas artificiais, como as ouvidas com frequência por empregados contratados no sistema de parceria, o que ajudou a desacreditar na Europa as colônias. Seu contrato com o governo imperial em 1872, para importar e fixar 150 colonos europeus a cada um dos seis anos seguintes, acertou que os gastos com imigrantes caberiam a ele, que receberia do governo auxílio de 100 mil réis por imigrante de 14 a 45 anos e metade desse valor para aqueles que tivessem entre 2 e 14 anos (Brasil, 1876, p. 250). Montenegro dizia ser mútuo o apreço dos empregados: “Até hoje nem uma desordem, nem uma queixa de estranhos contra qualquer empregado do estabelecimento, ou destes contra seu chefe. [...] Continuamos, pois, a ufanar-nos de contarmos no nosso estabelecimento gente de tão apreciáveis e bons costumes e filha da terra do nosso nascimento” (Monte-Negro, 1872, p. 9).

A definição colegiada e clara de direitos e deveres contribuía a tal percepção. Discutido e aprovado em assembleia de empregados, o “Novo Regulamento Administrativo e Policial da colônia Nova-Louzã” (1872) foi outra novidade na colônia e contrastava com o despotismo da chibata e outras práticas de fazendas paulistas. Ele descortina o cotidiano regrado, com horas exatas de acordar, tomar café e outras refeições, tirar a sesta (de outubro a março) e largar o serviço, além de proibições sujeitas a multa, como espancar, fazer ameaças e ofensas, subtrair alimentos da fazenda ou de empregados, fazer barulho à mesa, falar palavras indecentes e tocar ou servir-se dos pratos alheios. O valor das multas não ia ao fazendeiro, mas para uma caixa de assistência, “lançado em uma caderneta a cargo do feitor, e o seu produto será aplicado a favor do empregado, que por doente tiver de retirar-se ao seu país” (Novo Regulamento...,

- 2 Relembrando: denominavam-se miguelistas os partidários do absolutista D. Miguel, rival do irmão liberal D. Pedro IV e da sobrinha Maria II.

1872, art. 25, *apud* Monte-Negro, 1872, p. 26). O empregado que quisesse voltar a Portugal após seis anos receberia o equivalente à passagem de vapor de Santos a Lisboa em prêmio pela constância e bom comportamento – ou o proporcional ao tempo de serviço a quem retornasse se demitido após o terceiro ano.

Na biografia *Vida e obra do Comendador Montenegro*, a historiadora Sônia Maria de Freitas notou que, além do café, a fazenda de mais de 100 mil pés (quase 9.300 m²) produzia milho, feijão, arroz, cevada, centeio, trigo e frutas (uvas, em especial). A biógrafa assinalou o grande fluxo de visitantes na propriedade: em 1873, por exemplo, foram 1.290, dos quais 312 pernovernaram; no ano seguinte, quem visitou foi o Conde d’Eu, consorte da Princesa Isabel, com ministros, presidente da província e autoridades civis e militares locais. O visitante mais ilustre foi D. Pedro II, no fim do inverno de 1878, em meio à segunda viagem para se atualizar sobre São Paulo (Freitas, 2013). O anfitrião deve ter lhe dito suas ideias contra a escravidão e o latifúndio e a favor do trabalhador agrícola, imigração e novos processos no campo, que redigia em jornais desde 1867. Num artigo, alertou:

A grande propriedade já teve a sua época. Foi um meteoro, cujo rasto breve de todo desaparecerá. Ainda há pouco mais de quatro anos muita gente boa e de juízo agudo nos chamou de “utopista”. Onde estará atualmente a utopia, em nós, ou naqueles que professam ideias contrárias às nossas em matéria de trabalho livre? O futuro o dirá.
(Monte-Negro, 1872, p. 2)

A resposta do tempo também retribuiu o esforço de Espírito Santo do Pínhai lhe dando o título de município do melhor café brasileiro em 1927 (Freitas, 2013). Falecido doze anos antes, por esclerose cardiorrenal, sem cônjuge nem filho, Montenegro tinha padecido pelo clima e suas geadas ocasionais, dívidas com agentes financeiros e travas burocráticas para liberar subsídios para contratar trabalhadores migrantes. Sem o apoio do Império, a fazenda não teria completado uma década em suas mãos; o histórico empreendedor incluiu vezes no campo e benemerências na cidade, como na arrecadação para construir hospital, teatro, escola e biblioteca nos dois lados do oceano. No obituário do comendador, a *Gazeta de Coimbra*, de 29 de maio de 1915, notou que recebia muitas cartas em que ele relatou “uma grande saudade e um grande amor pelo seu país” (*Gazeta de Coimbra*, 1915 *apud* Freitas, 2013, p. 157). Não foi o único.

Emoções e o escritor que contraindicou a migração

Francisco Gomes de Amorim (no Pará, 1837-1846):
“Venderam-me para o Brasil”

Habitado a protocolos e etiquetas da diplomacia, um cônsul português no Brasil do fim dos anos 1850 viveu uma crise para a qual nada o tinha preparado. Compatriotas invadiram o consulado em protesto por mais de quarenta mortes num navio chegado com quase quatrocentas pessoas, dobro do limite. Passageiros até se ajoelharam ao receberem a bordo os inspetores de saúde, aos quais se queixaram que os companheiros tinham falecido por fome, sede e maus-tratos do capitão. O cônsul ouviu as reclamações, pediu

para autoridades expulsarem o grupo, daí cedeu e fez o comandante ser preso e enviado para Portugal. Mas o réu acabou absolvido das mais de trezentas acusações; as mortes foram atribuídas a doenças. O drama não acabou nessa impunidade. Após o julgamento, o cônsul pediu a deportação dos queixosos.

A história é resumida sem nomes por Francisco Gomes de Amorim (1827-1891) na introdução da peça *Aleijões sociais* (1870), inspirada no caso real:

Os que haviam seguido mais o impulso do coração do que o do interesse foram embarcados no primeiro navio que saía para Lisboa, deixando famílias, casas e negócios, para entrarem no seu país criminosos, e andarem aqui, durante anos, a subir em vão as escadas das secretarias para que lhes fosse dada uma reparação, embora tardia, revogando-se a ordem insólita que os deportara. (Amorim, 1870, p. 11)

A peça tinha sido encenada como *Escravidade branca*, tal seu panfletarismo, e o autor defendia a distribuição gratuita de peças sobre a emigração para impressionar e desestimular crianças e adultos (Carvalho, 1998).

A vida o fez ativista antimigração no teatro, prosa e poesia. A opção remontava a lembranças na aldeia de pescadores A-Ver-O-Mar (Póvoa de Varzim, Minho), antes da viagem para Belém aos 10 anos. O assédio de engajadores o marcou: “Os aliciadores inundavam, como agora, as províncias do norte do reino, agarrando gente por todos os meios possíveis, e não sei mesmo se por alguns impossíveis, porque eram eles homens para grandes dificuldades” (Amorim, 1874, p. 30). Prometiam-lhes muito luxo e pouco trabalho. Proibido o tráfico negreiro, comerciantes de escravos passaram a negociar brancos.



Irmãos de além-mar?

Familiares e vizinhos julgavam o menino meio lunático e vadio, dado seu desinteresse pelos estudos. O escritor contou que o tiraram da escola para corrigir os vícios no trabalho agrícola com um parente lavrador, com o qual brigou. Tentaram deixá-lo ao zelo de um cordoeiro, que o ensinaria a ler e escrever se vigiasse seu comércio. O cordoeiro, porém, quis torná-lo seu aprendiz, então queixas vívidas à mãe o fizeram voltar

ao lar. Depois, ficou dias no Porto com a família até o irmão Manoel, dois anos mais velho, embarcar para o Brasil atraído por notícias de enormes riquezas e facilidade de obtê-las. “Como eu ia a bordo todos os dias, os agentes diligenciavam seduzir-me para que fosse também para o Brasil, prometendo levar-me *quase de graça*”, notou no livro de poesia *Cantos matutinos* (Amorim, 1874, p. 34; grifo no original). E acrescentou: “Incitaram-me tanto, e tão saudoso eu me sentia do irmão, que era o meu braço direito nas brigas escolares, que por fim pedi a minha mãe que me deixasse seguir o seu destino” (1874, p. 34). A família julgava tal pedido uma loucura com que a mãe não deveria consentir: “Chorei tanto e tão bem, que não houve remédio senão fechar os olhos a todos os sacrifícios, lançar mão dos recursos extremos, e deixar-me sair pela barra fora com dez anos apenas!” (1874, p. 34).

Seguiu como “filho do navio”, como se dizia de menores na clandestinidade. A versão da birra para justificar a emigração precoce conviveu com outra mais plausível e crível: “Entrei no mundo no meio de revoluções, que desgraçaram a minha família; o meu primeiro gesto foi estender a mão; nas primeiras frases que balbuciei pedia esmola para minha mãe, que tinha fome. Venderam-me para o Brasil” (Amorim, 1866 *apud* Carvalho, 1998, p. 21). Para José Costa Carvalho, que estudou laços de Amorim com o Brasil, a segunda explicação refletia a depressão fruto do excesso de trabalho. A emigração dos irmãos foi atribuída à economia pelo pesquisador, para quem a política influía ao gerar causas econômicas: “ignorantes, fáceis de seduzir, os camponeses minhotos acreditavam em todas as balelas que os aliciadores diziam sobre o Brasil, país como não havia outro para ganhar muito e trabalhar pouco, cheio de mulatinhas bonitas e com muitos pretos para refrescarem o ar com ventarolas douradas” (Carvalho, 1998, p. 25). Para ele, o Brasil acabou “infel” ao escritor: era o português que mais escreveu sobre o país que o ignoraria.

Tornou-se caixeiro de outro português em Belém. Disposto a aprender a ler dessa vez, iniciou-se aos 12 anos, autodidata, pela biografia de Carlos Magno em cordel e *Os Lusíadas*. Um choque de temperamentos o fez fugir para o sertão amazônico: “A brutalidade de alguns patrões, e o meu indócil carácter, que repelia a servidão, fizeram-me tomar invencível repugnância à vida de caixeiro” (Amorim, 1874, p. 41). Disse ter vagueado um ano por matos e cachoeiras do Xingu até se fixar em Alenquer, no noroeste do Pará. Foi seringueiro, remador e carpinteiro, e achou, num lar indígena, quatro ou cinco livros, incluindo *Camões*, poema de Almeida Garrett que o acordou à poesia – o poeta se tornaria seu amigo e biografado. Viveu dos 13 aos 15 anos perto dos abarés (ou tapuias, como tupinambás nominavam quem não falava tupi). Era chamado pelos homens de *caryba cuapára* (branco português sabedor) e pelas mulheres, que apreciavam sua tentativa de falar sua língua, de *çaucúpára* (amante ou querido) (Amorim, 1869).

Gomes de Amorim decidiu estudar em Lisboa após iniciar a correspondência com Garrett. A volta foi marcada pela sensação de ter sido escravizado por conterrâneos. Sentiria saudades do Brasil: “Eu amo o teu país, virgem formosa/ Eu amo a tua pátria hospitaleira/ E sinto a minha musa inda chorosa/ Com saudades da terra brasileira” (Amorim, 1866 *apud* Carvalho, 1998, p. 96). Deu tons melancólicos à despedida da terra adotada de 1837 a 1846 no poema “Adeus ao Pará”:

Se o pranto me cair por entre os versos,
Não se espante ninguém; é doce o pranto,
Filho da gratidão e da saudade,
Da afeição e do amor. Deixando a terra
Aonde me criei, onde dez anos
Hospitaleiros tetos me acolheram,
Ingrato fora se ao partir-me dela
Não vertesse uma lágrima saudosa.
(Amorim, 1874, p. 307-308)

O tempo no Brasil rendeu não só temas, mas uma vivência notada por Machado de Assis ao resenhar *Cantos matutinos*: “O próprio autor diz al-gures que tem duas pátrias; e nessa frase resume a história de sua vida. De nossa parte convimos nisto: é que se ele tem duas pátrias para cantar, tem

duas pátrias para felicitá-lo” (Machado de Assis, 1866 *apud* Amorim, 1874, p. 15). O autor de *Dom Casmurro* resenhou igualmente o livro sobre Garrett a pedido do biógrafo: “Rogo-lhe, meu excelente amigo, que leia pacientemente o meu trabalho, e que honre o autor e a obra com alguns artigos de sua esclarecida crítica. Pode ser que com isso me ajude a vender por aí alguns exemplares, com que contribuirá para me salvar do naufrágio econômico” (Amorim, [s.d.] *apud* Montello, 1986, p. 61), pleiteou em carta a Machado de Assis, após custear a remessa ao Brasil de trezentas coleções da biografia.

O teor autobiográfico da obra de Gomes de Amorim é evidente em *Ódio de raça*, drama de 1854 publicado em 1869, em que o caixeiro Manuel, seu *alter ego*, diz: “Oh! minha pátria, meu querido Portugal, cuidei que te deixava para vir a um país de irmãos, e recebem-me como inimigo! [...] Agora é que eu sei quanto amargam as lágrimas do desterro!” (Amorim, 1869, p. 25-26). Sua voz ecoa a alma do outrora migrante que penou como um caixeiro de patrões portugueses. Ambientada num engenho no Pará, a peça foi incentivada por Garrett, que lhe mostrou o projeto de lei para cessar a escravidão em terras lusas e o aconselhou a realçar os horrores da escravidão para ter apoio do público ao projeto. Daí o porquê de a trama girar em torno de rejeições entre pessoas de origens e raças distintas e acusar males da escravidão, inclusive a violência simbólica. A epígrafe da obra, retirada do livro *Le Brésil*, do historiador Ferdinand Denis, que cá viveu entre 1816 e 1821, dava o tom: “Aqui, como em muitos outros lugares, uma questão de raça se tornou uma questão de ódio” (Amorim, 1869, p. 4; tradução minha).

Os patrões dos migrantes eram denunciados pelo protagonista, o preto cabinda José: “primeiro, vendiam só os pretos das suas colônias; agora também acharam meio de vender os brancos, e o Brasil está cheio de portugueses vendidos e comprados por seus irmãos” (Amorim, 1869, p. 87). O autor corroborou a crítica em suas notas de tom panfletário: “os piores patrões são os portugueses naturalizados brasileiros. Mas que se há de esperar de homens que, por interesse, renegaram a pátria?” (1869, p. 177). A questão atesta como ele via dois motivos na migração: a necessidade e, mal valorado, o interesse. A trama de ódio racial envolvia brancos e mulatos, brasileiros e portugueses e negava a mitologia integracionista de Gilberto Freyre.

Aleijões sociais (1870) foi inspirada no caso referido na abertura desta seção: as mais de quarenta mortes impunes num navio repleto de portugueses nos anos 1850. No primeiro ato, em aldeia minhota, o padre Manuel dava

alerta em diálogo com o capitão Dionísio, retornado cujo barco servia para o engajamento:

Manuel: [...] Se vos fiais neles, sereis vendidos como escravos para onde cuidais ir buscar fortuna; morrereis em mísero desterro, vítimas de trabalhos brutais e de doenças incuráveis; a maior parte de entre nós não tornará a ver o teto amigo da vossa infância! De cada cem, voltará um, quando muito; os outros noventa e nove chorarão muitas vezes, antes do seu fim miserando, pela fatia de pão de milho e a tigela de caldo, que comiam alegremente no lar paterno. (Amorim, 1870, p. 43)

Antes avesso à ideia de emigrar, para não romper a linhagem familiar na lavoura, Domingos Palmeiro virou comerciário no Rio de Janeiro e dizia que no Brasil, em vez de enriquecer sem trabalhar, “a verdade é que se morre trabalhando, como em qualquer outra parte!” (Amorim, 1870, p. 106), e que ele vivia pior que escravos, com donos para sustentá-los – “que sou eu senão um escravo, e dos mais infelizes e miseráveis?” (1870, p. 107). O imigrante se queixava da pátria, que tinha vendido seus filhos e não fiscalizava as transações, que equiparava a um “vergonhoso comércio de carne humana” (1870, p. 124). No quinto e último ato, novos colonos eram tomados pelo padre, no Rio, como mais vítimas, e por um aliciador – vilão preso na cena final –, como lotes de caixeiros, trabalhadores e gente “para aplicações diversas” (1870, p. 283). Amorim tratou da imigração no Brasil, mas o mercado retratado era fiel a Belém, familiar a ele, e não ao Rio, como notou a professora Maria Aparecida Ribeiro, para quem a enteada do engajador Dionísio, Eugénia, via a escravatura branca – contra a qual discursava como injustiça – com olhar distinto da negra – sobre a qual se omitia. Segundo Ribeiro (1998, p. 148), “apesar de todas as suas leituras, é racista, pois, em dado momento, reclama de Domingos (escravo branco por quem sente admiração) ser tratado como um preto”.

Gomes de Amorim retratou outro olhar à imigração. No romance *As duas fiandeiras* (1881), o retornado Domingos Rosmaninho não indicava que conhecidos emigrassem mesmo após enriquecer como herdeiro de um patrão amigo sem parentes: “o Brasil é bom, para quem tem lá parentes ricos, ou amigos muito dedicados e bem estabelecidos. É bom... mas lá trabalha-se dez vezes mais do que em Portugal; e quem não estiver resolvido a isso, escusa de ir, porque fará menos do que aqui” (Amorim, 1881, p. 237). Foi como

um jogo que o narrador captou a migração: “É perfeito jogo de loteria. Por cada cem que se arriscam, volta um, raras vezes rico; mas, em geral, vem sempre doente para o resto da vida. [...] na emigração, o número branco é o mais feliz, o que volta; quase todos os que ficam, têm a sorte negra e atroz” (1881, p. 186). Em vez de escravatura, migrar era uma sorte, aposta. O narrador ainda projetou Portugal vazio se os imigrantes tratassem seus pares tal qual o patrão de Domingos: “desde o dia em que a maioria dos brasileiros, por amor dos seus interesses, deixar de tratar os portugueses como irmãos bastardos, não volta cá mais nenhum, e Portugal ficará deserto no espaço de poucos anos” (1881, p. 187). A obra do escritor lança olhar crítico à ida ao Brasil do século XIX, na raiz de seu ativismo antimigração: antes evitar essa ida enquadrável como escravatura ou sorte.

Muitas milhares de famílias, como os Pacheco, os Montenegro e os Amorim, dividiram-se entre dois países. A opção pelo Brasil viria da economia, redes, direito e... emoções.

Emigração como mal necessário segundo três escritores

Olhares de autores canônicos que não se fixaram no Brasil

A obra de Camilo Castelo Branco (1825-1890) é das mais prolíficas da literatura lusa, com mais de duzentos livros. Ao contrário de quase todo escritor citado neste livro, Castelo Branco não viveu no Brasil – pediu ao governo português a nomeação como adido honorário no Rio de Janeiro em 1855, mas desistiu da ideia já com o decreto assinado, por razão ignorada (Costa, 1956).

Tivesse vindo, é provável que a migração despontasse mais viva em seus textos, tamanha a ligação da obra do lisboeta com sua vida. Prova disso é que ficcionou “brasileiros” (retornados do Brasil) que via mais no Porto, cidade onde viveu entre idas e vindas a partir de 1843. Frequentou ali a Escola Médico-Cirúrgica sem se formar médico, foi jornalista e se enamorou de Ana Plácido, obrigada pelo pai a se casar com um comerciante “brasileiro” que veio a inspirar personagens camilianos, como, por exemplo, na novela *Eusébio Macário* (1879), em que se lê: “Anda por aí tanto brasileiro... Este ano, em Vizela, eram tantos como a praga, a botarem os pés pra fora, de calças brancas, com cadeias de ouro cheias de coisas, muito gordos, uns

figurões” (Castelo Branco, 1887, p. 36). Daí o subtítulo (“História natural e social duma família no tempo dos Cabrais”) e sua ênfase no casamento da filha do personagem-título com um “retornado” que enriqueceu no Brasil.

Muito estudados, os “brasileiros” camilianos costumavam ser homens de 45 a 50 anos, feios, gordos, ridicularizados pela pouca instrução e que voltaram endinheirados para Portugal querendo se casar com mulheres novas e construir sua casa, como apontou Martina Matozzi na sua tese de doutorado sobre representações da emigração na literatura portuguesa:

Os “brasileiros” com que o escritor se cruzou no Porto e em todo o Norte de Portugal e que descreveu em muitas das suas obras, eram, na maior parte dos casos, portugueses regressados ricos do Brasil por volta das décadas de 40 e 50. Muitos deles tinham enriquecido graças ao comércio no Rio de Janeiro ou em outros grandes centros do Brasil, desde as plantações de café na região de São Paulo, passando pelo comércio que unia, desde o período colonial, os portos brasileiros aos do Norte de Portugal. (Matozzi, 2016, p. 29)

Esse tipo se assemelhava, não por acaso, ao perfil de Manuel Pinheiro Alves, o rico retornado que desposou Ana Plácido antes de ela e o escritor se apaixonarem, viverem caso clandestino que os levou à prisão e à ruína financeira, casarem-se de vez e usufruírem de casas e outros bens legados por Pinheiro Alves. Camilo pôs seu estilo singular a serviço do imaginário de vidas da época, como os “brasileiros de torna-viagem”, aos quais deu traços burlescos. Na conferência “Camilo Castelo Branco e o Brasil”, o escritor carioca Othon Costa (1956, p. 30) avaliou: “o Brasil foi uma permanente e estranha obsessão para Camilo. Em quase toda a sua vasta obra, a antiga colônia portuguesa aparece associada à ideia do dinheiro e do exotismo”. Tal elo literário foi tratado ainda pelo médico e escritor português Ricardo Jorge na conferência “Sobre o brasilismo em Portugal”, realizada na Academia Brasileira de Letras em 1929:

O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. Tornou-se um fator corrente da vida coletiva; esse destaque tradu-lo a novela camiliana onde a aparição e a ação repetida do brasileiro não se tomem, como

maleficamente se fez, por penúria de invenção ou falta de naturalidade, mas como fiel retratação duma realidade social – a personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguesaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo. Bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predileta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o brasão da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerência dadivosa. (Jorge, 1930, p. 23-24)

Como outros portugueses do século XIX, Camilo viu a emigração para o Brasil como mal necessário. Em *Os brilhantes do brasileiro* (1869), tal deslocamento é uma necessidade pessoal (não coletiva, como em discursos oficiais). Na trama, a filha de general Ângela casa-se a contragosto com o “brasileiro” Hermenegildo e vende joias presenteadas no noivado para pagar o curso de medicina de seu verdadeiro amor, Francisco José. Após o sumiço das joias, o marido se crê traído, desfaz o casamento e volta para o Brasil como em fuga: “E, quinze dias depois, o brasileiro, chorado e lamentado dos amigos, embarcava em um dos seus navios, aproando às praias de Santa Cruz, onde, dizia ele, ia esconder a sua vergonha, associando à sua angústia a franduna rapagosa, Rosa Catraia, que se lhe encostava ao coração, enjoada com o balanço da galera!” (Castelo Branco, 2006, p. 78).

“Brasileiros” eram pares quase exclusivos de jovens burguesas do Porto, segundo o narrador, como se a volta de emigrados fosse para elas um meio de ascensão social. A imagem do mal necessário/fuga retorna na carta em que Francisco José, o médico formado graças à venda das joias, disse à irmã que viu o “brasileiro” no Rio: “Sem eu nada lhe perguntar, me disse que deixara Portugal para sempre, por causa de sérios desgostos que lhe dera a mulher” (2006, p. 78). Noutro encontro com Hermenegildo, este não estava só, mas sua companhia era mera consolação: “o marido exilado da pátria e da esposa que o desonrou, me disse que aquela mulher era o seu aconchego, e a consolação das suas mágoas” (2006, p. 79).

A sátira de novos-ricos que imigraram no Brasil tinha caso singular em Hermenegildo, alvo de piedade e riso. E o “rival” Francisco José personificava laços perenes da comunidade lusa com Portugal; não só afetivos, mas

financeiros: “Em fins de 1848 perfazia dois anos e meio que Francisco José da Costa demorava no Rio, gozando os proventos de seus muitos trabalhos e créditos. As remessas de dinheiro feitas à irmã denunciavam o propósito de voltar proximamente à pátria” (2006, p. 81). Remessas indicavam que portugueses podiam ter na migração uma fuga, mas nem sempre definitiva, como se lê no romance – e se pode ler em outros autores.

* * *

A realidade de Portugal e seu povo no fim do século XIX inspirou olhares originais de Ramalho Ortigão e de Eça de Queiroz nas crônicas mensais “As farpas”, dos anos 1870 e 1880. Pioneiras na crítica social e política local, foram reunidas em *As farpas* (1887-1891, 11 volumes), de Ortigão, e *Uma campanha alegre* (1890-1891, dois volumes), de Queiroz, segundo o qual, há nelas a “mesma santa revolta” que os fez “nos abalança[r]mos a atacar toda uma Sociedade com um punhado ligeiro de ironias douradas” (Queiroz, 1890, v. 1, p. 8). Um livro que Ortigão (1836-1915) teria escrito sobre o Brasil nunca foi impresso, o que foi associado até ao fim da monarquia em 1889 (Alves, 2009).

A saída de portugueses é tema central de mais de uma “Farpa” de Ortigão, para quem “o Brasil é-nos duas vezes nocivo: nocivo pelos braços que nos leva, e nocivo pelo dinheiro que nos manda” (Ortigão, 1890, v. 10, p. 102). “Brasileiros” seriam apátridas, notaria ao propor um glossário ao imperador D. Pedro II em viagem a Portugal no fim de 1872. Além da falta de pátria, esse tipo era visto como o mais desprotegido e detestado entre migrantes europeus: “pesa ainda hoje sobre ele o velho ódio de raça”³ (1890, v. 10, p. 65).

Alusões à imigração no Brasil eram lidas no volume inicial de *As farpas* (“A vida provincial”) – no qual Ortigão a atribuiu à fome no Minho e a recursos de emigrados no Brasil – que citou diálogo de trem comentando laços da região ao Norte com o país de destino e avaliou que “o minhoto mais forte, o mais robusto e mais inteligente vai para o Brasil”, “graças aos capitães que regressam do Brasil, a província do Minho floresce e prospera” e “em virtude das capacidades subtraídas pela emigração, todas as indústrias minhotas desfalecem por falta de direção inteligente e esclarecida” (Ortigão, 1887, v. 1, p. 153-154). Era usual associar a migração à crise no Minho e a sua superação – com este ponto ele concordava.

A já mencionada comissão parlamentar que estudava meios de evitar a emigração para o Brasil foi citada por Ortigão, que via a pauta como uma “grave questão” (Ortigão, 1888, v. 4, p. 101). Para ele, deputados ignoravam elementos do problema tão complexo da colonização e o relator usava tantos rodeios e recursos retóricos que o tornavam “caldo de galinha” sem galinha nem caldo (1888, v. 4, p. 103). A perda de trabalhadores fortes foi retomada ao citar outros destinos: “se são fortes embarcam em massa e emigram para o Brasil, para a Califórnia ou para as Ilhas Sandwich, para os países ingênuos, jovens e sãos, onde quem trabalha enriquece e quem não trabalha não come” (Ortigão, 1889, v. 7, p. 308). Da terra à... riqueza ou fome.

Ortigão contrastou as emigrações para o Brasil e os Estados Unidos e frisou que quem desembarcou na América inglesa obtinha posse do solo, garantia inicial de liberdade ausente no Brasil, onde “a constituição feudal da propriedade entregou metade do país aos senhores de escravos” (Ortigão, 1890, v. 10, p. 64) – a alusão aos fazendeiros não é vã, pois colonos portugueses eram aproximados retoricamente a escravos. Lê-se a imagem da migração como mal necessário/exploração pela descrição do contato inicial de colonos lusos e fazendeiros: o colono “é acolhido no Brasil, no Rio de Janeiro quase sempre, por um senhor esquivo, desconfiado, que vê nele um capital seu exposto aos riscos da deserção ou da fuga, ao iminente perigo da enfermidade e da morte: é preciso explorá-lo à pressa e fazê-lo render de pronto” (1890, v. 10, p. 67). Desde que chegavam, migrantes recebiam as tarefas mais violentas e pesadas.

Além de explorado, o e/imigrante sofre hostilidade física (sol chamejante, noite úmida, miasmas febris do solo, exalação mefítica de pântanos) e moral (hábitos e costumes estranhos, isolamento, tristeza, saudade e impotência absoluta da reação individual ao poder dos fazendeiros). A força de fazendas no Brasil é equiparada à de bancos em Portugal, que teriam o fazer da lei, justiça e direito. A influência do capital e propriedade diferia: “em Portugal ela [influência] é contrastada pelas benéficas resistências de alguns milhares de cidadãos que mantêm a liberdade por meio da independência facultada pelo trabalho; no Brasil não, porque no Brasil quem trabalha é escravo, e a quantidade chamada povo não existe” (Ortigão, 1890, v. 10, p. 70).

3 Note-se termo já usado antes no título da peça de Gomes de Amorim.

A crítica incisiva precedia a menção à ideia do cônsul no Rio de propor a nulidade de contratos entre brasileiros e colonos portugueses sem chancela consular. O colono seria mais esclarecido e teria menor risco de comprometer-se com uma transação leonina por ignorância: “o colono português *engajado* para o trabalho dos campos é sublocado pelo fazendeiro que o *engajou* a outros fazendeiros, que pagam um tanto pelo trabalho dele ao seu primitivo possuidor. Os colonos passam de mão em mão como uma cousa alugada ou vendida” (Ortigão, 1890, v. 10, p. 73; grifos no original). Muitas dívidas não zerravam e, segundo ele, colonos morriam e filhos herdavam a servidão.

O cronista associou a empregabilidade das mulheres emigrantes – açorianas, sobretudo – aos traços físicos: “uns preferem as louras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa” (1890, v. 10, p. 74). Em qualquer gênero ou idade, imigrantes sem trabalho se sujeitavam à miséria e a soluções mais baixas e aviltantes para comer. Ortigão ainda notou que quem precisava de portugueses, em vez de recorrer aos preteridos, esperava a embarcação seguinte. No Rio de Janeiro, a massa crescente de relegados se aglomerou em cortiços, que o autor definiu a leitores portugueses como “a mais afrontosa das vergonhas nacionais”, “corolário vivo da nossa decadência”, “comentário profundo da nossa inépcia” e “espelho do nosso vício, do nosso desleixo, da nossa corrupção” (1890, v. 10, p. 74-75). A migração seria tão traumática que, para Ortigão, navios voltariam cheios para Portugal se dessem passagens a emigrados arrependidos. A verve irônica mirava a realidade portuguesa, mas sobretudo a brasileira:

Caso extraordinário e verdadeiramente inexplicável: Até hoje a única oposição à emigração de portugueses para o Brasil tem sido feita unicamente pelo Brasil! Nunca lho agradeceremos com suficiente gratidão. Parece que é ele o que tem estado constantemente querendo, pelo que diz respeito às colônias, colonizar-nos a nós antes de se colonizar a si mesmo. O Brasil tem denotado sempre pela sua política, pela sua legislação, pela mesma arte, pela sua literatura, pela sua opinião pública e pela sua imprensa, que ele tem dos emigrados esta compreensão fabulosamente estranha: que quem os perde não é quem os dá, mas quem os recebe. Na análise singelamente gramatical dos elementos da sua prosperidade, a América brasileira não tem sabido achar – o agente.

Ora nós é que não estamos certamente seguros, se continuarmos a repousar como até agora num tal ou qual equilíbrio econômico que não tem mais fundamento do que um grosso erro brasileiro de sintaxe administrativa. (Ortigão, 1890, v. 10, p. 77-78)

Ortigão vislumbrou um Brasil riquíssimo e com um grande povo quando a escravatura desaparecesse e a sociedade se baseasse na liberdade e justiça, e não na servidão. A paz e a civilização viriam, segundo ele, da transformação econômica fundada na liberdade, na justiça e “no grande sentimento americano da confraternização universal de todos os espíritos e de todos os povos” (1890, v. 10, p. 80). Eis sua receita para o avanço do país na margem ocidental do Atlântico.

* * *

Ao reeditar *As farpas* em 1887, Ortigão pediu a Eça de Queiroz (1845-1900) para revisar textos de 1871 e 1872 antes de se tornar cônsul. Daí este ter lançado os dois volumes de *Uma campanha alegre* (1890; 1891), cujas crônicas “O governo e a emigração”, de fevereiro de 1872 (v. 1) e “O brasileiro” (v. 2) tratam da emigração ao Brasil. O olhar ao tema é resumido já no início do primeiro: “A emigração entre nós é decerto um mal” (Queiroz, 1890, v. 1, p. 357). A opinião se devia ao perfil dos emigrantes (os mais enérgicos e decididos), levando à perda de “raras vontades firmes” e “poucos braços viris” (1890, v. 1, p. 357). Enquanto ingleses iam à Austrália e Índia movidos pelo espírito de atividade e expansão e voltavam para servir seu país com vontade, experiência e dinheiro, os portugueses emigrariam para sair da miséria e retornariam sem investir: “Em Portugal a emigração não significa ausência – significa abandono. [...] o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar” (1890, v. 1, p. 358).

A crítica forte contra a emigração, feita após uma notícia sobre um engajador para Nova Orleans, precedia o ataque à tentativa de incentivar migrações internas para o Alentejo e seu elogio à recomendação oficial de impedir a emigração:

Diante deste grave problema, a emigração, tendo de examinar as condições do país agrícola, de estudar o meio de organizar o trabalho, de regularizar uma emigração interior, de empregar os braços ociosos, de converter em vantagem nacional a energia nativa da população, de obstar ao enfraquecimento do País pela perda da sua riqueza viva, diante destes problemas – o Governo volta-se para o regedor e, por toda a ideia, por toda a ciência, lança esta ordem: “A respeito dos colonos, o melhor é fechá-los à chave!”

Como solução a um problema econômico – o Governo acha uma fechadura. A governação do Estado torna-se questão de serralharia! Um trinco é um princípio: um parafuso, uma instituição! Como vós sois grandes! Deixai-vos ver bem de frente... Ah! Sois imensos! Mas Sancho Pança – era maior. (Queiroz, 1890, v. 1, p. 365-366)

Na crônica sobre o “brasileiro”, Queiroz definiu-o como o emigrante que voltou rico e virou o “tipo de caricatura mais francamente popular” (Queiroz, 1891, v. 2, p. 95) – numa galeria de tipos aos quais ele associava cada povo. O estereótipo cômico era útil, dizia ele, a uma variedade de gêneros que incluía romances românticos, comédias salgadas e até anedotas:

Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de oiro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o *brasileiro*: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos; o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; o mandão de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota. (Queiroz, 1891, v. 2, p. 96; grifo no original)

O cronista prosseguia que não se atribuíam qualidades fortes e finas, inteligência e coragem ao “brasileiro”, tido, na tradição popular, “como aquelas abóboras de agosto que sofreram todas as soalheiras da eira” e “eternos toscos da rua do Ouvidor” (1891, v. 2, p. 96). Após citar condições de como se imaginariam brasileiros (donos de prédios grotescamente sarapintados, frequentadores de hotéis sujamente lúgubres e outras), realçou que “o *brasileiro*, o rico *torna-viagem* é hoje para nós o grande fornecedor do nosso riso”

(1891, v. 2, p. 97; grifos no original). Opôs-se à injustiça de rir dele e expôs sua tese do “brasileiro” como um português expandido, dilatado pelo calor:

O que eles são, expansivamente – nós o somos, retraidamente. As qualidades internadas em nós, estão neles florescentes. Onde nós somos à sorrelfa *ridiculitos* eles são à larga *ridiculões*. Os nossos defeitos, aqui sob um clima frio, estão retraídos, não aparecem, ficam por dentro: lá, sob um sol fecundante, abrem-se em grandes evidências grotescas. Sob céu do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português rebenta em brasileiro. Eis o formidável princípio! O Brasileiro é o Português desabrochado. (Queiroz, 1891, v. 2, p. 98; grifos no original)

Na sua ironia, o português seria o brasileiro que o clima não deixou desabrochar. A prova para sua tese estaria no verão, em que “o Brasileiro interior tende a florir, a desabrochar, a alastrar em cachos” (1891, v. 2, p. 100). Queiroz sugeria que portugueses se reconhecessem no “brasileiro” como a si próprios ao sol e concluía que o português ria dele, mas buscava viver a suas custas: “Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis estalas em pilherias: – e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro morrias de fome!” (1891, v. 2, p. 101). O tom seguia jocoso ao relatar abordagens colidentes dos brasileiros: a troca em conversas entre amigos no café e a glorificação do emigrante retornado no jornal, discurso ou sermão – “em cavaqueira é o *macaco*; na imprensa é o *nosso irmão d'além-mar*” (1891, v. 2, p. 102). Por fim, propôs ao brasileiro boicotar o lisboeta, fechando a ele o bolso, portas de seus prédios e não pisando em hotéis locais – não deixava ali de reforçar a imagem da migração como mal necessário/abandono.

2

Acolhidas e atritos na fase de fluxo em massa (1888–1930)

APÓS A MIGRAÇÃO PESAR INGREDIENTES (economia, redes, direitos e emoção), é chegada a vez de misturá-los, tal como se faz com a farinha, a água, o fermento e o sal no pão. Se farinhas são peneiradas para remover impurezas, como ovos de inseto e traças, a migração peneira forças econômicas; afinal, muitos cidadãos querem se afastar do convívio com a miséria, a fome, a guerra e outras mazelas.

Para misturar a massa do pão, é preciso água. Já na mistura de imigrantes, redes. A mistura fica no ponto se a farinha absorve a água e tudo fica homogêneo. Já a mescla de migrantes exige que a economia os absorva bem – desafio de todo país de destino. Na virada do século XIX/XX, renovaram-se perfis e volumes de quem migrou, como se lê adiante. Muitos acharam o país receptivo à mão de obra, ao menos por parte do Estado e do mercado; para a sociedade civil, por sua vez, houve revezes, como atritos com trabalhadores locais. Nem sempre a mistura dá liga.

Portugueses podiam receber ofertas de trabalho antes mesmo do desembarque. Mas havia o descompasso entre os planos de patrões, com vagas na zona rural, e os da mão de obra, ansiosa por trocar o trabalho no campo pela cidade. Outra surpresa, nada bem-vinda, foi muitos terem de encarar longa epidemia. Os imigrantes dessa fase não raramente tiveram ocupações marginais, retrataram João do Rio e Lima Barreto através de personagens reais ou realistas. Ambos descreveram trabalhadores sujeitados à falta de direitos

– fermento em nosso paralelo. Há uma gama ampla de personagens da ficção brasileira ilustrando a imigração lusa neste solo, mas atentemos aos estivadores, representados pelo primeiro, e a um capineiro, retratado pelo outro, por terem os pés mais fincados na realidade.

A mistura pode ficar heterogênea, ainda mais na imigração em massa desse período. Afinal, o miolo da imigração une economia e redes (no pão, a água se articula às proteínas da farinha). Percepções internas a tal mistura são lidas em obras de dois autores que viveram menos de dez anos no Brasil – Ferreira de Castro e Miguel Torga, que viram qual maturação, miragem e alma dividida – e um que viveria sessenta anos em São Paulo: João Sarmiento Pimentel.

As redes locais são solventes decisivos ao êxito de migrações. Correspondências ilustram outros olhares e atestam o quanto a ativação de redes importa à imigração,¹ tal como a temperatura da água importa ao pão (aliás, deve-se misturar a massa a menos de 30°C para o bem do pão) (Sebrae, 2010; Brandão; Lira, 2011). Mas, enquanto a massa do pão é dividida para padronizar o peso, o mesmo não se viu na migratória, na qual não havia padrão.

Imigração com outro perfil e volume

“Privilegiado torrão do Novo Mundo”, em alusão à Argentina em jornal do Algarve

A alta no fluxo Portugal-Brasil no fim do século XIX teve três catalisadores: a crise vinícola do Norte luso, com a fragmentação da terra pela nova lei sucessória (minifúndios cresceram 40% de 1897 a 1902) e a maior proletarização; a abolição da escravidão no Brasil, onde salários no Rio de Janeiro e em São Paulo superavam os de Portugal; e a política republicana, que após 1889 abriu portos para

acolher trabalhadores estrangeiros (Lobo, 2001). O início da República portuguesa em 1910 e a tentativa frustrada de restaurar a Monarquia, dois anos depois, ainda impulsionaram a saída de monarquistas, principalmente para Brasil e Espanha. Além das diferenças salariais, os critérios para emigrar para o Brasil incluíam semelhanças que remontavam à colonização (como idioma e religião), o acesso difícil à terra em Portugal, poucas oportunidades de trabalho em suas cidades, o serviço militar obrigatório e a situação da saúde por aqui, apesar de epidemias, como febre amarela e varíola. Daí

autores lusos, como Joaquim da Costa Leite, terem avaliado “o Brasil como destino principal, quase exclusivo” (Costa Leite, 2000, p. 177).

Antes de completar um ano, a República abriu os portos ao livre acesso de “indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África” (Brasil, 1890, *on-line*).² Já crescente, a imigração portuguesa ganhou maior impulso, principalmente para São Paulo, após um novo regramento na Itália (o “Decreto Prinetti”, de 1902) suspender a migração subsidiada para o Brasil pelas notórias más condições de trabalho de suas fazendas.

Das pouco mais de 1,3 milhão de saídas de Portugal entre 1855 e 1914, a antiga colônia atraiu entre 80% e 90% dos migrantes; cerca de 200 mil iriam preferir América do Norte, Argentina, Guiana e Havaí (Costa Leite, 1987). Quem teve o destino da maioria sofreu a exploração no preço de passagens, falta de higiene, espaço ou alimentação adequados, abusos de agentes ou de companhias de engajamento no preço do transporte e contratos de trabalho, difícil controle do cumprimento de leis e contratos em solo brasileiro (Lobo, 2001). Clandestinos enfrentariam riscos e abusos ainda maiores.

Mesmo ciente das condições sanitárias no Brasil, o governo português nunca impôs cotas ou restrições. Mas, por temor de despovoamento, tentou desencorajar saídas ordenando a leitura nas igrejas de nomes de emigrantes falecidos no país. Essas listas, que saíam também em jornais que noticiavam epidemias em solo brasileiro, serviam para amedrontar eventuais emigrantes e avisar a parentes e outros herdeiros dos falecidos para se habilitarem às heranças (Costa Leite, 1987).

Propaganda negativa mais exitosa se viu no Algarve, no extremo sul luso e de maior fluxo migratório para a Argentina. A imprensa regional expôs imagens distintas da ida para o Brasil e para seu vizinho. O historiador Marcelo J. Borges viu o contraste exemplificado num jornal de Faro (*O Algarve*, de 1º de fevereiro de 1914) que publicou uma nota oficial do Ministério do Interior para governadores sobre a crise laboral no Brasil remetendo a relatório consular argentino que citou o “desenvolvimento e riqueza crescente deste privilegiado torrão do Novo Mundo” (Borges, 2018, p. 134). Jornais algarvios advertiram leitores a evitarem emigrar para o Brasil e realçaram

1 Ver as cartas de chamada, como a da figura 7, página 80.

2 A barreira a asiáticos e africanos foi revista em 1907.

notícias sobre a falta de trabalho, as difíceis condições de vida e a desilusão de emigrantes que viviam na antiga colônia; da Argentina, saíam notícias de condições econômicas estáveis, colheitas abundantes, cidades crescendo e algarvios em destaque na comunidade lusa local (Borges, 2018). O alto analfabetismo limitou efeitos desses textos, mas, segundo Borges (2018, p. 134), havia “consenso geral sobre as vantagens comparativas dos mercados laborais da Argentina e as oportunidades que os mesmos ofereciam aos trabalhadores algarvios que decidiam migrar para as Américas. E este consenso público reflectia-se nas escolhas dos migrantes, cuja esmagadora maioria optou pela Argentina como país de destino durante o período em análise”. Os perfis eram muitos.

* * *

Ao fim do século XIX, imigrantes portugueses eram quase sempre homens solteiros ou casados sozinhos, sobretudo de regiões rurais do Norte – como Braga, Porto e Viseu – e rumo ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro (o então distrito federal era o maior polo comercial, bancário e industrial). “No seu país, eram expropriados; no Brasil, viam a venda da sua força de trabalho como elemento que lhes permitiria poupar e acumular”, disse a historiadora Gladys Sabina Ribeiro (1990, p. 17). No século XX, a fração feminina cresceu gradualmente e atingiu 31% nos anos 1950 (Serrão, 1972), refletindo perda de espaço da migração individual em prol da familiar.

O perfil dos imigrantes seguiu a política de recrutamento de mão de obra. Se, no fim do século XVIII, camponeses mais pobres sem-terra não podiam pagar o deslocamento, na segunda metade do século XIX, europeus eram recrutados para substituir escravizados. A província de São Paulo criou um programa de imigração em 1887, divulgando gratuidades em transporte ferroviário, hospedagem, alimentação e tratamento médico. Pretendentes às passagens subsidiadas, oferecidas até os anos 1920, deviam atender a critérios como idade, sexo, estrutura familiar e ocupação; não se financiavam solteiros e quem ia a outro estado (Matos, 2007).

A aliança com britânicos levou à participação e à perda de soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial, o que contribuiu, junto com lutas internas sobre o regime político, ao estado “praticamente insuportável para os

cidadãos”, no relato de Adriano Albino (1999, p. 47), filho de um soldado que venceu tropas monarquistas em Chaves em 1912. No campo, despesas dos agricultores superavam os rendimentos com os minifúndios, como escreveu Albino a partir de narrativas do pai e notícias de jornal.

A década de 1910, última da fase de maior entrada de estrangeiros (1890-1920), teve o auge de portugueses fixados pela primeira vez: 318,5 mil ou 39% dos 815,4 mil imigrantes, bem acima de egressos de Espanha (181,6 mil), Itália (138,1 mil), Japão (27,4 mil) e Alemanha (25,9 mil). Cerca de 11% da alta da população do Brasil no período se deveu às imigrações (Levy, 1974). Tal aumento teve ainda influência indireta da fecundidade de estrangeiras (maior entre italianas, pouco menor entre japonesas e portuguesas). Os lusos se concentravam, no fim dos anos 1920, em São Paulo (281,4 mil), Distrito Federal (272,3 mil), Minas Gerais (20 mil) e Pará (15,6 mil) (Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil [relatório], 1929 *apud* Lobo, 2001). Choques luso-brasileiros em Belém inibiram imigrações no Pará no fim do século XIX.

Os imigrantes do primeiro quartil do século XX eram agricultores e “operários agrícolas”, seguidos por trabalhadores e proprietários do setor terciário (comerciários, alfaiates, barbeiros, etc.) e, menos numerosos, do setor secundário, sobretudo operários – os profissionais liberais e artistas eram raros. Ao menos cerca de três quartos eram muito pobres e, em sua maioria, analfabetos (Serrão, 1972). O predomínio de homens solitários mudou à medida que os subsídios atraíram famílias. O Estado português barrava a saída de mulheres casadas: precisavam do aval dos maridos para ir até eles (Matos, 2013), o que ampliava suas chances de volta e facilitou remessas ao país, valiosas para as famílias e a economia local.

A imigração portuguesa se mostrou quase espontânea e natural no Brasil, efetivando oportunidades abertas por disparidades econômicas, sem exigir experiências bem-sucedidas de atração organizada de estrangeiros, como outros fluxos migratórios (Costa Leite, 2000). A língua comum favoreceu o emprego de imigrantes em serviços de contato com o público, como comerciantes, condutores, sapateiros e carpinteiros. Tal semelhança, que já facilitara a escolha do destino de muitos imigrantes, contribuiria para selar o ganha-pão de muitos deles em solo estrangeiro.

Revezes numa epidemia e em conflitos no trabalho

“Ai, o rico Brasil!
Cá istá el!”,
em crônica de
Luís Edmundo

A cada navio de europeus que atracava no porto do Rio de Janeiro no início do século XX, donos de fazendas e sítios levavam a bordo ofertas de trabalho. Nada menos desejado por portugueses querendo prosperar longe do campo, onde imaginavam ver suor, fome e aflição. Esse trio de males a evitar foi citado por Luís Edmundo, memorialista que ironizou o contraste de anseios em *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938). Com sua prosa leve, recordou que imigrantes viam

o Brasil como “[t]erra da promessa, Éden do bem-estar e da fartura” (Edmundo, 2003, p. 70) e julgavam que a fortuna no campo “anda de gatinhas” (2003, p. 71). Na terra firme, entre sorrisos, batiam os pés no chão a se convencerem do fim da travessia.

— Ai, o rico Brasil! *Cá istá el! Cá istá el!*

Do bando enorme alguns sobram, ao fim do certo tempo. Caprichos da *amarela* que faz a ronda sinistra da cidade. Os outros... Contar, nos cemitérios, por cruzeiros, os que tombam para sempre.

No campo não há peste. Sabem todos disso. Se sabem! Mas, a cidade os fascina. Preferem ficar. E morrer, sonhando as riquezas dos que voltam com as algibeiras peçadas de libras, obesos e comendadores. O balcão, promissor, os embriaga, os seduz. Que importa, por isso, a peste da cidade imunda que apodrece ao sol? (Edmundo, 2003, p. 70; grifos no original)

A cor primária aludia à febre amarela, doença viral que na virada do século XIX/XX foi epidêmica em cidades como Rio de Janeiro e alvo de campanha de vacinação liderada por Oswaldo Cruz. Ao assumir a presidência, em 1902, Rodrigues Alves quis eliminar o mal que tinha contraído e havia vitimado uma das filhas, como se lê na *História da febre-amarela no Brasil*, livro de Odair Franco publicado pelo Ministério da Saúde (Franco, 1969).

A doença tinha sido epidemia na capital mais de cinquenta anos antes. A Academia Imperial de Medicina admitiu o primeiro surto em 1850, com três focos iniciais: a rua da Misericórdia, no Centro, dividindo por zona sul e Tijuca; as antigas Praia dos Mineiros (depois Cais da Marinha) e Praia do

Peixe (junto à Praça XV), avançando via rua Primeiro de Março; e a Prainha e a Saúde, seguindo para Inhaúma e Irajá. A doença tinha chegado a Salvador em navio saído de Nova Orleans com escala em Havana – ambos portos infectados – e foi ao Porto em 1851, contribuindo para alguns países conhecerem a moléstia como “febre do Rio de Janeiro” e “mal do Brasil”. Não mais atribuída à origem divina ou peste, foi surto no Porto em 1856, quando o foco de infecção eram navios saídos do Brasil e ameaçados de serem submersos se não se afastassem da cidade. Na Lisboa de 1857, uma epidemia de mesma origem matou 5.652 de cerca de 18 mil doentes.

Portugueses foram um foco da campanha de 1903. Oswaldo Cruz listou uma dezena de orientações válidas até hoje, tais como a de tapar caixas d’água, tanques e tinas para evitar a reprodução do mosquito transmissor, e frisou o interesse de todos nessas medidas: “A febre-amarela mata no Rio de Janeiro grande número de estrangeiros, na maior parte portugueses, e ultimamente, até mesmo os nacionais ela não tem poupado, com especialidade as crianças” (Oswaldo Cruz, 1903 *apud* Franco, 1969, p. 82). Note-se a ênfase de Cruz na morte de brasileiros: após citar que a doença matava estrangeiros, seu “até mesmo” deu margem à leitura de expressão involuntária de xenofobia. Instruções de saúde pública não tinham a tais migrantes a barreira idiomática vista por outros.

* * *

A praga não foi a única adversidade de imigrantes pobres do Portugal rural. No Rio de Janeiro, viviam perseguições da imprensa, polícia, justiça ou da população em geral e tinham salários que não aceitavam na Europa – conterrâneos os chamavam de “galegos”, pois certos trabalhos em Portugal atraíam apenas cidadãos da Galícia, região empobrecida e com rivalidade regional. Essa expressão era um xingamento, segundo Ribeiro (1990), que estudou jornais e processos criminais e captou duas histórias exemplares, apresentadas a seguir.³

3 A miríade de casos policiais que a historiadora Gladys Sabina Ribeiro estudou inclui outros, retomados no Epílogo.

Numa padaria no Centro do Rio, o dono Geraldo Coelho não era o único português. O mestre forneiro Constantino, de 25 anos e solteiro, deixara a pátria havia anos. Em 1904 foi contratado seu conterrâneo Torquato Pereira Simões, de 16 anos, a quem o patrão ofereceu a padaria como lar e que Constantino viu como uma ameaça para ele. A implicância do padeiro com o jovem, que dizia não servir para sua função, fez Torquato ser dispensado dois meses depois. “Tendo atribuído sua demissão ao mestre forneiro, de revólver em punho foi tomar satisfações, e acabou agredindo-o” (Ribeiro, 1990, p. 18). Na polícia, o patrão tentou ficar neutro, como os empregados brasileiros, que relataram a fragilidade do “moço imberbe” (Autos judiciais, 1904 *apud* Ribeiro, 1990, p. 18) e garantiram que ambos eram trabalhadores e honestos.

A defesa máxima de Torquato, como notou Ribeiro, foi evocar a condição de trabalhador, pois o igualava com o ofendido, outro jovem e trabalhador. Sobressai no relato a expectativa de enriquecer e ascender a dono de comércio com recurso respeitável, o que remete ao olhar de Luís Edmundo: “O balcão, promissor, os embriaga, os seduz” (Edmundo, 2003, p. 70). Portugueses como Geraldo, Constantino e Torquato dominavam setores e papéis no comércio, o que gerava conflitos entre eles e brasileiros. Não havia disputas entre Geraldo e portugueses, mas entre estes por favores melhores do patrão, condicionados a quem melhor servisse a seus interesses, deixando-se explorar e reproduzindo a exploração ao controlar outros. As testemunhas reforçavam a imagem de trabalhador em defesa deles:

A perseguição da autonomia e da liberdade levava os empregados portugueses a se deixarem paternalizar pelos patrões ou a se solidarizarem com os seus objetivos. De acordo com a ideologia do trabalho, patrões e empregados são vistos como iguais. Esta igualdade exerce um papel ideológico importante e legitima o contrato desigual de trabalho. (Ribeiro, 1990, p. 22)

A solidariedade importava mais do que a exploração. Para a historiadora, comerciários portugueses eram acusados de fazer o jogo dos patrões e lesar o freguês, fomentando ódio em brasileiros que os perseguiriam no trabalho – outro caso de atrito visto no Rio retrataria isso.

Na padaria de um português e um espanhol no Jardim Botânico (onde há hoje o acesso ao Túnel Rebouças), o carregador de cestos Adão da Silva,

negro de 35 anos, morreu ao brigar com dois padeiros portugueses. Era um fim de tarde em 1908, e Adão teria chegado embriagado ao jantar dos empregados. Na versão de um dos padeiros à polícia, Adão se comportou mal no jantar até ser repreendido duas vezes por ele, que, na segunda vez, o pegou pelo braço e tirou da mesa, sob ameaça. Quando o patrão espanhol entrou, Adão contou o fato e pediu suas contas a ele, que deu razão ao português e dispensou o carregador.

Adão se enfureceu e ia insultando fregueses e empregados, segundo a reconstituição no inquérito policial. Em meio a crescentes xingamentos e desafios à briga, passou a exigir biscoitos e amêndoas, gerando a luta que lhe foi fatal. A denúncia foi julgada improcedente e os réus nem constaram como autores do crime. A comunidade portuguesa, segundo Ribeiro (1990), ajudava padeiros compatriotas a sobreviverem, dando preferência no emprego, indicando vagas e emprestando dinheiro, assim:

A maior parte dos conflitos que envolviam portugueses circunscrevem-se à falta de honestidade de uns com outros, quando tentavam trapacear e não honrar compromissos e palavra. Nestes casos, contava o jogo de influências e a comunidade apoiava aquele que exercesse papel mais relevante na micropolítica do cotidiano. (Ribeiro, 1990, p. 24-25)

Padeiros portugueses, por exemplo, depuseram a favor dos réus no processo de 1908, no qual Adão, pela embriaguez, figurou como ameaça à sociedade e o padeiro luso, como ordeiro e trabalhador. Nacionalidade foi diferencial.

Estivadores, um capineiro e vidas periféricas

João do Rio:

“É preciso ou morrer
ou fazer fortuna”

Corpos sob fuligem e quase nus, quando muito com calça em frangalhos e camisa de meia. Estivadores de navios de manganês e carvão suavam na Ilha da Conceição, em Niterói, carregando minérios ou em ação na pedreira entre uma estiva e a seguinte. Vinham quase sempre de zonas rurais da Península Ibérica e ignoram-se seus nomes em “A fome negra”, reportagem de 1903

de João do Rio (ou Paulo Barreto fora da literatura), que retratou ruas cariocas e sua modernização como Baudelaire fizera em Paris: “São quase todos portugueses e espanhóis que chegam da aldeia, ingênuos. Alguns saltam da proa do navio para o saveiro do trabalho tremendo, outros aparecem pela Marítima sem saber o que fazer e são arrebanhados pelos agentes. Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebeta de encontro às pedras inutilmente” (Rio, 1995, p. 114). O título do texto, publicado na *Gazeta de Notícias* e republicado em *A alma encantadora das ruas* (1908), é o nome dado com escárnio ao trecho entre o depósito de manganês e o de carvão na ilha percorrida pelo repórter – dali se via a Ponta da Areia, região de pequenas oficinas e estaleiros de reparos navais controlados por portugueses; daí o bairro ter ficado conhecido, décadas depois, como Pequeno Portugal.

Naquele início de século, o feitor sr. Correia via a vida como um paraíso, recebia 200 mil réis por mês e se gabava da ilha cheia de trabalhadores livres: “Vida boa!” (1995, p. 116). Sensação não compartilhada por subalternos, cujas dez horas diárias de jornada rendiam 8 mil réis (1.500 deles eram descontados pela comida e quantia igual pelo leito no barracão). Alguns somaram 3 mil mensais de serviço extra até a madrugada ou metade nas horas extras até meia-noite. Algo comum entre eles era a queixa pela falta de dinheiro e a resignação pelas más condições na ilha: “Quanto ao trabalho, estão convencidos que neste país não há melhor. Vieram para ganhar dinheiro, é preciso ou morrer ou fazer fortuna” (1995, p. 116). Um dos anônimos estivadores portugueses contou mais do cotidiano cinza vivido por todos:

Engasgou-se com um osso. Meteu a mão na goela e eu vi que essa negra mão rebentava em sangue, rachava, porejando um líquido amarelado.

Estás ferido?

É do trabalho. As mãos racham. Eu estou só há três meses. Ainda não acostumei.

Vais ficar rico?

Os seus olhos brilhavam de ódio, um ódio de escravo e de animal sovado.

Até já nem chegam os baús para guardar o ouro. Depois, numa franqueza: ganha-se uma miséria. O trabalho faz-se, o mestre diz que não há... Mas, o dinheiro mal chega, homem, vai-se todo no vinho que se manda buscar. (Rio, 1995, p. 115)

Ao sondar a nacionalidade do grupo, o repórter captou o orgulho de ser português, visto como um símbolo de distinção, mais do que mera origem: “Na ilha há poucos espanhóis e homens de cor. Somos nós os fortes” (1995, p. 117). Na fala de superioridade autoatribuída, entreveem-se “vieses hierárquicos que, por vezes, atravessam as relações interétnicas”, no termo da historiadora Ismênia Martins (2017, p. 25) ao discutir registros literários brasileiros da imigração lusa na capital da virada do século. O convívio de imigrantes, para ela, justapunha solidariedade e conflito, devido à simpatia de brasileiros e à disputa por trabalho. Redes de solidariedade e rivalidades coexistiam, como nas adesões ao crescente movimento operário. Antes da imigração, os depoentes de João do Rio levavam vidas paupérrimas no campo, ao qual não queriam voltar pobres; em novo solo, “tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor. Não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados” (Rio, 1995, p. 114). Não conheciam o Brasil além das ilhas onde atuavam (Bárbaras e da Conceição) e, no máximo, redutos primitivos de Niterói.

Os seus conhecimentos reduzem-se à marreta, à pá, ao dinheiro; o dinheiro que a pá levanta para o bem-estar dos capitalistas poderosos; o dinheiro, que os recurva em esforços desesperados, lavados de suor, para que os patrões tenham carros e bem-estar. [...] Quando um deles é despedido, com a lenta preparação das palavras sórdidas dos feitores, sente um tão grande vácuo, vê-se de tal forma só, que vai rogar outra vez para que o admitam. (Rio, 1995, p. 114-115)

* * *

A resignação ao trabalho, por mais precário, foi traço imigrante retratado também por Lima Barreto nos anos 1910. Mais conhecido por romances como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicou contos na imprensa, incluindo “Manel Capineiro” (1915), cujo personagem-título era um imigrante apegado a Portugal e a seus bois Estrela e Moreno. Esse relato, que transita entre o conto e a crônica de costumes, inicia na descrição da via marginal e pouco conhecida onde Manel carrega capim com sua carroça de bois nas madrugadas frias: a Estrada Real de Santa Cruz, usada no século XIX pela família imperial como trajeto da sua residência em São Cristóvão (centro expandido) à Fazenda Real de Santa Cruz (zona oeste). Ao descrever a estrada que corta a área rural, Barreto (1915, p. 35) acentuou seu “forte aspecto de tristeza, de pobreza e mesmo de miséria”. Com a República com mais de 25 anos, a antiga Estrada Real foi citada como “estrada de pobres” (1915, p. 35), por nela transitarem carvoeiros, capineiros e tropeiros com suas carroças.

A rota é longa e tem “pousos” afastados onde trabalhadores como Manel descansam e bebem cachaça (“pingas”, diria Barreto). O narrador destacava o armazém Duas Américas e cinco frequentadores: os brasileiros “Tutu”, carvoeiro mulato quase negro analfabeto; “Parafuso”, tratador de cavalos preto e estimado; a moça de nome ignorado, presença diária reputada como “vaga-bunda” pelo dono do armazém; além de dois portugueses – o entregador de leite Antônio do Açougue, saudosos de seu negócio de carnes, e Manel, cuja história é foco de Barreto, que morou em subúrbios, como a Ilha do Governador e Todos os Santos. Ao biografar o autor, Lilia Schwarcz (2017) bem notou que o tema central do conto é a relação profunda entre ele e seus animais de carga. Porém, o texto retratou ainda convívios entre brasileiros e lusos com o armazém como local de encontro.

A nacionalidade distinguia personagens, mas não gerava diferença de tratamento entre os frequentadores do comércio. Carioca contemporâneo a conflitos não raros de trabalhadores brasileiros e portugueses na então capital, Barreto retratava a origem como irrelevante fora de lutas por trabalho. Os dois personagens portugueses são ali identificados pelo ofício, e não pela procedência: Manel *Capineiro* e “seu” Antônio *do Açougue*, referido pelo narrador como ilhéu (açoriano ou madeirense). O amor de Manel por Estrela e Moreno o fazia evitar ao máximo ferir os bois com a farpa que usava para guiá-los. Era tão dedicado aos animais – e fontes de renda: “são o meu pão” (Barreto, 1915, p. 36) – que cuidava de carrapatos e “manqueiras” e não hesitava

em parar a conversa no armazém na hora de dar ração. Aceitou a vida e as cobras no capim, que colhia e punha na carroça toda tarde; à noite, vigiava os feixes por temer ladrões capazes de roubar o capim. Barreto ironizou-o como um raro estrangeiro que não implicou com ofídios no Brasil. A saudade de Portugal se estendia a seus costumes e culinária:

Manel Capineiro é português e não esconde as saudades que tem do seu Portugal, do seu caldo de unto [com banha de porco], das suas festanças aldeãs, das suas lutas a varapau; mas se conforma com a vida atual e mesmo não se queixa das cobras que abundam no capinzal. (Barreto, 1915, p. 36)

Até que uma tragédia transtornou a vida de Manel. Certo dia, ele ia com os bois pela estrada e, ao cruzar a linha férrea, o trem os atropelou sem ele compreender se o que causou o acidente foi a máquina, uma imprudência sua ou o descuido do guarda. Manel ficou chorando a morte dos bois, qual a mãe chora a do filho, e dizendo: “Ai! mo gado! Antes fora eu!” (1915, p. 36).

Manel Capineiro, Antônio do Açougue e outros personagens de Barreto são ilustrações literárias, a exemplo dos estivadores de João do Rio; aliás, o projeto Portugueses de Papel cataloga personagens lusos na ficção brasileira e já listou outros dez portugueses em contos e romances seus – o póstumo *Clara dos Anjos* tem o maior número (três): o guarda de obras públicas Eduardo Lafões, o chacareiro Valentim e o vendeiro Barcelos (FLUL, 2016). Na dúzia de personagens, o autor deu presença e voz a um grupo crescente não só na capital federal. Como em João do Rio, as palavras atribuídas a eles dizem muito da imigração, ainda que sujeitas aos filtros literário e jornalístico. Eles aceitaram trabalhos menos valorizados para, apesar das adversidades, obter fortuna em seus dois sentidos: de felicidade e de grande riqueza.

Partiu do autor de *A alma encantadora das ruas* uma reação em prol de portugueses no Brasil sem paralelo na imprensa aqui. A chamada Lei da Nacionalização das Pescas, de 1920, exigiu que pescadores imigrantes – lusos e espanhóis na maioria – se tornassem brasileiros se quisessem continuar no ramo. Tal restrição de direitos de estrangeiros teve imediata oposição de associações de imigrantes, da imprensa portuguesa em solo carioca e de João do Rio, voz brasileira solitária no fato, que atingiu 1.200 “poveiros”, os naturais de Póvoa do Varzim. “A medida que se pretende tomar repugna aos

sentimentos da nação, em cujo conceito o português está acima de qualquer suspeita e não merece senão a grata cordialidade dos brasileiros com que se confunde, na paz e na guerra”, sustentou em trecho replicado no vespertino lisboeta *A Capital* (Rio, 1920 *apud* Alves, 2020, p. 34). Ante a inflexibilidade administrativa entre nós, os poveiros preferiam a repatriação em seu país natal. Falecido em 1921, esse cultor de enlaces luso-brasileiros daria nome a uma rua em Póvoa do Varzim e a uma praça em avenida de Lisboa.

Imigração como maturação e miragem para um romancista social

Ferreira de Castro
(no Pará, 1911-1919):
“Enxergava
muita ambição e
muitos pobres”

Órfão de pai desde os oito anos, José Maria Ferreira de Castro (1898-1974) deixou Oliveira de Azeméis (Aveiro) aos 12 anos e emigrou para Belém para sustentar a mãe e os quatro irmãos e parecer maduro ao olhar de Margarida, jovem mais velha que não correspondia a sua paixão. Bom aluno na escola primária, única que frequentou, distinguiu-se por desejar aprender além do básico num tempo em que, aos pais de colegas, bastava a seus filhos “saber fazer as quatro operações e ler e escrever uma carta para o Brasil...”,

recordaria o escritor (Ferreira de Castro, 1938 *apud* Brasil, 1961, p. 14). Muitos jovens da região emigraram para o país lusófono e tinham voltado com relativa riqueza, estimulando outros a seguirem seu exemplo.

A partida fez a matriarca chorar desesperada por seu primogênito – “nunca mais te vejo, meu filho! Nunca mais!” (Castro, 2017b, p. 242) – e conhecidos julgarem vantajoso sair tão jovem – “indo nesta idade que se consegue arranjar alguma coisa” (2017b, p. 242) –, como narrou após ter retornado. No seu íntimo, viu na decisão um triste corte de laços, quase um luto: “[e]ssa violência sentimental, esse brutal desarraigamento, que dir-se-ia efetuado na própria carne, amortecera-me a vontade de parecer homem e eu chorava em frente dos vizinhos que me desejavam boa sorte, espalhados pela escada e no quinteiro, como se esperassem a saída dum enterro” (2017b, p. 242).

Naquele 1911, uniu-se à massa de portugueses emigrantes do início de século, mas, ao desembarcar do vapor *Jerôme*, não encontrou emprego no comércio da capital paraense e foi trabalhar no armazém de um seringal à

margem do Rio Madeira. Faria da memória de seus quatro anos no país matéria-prima dos romances sociais *Emigrantes* (1928) e, com a floresta como cenário, *A selva* (1930). Lembrou da fome e de recusas de trabalho (muitas partiam de portugueses). Via a migração de tal forma como maturação que atribuiu a sua ao amor não correspondido pela jovem Margarida e ao desejo infantil de se valorizar a ela e compensar a diferença de idade: “Eu queria ir. Um homem é um homem e eu, justamente porque ainda não era um homem, mais me empenhava em querer parecê-lo. [...] suportei a primeira hesitação. Foi um dos momentos mais corajosos da minha vida. Eu partia para o desconhecido, para o fabuloso, sem saber quando voltava, sem saber até se voltaria” (2017b, p. 243). O desconhecido de além-mar gerava receio e excitação – “tudo seria inédito” (2017b, p. 244) –, e Castro lembrou de ter chegado “sem saber onde pôr os braços e onde pouso os olhos diante das pessoas grandes – e muito menos qual seria o meu destino” (2017b, p. 246). Voltou após nove anos com o bolso vazio, ambições literárias e o humanismo, que julgou sua maior riqueza.



No exterior, o escritor recolheu ingredientes para sua obra, que guinou do romantismo para o realismo após contrastar os textos “dispersos e artificiais” de ficcionista com os artigos “sedentos de justiça” publicados em órgãos operários (2017b, p. 250). Lê-se a migração como maturação no posfácio autobiográfico, como em: “do ponto de vista material, esse que tantos homens expatriava para as Américas, eu fui um emigrante vencido. A própria psicologia do emigrante, que é a sua principal força, me abandonou pouco depois de ter chegado ao Brasil, deixando-me, em seu lugar, um novo sonho” (2017b, p. 251). Idealizações não foram evitadas, tais como não ver preconceito de classe nos brasileiros.

Os êxitos comercial e de crítica fizeram-no ser saudado, nas imprensas cá e lá, como candidato forte ao Prêmio Nobel de Literatura (Brasil, 1961), o que, se recebido, teria feito dele o primeiro vencedor lusófono (José Saramago foi laureado em 1998). Se Castro retratou a migração como maturação em textos autobiográficos, na ficção viu-a como miragem.

Ferreira de Castro abre *Emigrantes* atribuindo o romance, na introdução “Pórtico”, ao desejo de tratar da condição emigrante: “Os homens transitam

do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor”, afirma na epígrafe desse romance (Castro, 2017a, p. 15). Nele, o anti-herói Manuel da Bouça tinha muito em comum com conterrâneos: lavrador aspirante a ter terras, viu-se impelido a buscar fortuna no Brasil, mas viveu uma saga avessa à idealização então corrente. Analfabeto, deixou a esposa e a filha no Vale do Caima e migrou desejando voltar e comprar terras na vizinhança, tornando-se patrão:

Em todas as aldeias próximas, em todas as freguesias das redondezas, havia o mesmo anseio de emigrar, de ir em busca de riqueza a continentes longínquos. Era um sonho denso, uma ambição profunda que cavava nas almas, desde a infância à velhice. O ouro do Brasil fazia parte da tradição e tinha o prestígio duma lenda entre os espíritos rudes e simples. [...]

Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas liberadas. (Castro, 2017a, p. 31)

A imagem do Brasil como fonte de fortuna, difundida pelos agentes de passagens, coexistia com receios, como o de febres e de naufrágio. Manuel encarou uma longa espera pelo interrogatório curto e pela vacina para obter o visto no consulado. O navio partiu com ele tendo um único aceno do amigo que o tinha ajudado em Lisboa. “Aquela mansa saída do rio, sob a indiferença da cidade, comovia a quase todos eles [emigrantes]” (2017a, p. 77). No desembarque, sua angústia era descrita como um vazio que unia expectativa, alvoroço e medo. A migração veio a ser reportada como uma miragem no reencontro de Manuel com Cipriano, egresso de sua vila que contraindicava emigrar numa carta que não lhe chegou a tempo de rever planos.

Sem crer que “quase não se ganha para viver” (2017a, p. 104) e com olhar arregalado quase em pânico, Manuel se inteirou das condições de trabalho em Santos e no campo, concluiu ser difícil juntar renda e ouviu de Cipriano que este não voltava para Portugal por vergonha e que outros tinham voltado ricos por sorte no passado. O recém-chegado preferiu então buscar recrutamento oficial para cafezais no interior paulista. Chorou de tristeza e se envergonhou daquelas lágrimas. Na fazenda, achou um compatriota cuja voz serviria para abordar a pouca presença portuguesa na região: “não admira:

todos eles vêm para o comércio, mas agora, que já não fazem nada, é que elas vão ser. Há por aí portugueses até dar com um pau e que fariam muito melhor se deixassem a cidade e fossem tentar a sorte com uma enxada. Que isto também é capaz de dar nada” (2017a, p. 119).

O descompasso entre a migração real e a idealizada foi omitido na primeira carta para a família, na qual Manuel dizia estar muito contente. Empregou-se numa fazenda, e o salário pagava caro a rede e utensílios domésticos usados, dificultando poupar. Aos 42 anos, digerira a desilusão sozinho: “Afinal, onde estava todo esse dinheiro que ele não o via, nem para si, nem para os italianos, nem para os brasileiros que trabalhavam de sol a sol? O que ele enxergava era muita ambição e muitos pobres, como em Portugal, como em toda a parte” (2017a, p. 154). Largou o trabalho após um ano e depois de ver a lavradora amiga assediada pelo feitor. Ao sair de lá, sentiu saudade de Portugal.

Na segunda das duas partes de *Emigrantes*, a imagem da miragem prevalece sobre a da maturação, mais lida no posfácio. Comerciante em São Paulo, Manuel lamentou a desgraça de não acumular riqueza afetar mais gente. E se amargurou. A viuvez o fez cogitar não voltar para Portugal, pois não queria ser visto como um retornado pobre e com genro que não desejava ter.

A trama daria guinada após uma revolução alegadamente anticorrupção provavelmente inspirada na Revolta Paulista de 1924, fruto da insatisfação de militares com o *status quo* político e a crise econômica. Manuel de início recusa-se a se envolver nela, por ser português e avesso a confusão. Mas, ao ver um manifestante morto no chão, furta seus anéis de ouro e relógio após hesitação. Decidiu recolher os objetos valiosos para poder pagar logo a volta para Portugal, e não em dois anos, como planejava. Prestes a voltar, apiedou-se de imigrantes então desembarcados: “Aqueles diabos imaginavam que para se enriquecer bastava ir por aí fora, com ganas de trabalhar. Ele também pensara assim, mas depois é que vira” (2017a, p. 206). O narrador exibiu sentimento parecido com os “retornados”, que perderam a ilusão que os levara àquela terra.

De volta à aldeia, Manuel ocultou seu infortúnio no Brasil da filha, de amigos e de conhecidos, que o imaginaram rico e ignoravam como ele tinha logrado voltar: “Preferia tudo a submeter-se ao vexame de expor ali a sua desventura – ali onde os homens se sentiam diminuídos se regressavam pobres do Brasil” (2017a, p. 232). Tal preferência o fez, após conhecer o neto e o genro e se lamuriar por não poder pagar a cova à mulher, fugir de novo da terra de

origem – desta vez para Lisboa, onde se julgou poupado do vexame pelo anonimato da vida na capital. Na ida, viu o palacete erguido pelo agente de passagens que tinha contratado e que, segundo o narrador, “enriquecera com os que tinham ido e por lá ficaram, entregues aos acasos da sorte, ou haviam regressado pobres, desiludidos e gastos como Manuel da Bouça” (2017a, p. 236). Por ter nutrido a miragem do ouro por tanto tempo, sentiu muita desilusão.

A disposição de Castro à literatura engajada se reforçou em *A selva* já a partir do curto “Pórtico”, em que via no livro um registro da “tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e de justiça” (Castro, 1972a, p. 21). Após nove anos na Amazônia, tomou a obra como um débito com desbravadores como ele, que trabalhou entre cearenses e maranhenses num seringal. “Se é verdade que neste romance a intriga tantas vezes se afasta da minha vida, não é menos verdadeiro também que a ficção se tece sobre um fundo vivido dramaticamente pelo seu autor”, assinalou em “Pequena história de ‘A selva’” (1972b, p. 27). Para o poeta Blaise Cendrars, o autor fez tal livro para “se libertar de uma assombração” (Cendrars, [s.d.] *apud* Brasil, 1961, p. 48). Romance em português mais traduzido a seu tempo, *A selva* foi lido como um clássico, uma reaproximação entre Brasil e Portugal, pelo prefaciador Jorge Amado:

São esses homens, vindos de Portugal e aqui fazendo-se brasileiros amantíssimos, os mestres da amizade luso-brasileira, aqueles que estabelecem os laços de compreensão e amor. De quando em vez, um desses imigrantes se eleva como um símbolo vivo dessa amizade por um feito admirável, por uma criação imperecível. Esse o caso de Ferreira de Castro e de seu romance *A Selva*. (Amado, 1972, p. 18).

Na trama, Alberto exila-se por seus ideais antirrepublicanos aos 26 anos e fixa-se num seringal nos confins da floresta. Com o alto valor da borracha, “era, então, a Amazônia um ímã na terra brasileira e para ela convergiam copiosas ambições dos quatro pontos cardeais, porque a riqueza se apresentava de fácil posse, desde que a audácia se antepusesse aos escrúpulos” (Castro, 1972a, p. 41). Saído de Belém num “curral flutuante”, virou seringueiro após pagar mil réis para ir até o Rio Madeira, quase preterido por cearenses pelo aliciador: “Aquela longa viagem, duplicando a distância que até ali o separava de Portugal, a interrupção dos seus estudos, a derrota das suas

doutrinas e os ásperos baldões já sofridos [...] deprimiam-no tenazmente: ‘Sem futuro definido, entregue apenas ao arbítrio das circunstâncias, talvez não conseguisse mesmo regressar’” (1972a, p. 161). O narrador cita também a troca da imigração lusa na Amazônia rural, para a exploração e defesa territorial, pelas cidades:

Esvaíram-se, porém, os séculos e à exploração audaciosa sucedera o trabalho organizado, o esforço já não para descobrir, mas para corrigir a selva triunfante e inexorável. Os portugueses retiraram-se das breves solidões e os seus descendentes, não menos ambiciosos, mas já sem o arroubo da temeridade, instalaram-se nas cidades. Eram agora comerciantes e da brenha conheciam apenas o produto da labuta dos que lá agonizavam. A bordo do “Justo Chermont” só Alberto marcava a existência da nacionalidade. (Castro, 1972a, p. 89)

Menos presente que em *Emigrantes*, a migração desponta como um *status* na menção à fortuna vinda da borracha – “fora assim que seu tio enriquecera e tinha já duas quintas em Portugal” (1972a, p. 41) – e ao exitoso comendador – “fora dos que viera de tamancos, rude, analfabeto, as nádegas juvenis sempre expostas aos pontapés dos superiores, nessa época, ainda não muito distante em que o comércio português, dentro e fora da metrópole, se caracterizava por vida autoritária e rotineira” (1972a, p. 76-77). Mais do que portugueses, *A selva* focou a migração de nordestinos que buscavam na Amazônia a fuga para o drama da seca. Curiosamente, no ano do bicentenário da Independência, o livro teve três menções entre os duzentos livros indicados para entender o Brasil, em enquete com 169 intelectuais feita por iniciativa da *Folha de S. Paulo*, da Associação Portugal-Brasil 200 anos e do Projeto República/UFGM (200 anos..., 2022).

Maturação e alma dividida para doutor ex-lavrador

Miguel Torga
(em Minas Gerais,
1920-1925):
“O Brasil tatuara-se
na minha alma”

Trabalhador na fazenda do tio em Leopoldina (MG) entre 1920 e 1925, Miguel Torga (pseudônimo de Adolfo Correia da Rocha, 1907-1995) voltou para Portugal, tornou-se médico e tratou da migração no romance autobiográfico *A criação do mundo* (1937) e na coletânea de ensaios *Traço de união: temas portugueses e brasileiros* (1955). Naquele livro com sete partes, tal qual os dias do mito criador, o narrador autobiógrafo dizia ter chegado à “terra onde estava a minha felicidade” ou “o Brasil que me ia enriquecer como a

toda a gente” (Torga, 1996, p. 92), conhecia espécies como inhame, jacarandá e tucano e concluía, em “O Segundo Dia”, que “nada do que aprendera em Agarez [terra natal] me servia ali. Nem os ninhos eram iguais” (1996, p. 92).

O protagonista foi discriminado por ser imigrante e, em menino, viu ofensas como algo canino: “Não fazia mal que ladrasse. Contanto que não se atrevesse a cantar ao pé de mim que ‘As desgraças do Brasil/ eram duas, agora são três:/ A formiga cabeçuda,/ o italiano e o português’, não fazia mal que espumasse peçonha nativista” (1996, p. 152). Após cinco anos e a venda da fazenda do tio, voltaria ao país natal, como no relato feito em “O Terceiro Dia”, e veria aquela fase como de mudança pessoal: “o ingênuo rapazinho que a vira [a cidade] em espanto e desespero à chegada do Arlanza, morrera” (1996, p. 163). O narrador, segundo a professora Dora Nunes Gago, é um adulto que dá voz à criança que foi e para quem “a emigração assume-se como experiência de amadurecimento, de contacto com um espaço novo, diferente, marcado pela dureza da vida e, simultaneamente, pela descoberta” (Gago, 2008, p. 219). Os revezes na estada não eram atribuídos ao país que era conhecido – e descrito no livro – aos poucos.

Voltaria ao Brasil em 1954, em viagem para um congresso de escritores em São Paulo emendado em conferências e discursos ali e no Rio de Janeiro. Em “O Sexto Dia”, há um trecho no qual aludiu à marca do país nele: “Nenhuma impressão de outrora se perdera. Cada estímulo apenas trazia à memória entorpecida a resposta já dada na primeira hora. O Brasil tatuara-se realmente na minha alma como uma tinta indelével. A longa ausência não lhe desbotara sequer o brilho original” (Torga, 1996, p. 596). Na ida e volta de São Paulo, Torga teve o nome censurado na lista de passageiros do navio

publicada em jornais. No evento entre pares, em réplica ao sociólogo Roger Bastide, defendeu que juízos sobre as Américas e a Europa não partissem só de dados literários – até porque, no seu caso, duas vivências se somavam: de intelectual e ex-imigrante (Torga, 2016, p. 40). Para ele, portugueses sonhavam com o Novo Mundo e viajavam rumo a ele, ao contrário de outros europeus, de sonho não concretizado. Em seu país, da Europa “migradora”, a ação superava abstrações; europeus imigrantes “não fazem do Novo Mundo pretexto de catarses especulativas ou Éden dos seus complexos, mas o ajudam a erguer com o suor quotidiano. Multidão anónima que anda ali fora, a viver” (2016, p. 39). O escritor valorizava o emigrante disposto a pisar e apalpar a terra.



6 Miguel Torga

Torga diria ter procuração para falar pelos emigrantes, pois desembarcou no Brasil aos 13 anos após descobrir o “mar interminável” e o navio parecendo “presídio de galerianos” (2016, p. 39). Em suas recordações daquele rapaz, “a alma dele ia-se dividindo, repartida entre o passado e o presente, escanchada sobre o oceano. O Novo Mundo era agora uma nova pátria embutida nos sentidos. Nada de raciocinado, de construído, de voluntário. Assimilação, apenas. Impregnação indelével de tatuagem” (2016, p. 39-40).

Despontava a imagem da alma dividida entre passado e presente, Portugal e Brasil, retomada adiante. Até então, Torga tinha comparado a migração com uma vacina que deixa marca na pele mesmo após a imunização e enaltecia sua vida não apenas intelectual na América – vivência de quem se incorporou nela, não só a pensou, e que, uma vez retornado, influenciou com ideias e hábitos a Europa e os olhares sobre o Novo Mundo. O escritor alegou se expressar ali como um antigo emigrante que viveu cinco anos de “contraditórias sensações” (2016, p. 88); no início, pela natureza hostil e atritos humanos e sociais; depois, sentiu a nostalgia da exuberância na terra natal, ao contatar velhos companheiros:

Na meninice, uma ancestralidade aflita, diante de formas, costumes e comportamentos inusitados; na idade madura, a saudade incurável dessa vida rica de peripécias, larga, quente, generosa, sem regras nem medidas! Então, uma pobre e tenra criatura, modelada por

hábitos estratificados, rituais, abruptamente arrancada do ninho, e posta em face doutras paisagens, doutros costumes, doutras noções; agora, esse mesmo ser humano, que aumentou o seu pecúlio de experiências, que alargou os seus horizontes espirituais, a lutar dentro da antiga pele onde já não cabe. (Torga, 2016, p. 89)

A imagem da alma dividida teve outros termos: “esse dualismo interior mortifica-me o coração” (2016, p. 89) e “esse desnível interior, esse desequilíbrio do espírito” (2016, p. 91). Esse dualismo, que misturava Ursa Maior ao Cruzeiro do Sul, flores do ipê e do rosmaninho, águas do Doiro e do Paraíba, tornou o migrante, na sua autoimagem, inseguro e vulnerável: “E convivem na mesma carcaça dois seres opostos. Um, europeu, de medidas greco-latinas; outro, americano, anárquico e transbordante. E nenhum vence o adversário, triunfa definitivamente do incómodo companheiro. Caminham ambos a par, negando cada qual o vizinho” (2016, p. 89).

Migrantes seriam seres fraturados como cristais rompidos por um golpe de vento cruel, na bela imagem poética de Torga. A divisão da alma afeta até avaliações morais – condição complexa à qual atribui o silêncio literário sobre migrantes. O emigrante se complexificaria por faltar sutura aproximando as margens atlânticas: gemia por Portugal no Brasil e vice-versa e, por “oscilar, hesitar, sofrer” (2016, p. 95), aderiria à “solidão irremediável dum lado ou doutro do mar” (2016, p. 97). Para ele:

Ser emigrante é ser condenado a uma exceção biológica. É receber da vida a marca indelével da permanente inquietação. Enquanto que os outros mortais são como arbustos humanos plantados no chão onde nasceram, que o vento da excomunhão não arranca e o imperativo da fome não transporta, o emigrante tem asas em vez de ramos, que não taceiam apenas o espaço limitado pelo perfil da copa, mas toda a imensidade possível. E isto separa-os irremediavelmente. De um lado, os galerianos felizes da quietude; do outro, os contrabandistas da linha equatorial da vida, eternos infelizes de passaporte na mão. (Torga, 2016, p. 98)

O autor concluía a fala com tais paralelos, a enaltecer migrantes, descritos como inquietos ocupando espaços sem fim, logo, carentes da felicidade da

quietude dos outros. Com esse elogio que relativiza a felicidade acessível ao migrante, deu mais margem a uma mirada que sobrepõe a imagem da maturação à da alma dividida – jamais miragem, nem no romance, nem em ensaios.

O drama do emigrante português ainda estava por escrever, diria Torga no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro naquele 1954. Em conferência no edifício gótico do Centro carioca, criticava autores do século XIX, como Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco, por não terem alcançado o âmago da questão, sobretudo na aposta irrealista em dose de pitoresco, ridículo, arbitrariedade e malevolência. Em Eça, sentiu falta de ir além do que se concederia por direito a todo mortal; e Camilo, para ele, teria popularizado uma caricatura ofensiva à essencialidade subterrânea.

Espera para militar que virou memorialista em São Paulo

Ouvido por João S. Pimentel (em São Paulo, 1927-1987):
“Estás a caminhar para zero”

O militar e escritor João Sarmiento Pimentel (1888-1987) viveu seis décadas de seus quase 99 anos em São Paulo, a partir de 1927. Atuou no levante republicano de 1910 ainda aluno da Escola do Exército, lutou em Angola e, na Primeira Guerra Mundial, em Flandres. Defendeu a República contra monarquistas do Porto em 1919 e foi capitão até ser expulso do Exército por aderir ao contragolpe antiditadura malsucedido. Refugiou-se na Galícia até se exilar no Brasil, onde foi um dos criadores do jornal antissalazarista *Portugal Democrático* e da Casa de Portugal de São Paulo. Parte desse percurso está registrado em *Memórias do capitão* (1963, ed. brasileira; 1974, ed. portuguesa, acrescida de uma segunda parte).

A imigração no Brasil foi tratada após suas memórias do refúgio na Galícia e ligada à expectativa de jovens idealistas como ele de não tardarem a voltar: “Aqueles moços pensavam que a revolução não estava perdida, e que dentro de pouco tempo regressaríamos a Portugal com todas as honras e direitos” (Pimentel, 1974, p. 225-226). Com os conflitos locais, não imaginou voltar logo após deportações em massa e prisões generalizadas. Ao atravessar o oceano no *Highland Piper*, entre março e abril de 1927, reviu amigo jornalista e político, e as reminiscências desde a infância nutriram diálogos

até a chegada no Rio de Janeiro. Planejava esperar o fim da ditadura para retornar para Portugal até mudar de olhar num papo com o aviador Gago Coutinho:

Saudades mil da terra e da família. E já íamos no nono mês daquela vida de turismo ou de treino para andarilhos, quando numa daquelas manhãs de sol que fazem da Guanabara o cenário maravilhoso duma luminosidade e cor que mudam a água da baía em metal fundido, o Almirante, vendo-me extasiado diante daquele espetáculo surpreendente, me disse:

— Estás a caminhar para zero.

[...]

— Nada disso, poeta. Eu estou-te prevenindo, como matemático que sou. Caminhas para zero porque só gastas e não ganhas um vintém. Evidentemente que acabarás passando privações no dia em que esgotares os últimos recursos de que dispões. Antes de chegares a esse zero, vai deitando os olhos para uma possibilidade de ganhares o pão do exílio, pois ficares na dependência dos outros, eu sei que é contrário ao teu feitio. (Pimentel, 1974, p. 227-228)

Para não mais “caminhar para zero”, buscou um emprego e, no *Jornal do Commercio*, encontrou uma vaga de trabalho no armazém de um inglês. No capítulo “A caminho da revolução” (o último da edição brasileira), lê-se o diálogo entre esses europeus sobre as condições de um atender à demanda de trabalho do outro. Bastou o atributo de saber ler e escrever para ser admitido e ganhar o “pão do exílio”:

— Sabe ler?

— Alguma cousa, respondi, sorrindo.

— Não ria, não, porque no Brasil a indumentária não é certidão de instrução primária.

— E da Universidade? retruquei com certo desembaraço.

— Isso é outro caso... e passando-me uma folha de papel, disse-me para fazer uma carta pedindo emprego.

E naquela própria hora tornei a principiar a minha vida de trabalho, com a qual eduquei os filhos e pude sustentar a minha casa num

nível aproximado daquele que tinha em Portugal. (Pimentel, 1974, p. 228)

Na previsão feita aos 40 anos, em breve reveria a família e a migração seria provisória. A expectativa era de que a ditadura, razão do exílio, acabasse logo e sua volta se aproximasse: “A ideia obcecada de voltar para Portugal, não só o inibia de ambicionar uma situação estável no Brasil, como o levava a estabelecer planos que concretizassem essa premente vontade, e pensar nos encargos e dificuldades de uma nova aventura, pois o regresso implicava também a restauração da República” (1974, p. 228). Ao retornar a Portugal em 1950, o patriotismo e a saudade não o privaram de “impressões esclarecedoras de uma situação que só não fere a sensibilidade de quantos ignoram a dignidade de seu semelhante ofendida pela injustiça social e pelo egoísmo boçal e ostensivo dos ricos, dos opressores, dos falsos *clercs*” (1974, p. 368; grifo no original). Fixou-se de vez com a família em São Paulo e temporária acabou sendo a volta à pátria após a democracia restaurada em 1974, ano da edição portuguesa de *Memórias do capitão*. Nela, Pimentel diria que o caudal emigrante já não desaguava na costa do Brasil, adotando outros destinos. Em Portugal, foi reintegrado ao exército e se veria promovido a general honorário.

A linguagem do livro transita entre a história e a literatura, a ficção e o documento, o sonho e a realidade, a reminiscência e a fantasia, avaliou Jorge de Sena, professor da Faculdade de Letras da UFRJ e português que definiu *Memórias do capitão*, no prefácio da 1ª edição, como “obra magna de um grande escritor que há muito se adivinhava nos seus dispersos” (Sena, 1974, p. 16) e um caso de documento histórico, memórias privadas, criação artística, vigor do estilo e, “acima de tudo, autorretrato vivo de uma grande figura de português [...], exemplo de fidelidade aos ideais de independência de um povo, e de portuguesa dispersão pelo mundo” (1974, p. 13-14). Na leitura feita aqui, a migração é vista como uma espera sem fim à vista para a volta para Portugal. A edição de 1974 faz menção ao desejo do autor de um dia redigir a terceira parte das memórias: “Homens e Documentos”, sobre brasileiros e portugueses cujo trabalho na cultura admirou de perto. Faleceu em 1987 sem lançá-la, mas tendo contribuído para criar a Casa de Portugal, o *Portugal Democrático* (1956-1975), jornal de oposição ao salazarismo da colônia lusa em São Paulo, e a *Revista Portuguesa* (1930-1945), republicana e liberal que redigiu com outro imigrante, Ricardo Severo (Fernandez, 2016).

Olhares íntimos nas cartas de chamada

“Vinde prevenido com
limões e assucar”

Imigrantes portugueses do início do século XX vinham deixando de ser os miseráveis e desprotegidos de outrora. Quem viajava tinha acesso a capital ou crédito para arcar com passagens de navio mais caras, sem subsídio oficial, e gastos em passaporte e fiança militar (Costa Leite, 1987). Dado esse capital inicial, não surpreende

que imigrantes em negócios na nova terra tenham se destacado em bancos, comércio e fábricas como de tecido e artigo de armarinho. A renda fez diferença nos dois países, pois remessas fomentavam a economia portuguesa.

Palavras escritas seguiam no ritmo dos navios. Nas cartas de chamada, imigrantes ofereciam auxílio para a vinda de parentes e amigos, dispondo-se a sustentar os destinatários – incluindo migrantes não mais de primeira viagem. Os convites aos pais não eram raros, como no seguinte texto:

Curitiba, 10-8-1921

Querida Mãe,

Saudações

Em meu poder sua cartinha satisf... [trecho ilegível] em saber que quer vir para morar em minha companhia junto com a Olinda. Em fins de setembro eu lhe remeto o dinheiro para as duas passagens, e mais despesas, é preciso tirar os passaportes aí e apresentar-se em Lisboa no governo civil que é para poder tirar as passagens e vir para aqui, é necessário ter muito cuidado com as compras das passagens com os corretos. Costumam roubar de quem não conhece. É necessário deixar uma pessoa conhecida para tomar conta delas ou vender ou arrendar ou deixar um procurador de confiança aí as passagens é para tirar até Santos que eu vou lhe esperar lá peça mandar dizer mais ou menos quanto precisa para as despesas todas e passagem.

Sem mais lembranças a todos e um abraço desta sua filha que lhe estima. Rosa. (Rosa, 1921, [n.p.])

A carta consta no acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo com uma curiosidade adicional na descrição: “Rosa manda instruções para a viagem de sua mãe e de Olinda ao Brasil. Imigrantes não localizados

na lista de passageiros”. Sem Olinda na lista, nada impede que a mãe, de nome ignorado, estivesse a bordo.

Anos antes, Maria da Conceição Marques teve igual objetivo ao escrever para a mãe e instrui-la a pegar a passagem das mãos de Alvaro, que “lhe leva em dinheiro 15.500 réis no qual peço desculpa a minha querida mãe em o dinheiro ser pouco, mas ao menos é de muito bom gosto que eu lho mando” (Marques, 1915, [n.p.]). E a seus pais, Antonio Ariano Filho admitia que trazê-los implicaria sacrifício:

28 de Dezembro de 1911

Meu querido pai

A tua querida saúde, e de minha mãe é que de coração desejo. Eu a Carmina, e todos os vossos netos vamos indo bem de saúde graças a Deus.

[...] se o senhor estiver passando necessidade aí; acho bom que; (o senhor caso queira.) o que eu posso fazer, é, mesmo com sacrifício, é lhe mandar o dinheiro para passagem. Caso queiram vir me avisem, primeiro; quanto precisam aí para lhe mandar pelo Banco o dinheiro.

[...]

Seu filho

Antonio Ariano Filho

Estação Pedro Alexandrino, Linha Douradense. E. S. Paulo. Brasil. (Ariano Filho, 1911 *apud* Siqueira, 2010, p. 71-73)

O herdeiro do nome do pai, com caligrafia límpida e obediente a cada linha que podia ser dele ou de redator de cartas, pedia resposta logo, pois arranjaría o dinheiro se voltassem a dividir o teto. Ao se despedir, lembrou de dizer que senhor Macedo e dona Maria mandavam lembranças ao casal e dirigiu lembranças a quem conhecesse sua esposa Carmina. As redes se dividiam entre os dois países, e seus nós poderiam se reaproximar junto à estação de trem que funcionou em Bocaina (SP) até 1966.

Nessas cartas, orientações para a compra de passagem ou trâmites burocráticos podiam ir junto com dicas práticas de como evitar acidentes a bordo, sobretudo de idosos e crianças, e com encomendas da terra natal. Uma delas atesta bem a riqueza da literatura epistolar:



8 Imigrantes
portugueses (1938)

Irmãos de além-mar?

S. Paulo, 3 de junho de 1913

Irmão e compadre [...]

E quanto à viagem peço-te que tenhas todo o cuidado principalmente no vapor principalmente com a mãe que não dê algum tombo nas escadas do vapor só depois de estares dentro examina bem o cuidado que deves ter cuidado ao *penchar* da lancha para o vapor. Previno-te se trouxeres alguma arma seja ela como for ao entrar para o vapor entrega para a mãe que meta no seio. Vinde prevenido com limões e açúcar para poderes beber melhor a água. [...]

Deves prevenir-te com coragem para a tua partida não precisa ter medo.

[...]

José Almeida

A mãe que traga três jogos de agulhas 2 de meia e um de renda e 1/2 dúzia de maços de ganchos. (Almeida, 1913, [n.p.]; grifo meu).

Nas instruções de José, há detalhes, como a ideia de o seio materno ocultar uma arma, se quisessem embarcar com uma, ou a sugestão de carregar limão e açúcar para beber melhor a água. Aqui e na já citada carta de Rosa, sobressai a prevenção a riscos da travessia, como golpes na venda de passagens e a perda de equilíbrio nas escadas.

A falta de subsídios e outros apoios oficiais em meados do século XX deu mais peso às redes, que ganharam materialidade em cartas de chamada, hoje úteis para captar dinâmicas vividas por imigrantes espontâneos. Essas correspondências privadas eram lidas depois como documentos exigidos à emissão de passaportes, ainda mais de mulheres e crianças; daí certo hiato entre os tons das línguas escrita e falada. Às vezes, a própria escrita da carta era artificial, como afirmou um lisboeta que imigrou em 1951:

As cartas de chamada eram o documento *sine qua non* para migrar. As cartas eram falsas. Eram falsas. Não quero dizer o termo falsas, mas eram artificiais, digamos assim. Um primo arranjava algum comerciante conhecido que assegurava que lhe dava emprego, mas nunca mais queria saber da pessoa. Aquilo era só para poder adquirir o passaporte de emigrante para o Brasil. (Edgar, [s.d.] *apud* Villas Bôas; Padilla, 2007, p. 125)

Acolhidas e atritos na fase de fluxo em massa

As redes, como se lê, eram facilitadoras da imigração e, em seguida, da assistência à moradia e ao trabalho. Edgar e outros dos “chamados” por desconhecidos ilustram um enlace entre os possíveis, cuja multiplicidade nenhuma seleta de cartas seria capaz de esgotar.

3

Recuo e redefinições na imigração em queda (1930-1950)

EM REPOUSO, A MASSA DO PÃO CRESCE E ENCORPA; e a massa de migrantes... se revigora – ao menos na presença portuguesa no Brasil. Pausas dão mais consistência após tantos cruzarem um oceano dispostos até a condições precárias de trabalho. A rede de contatos facilitava localizar tanto teto quanto trabalho, mas, na falta de opções, a vida escolhia por eles. Reconfigurações entre os anos 1930 e 1950 são o foco deste capítulo.

A moldagem de migrantes nem sempre flui como no pão, cuja massa é moldada para ficar mais aerada e favorecer a fermentação (facilita moldá-la após descansar). Migrantes não têm rumo certo, ao contrário de pães indo para assadeiras ou para esteiras. Às vezes, rumos de imigrantes são mais moldados por limites locais do que por seu perfil. Portugueses e outros estrangeiros se viram frente a mudanças legislativas avessas a eles no início dos anos 1930. Circunstâncias assim moldaram massas migratórias, ora em maior fluxo, ora em um refluxo.

Enfim, houve choques entre os dois povos lusófonos naquelas duas décadas, em ruas e em outros espaços públicos. A questão da nacionalidade se somou a pleitos trabalhistas, como atestaram mobilizações no Recife e em São Paulo ou artigos de opinião na imprensa portuguesa – e rebatidos na brasileira. A retomada dos deslocamentos em maior volume nos anos 1950 fez inclusive um navio da frota que ligava tais países atlânticos dar vez a sucessores maiores e mais modernos. Novos tempos, novos moldes.

Menor fluxo Portugal-Brasil: antecedentes e novas leis

“Proteger os emigrantes” *versus* “brasileiros natos”

“Fazer a América” foi um mote comum ao anseio de quem se mudou do Velho Mundo atrás de prosperidade. A leva de europeus não era mera substituta de africanos escravizados. Entre acolhidas e atritos como os já vistos, portugueses e outros imigrantes disputavam vagas raras e salários baixos com brasileiros em anos de crise na economia e concentração em vários setores.

A receptividade ao estrangeiro caiu quando ele foi responsabilizado por mobilizar operários de grandes centros. Leis contra atividades político-sindicais promulgadas entre 1893 e 1927 priorizaram expulsar estrangeiros por militância sindical (Santos, 1979). Buscou-se expulsar trabalhadores há menos de cinco anos no Brasil se nocivos à ordem pública, segurança nacional ou condenados por homicídio, roubo e outros crimes (Brasil, 1921). Para desembarcar, era preciso portar comprovantes de boa conduta, identidade com foto, idade, nacionalidade, estado civil e profissão, impressões digitais e características pessoais (Brasil, 1925). Inspetores avaliavam a saúde de imigrantes a bordo, como pode ser observado no trecho final da carta de chamada de um português de 13 anos:

Certifico que o menor José Joaquim Diniz Branco, de nacionalidade portuguesa, com 13 anos de idade, residente atualmente em Sedovim, província de Beira Alta, Portugal, que deseja viajar para o Brasil, é irmão do senhor Abilio Diniz Branco, negociante estabelecido com casa de câmbio na cidade de Santos, Brasil, à Praça da República nº 33, em cuja companhia e cujas expensas passará a viver o seu irmão acima referido quando vier para o Brasil, não havendo, por isso, nenhum impedimento para o seu desembarque no porto de Santos, uma vez que não sofra de moléstia contagiosa nem de defeito físico que o inabilite para o trabalho e exiba o presente certificado às autoridades que comparecerem a bordo no ato de seu desembarque.

Santos, 7 de janeiro de 1921. (Inspetoria de Imigração do Estado de São Paulo no Porto de Santos, 1921, [n.p.])

Embora fatores econômicos em Portugal, tais como a baixa atratividade de cidades em industrialização e a falta de acesso ao crédito rural e ao

mercado externo, favorecessem a emigração, ela acabou limitada pela depressão global após 1929, pela Segunda Guerra Mundial (devido a riscos na travessia e ganhos lusos na economia) e, no Brasil, pela política anti-imigratória do início do governo Vargas. O fluxo recuou ainda no início do Estado Novo nos dois países, advindo dos golpes militares de 1926, em Portugal, e 1930, no Brasil, e suas respectivas Constituições (de 1933 e 1937).¹ O Estado Novo luso limitou o direito à emigração, vinculando-o a interesses nacionais, com o Estado guiando fluxos para valorizar colônias ultramarinas e evitar a perda de mão de obra; afinal, segundo a nova Constituição, “o Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida econômica e social [...] [e, para] desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração” (Portugal, 1933, art. 31º).

Nos anos 1930, a entrada de imigrantes foi restringida pela conjuntura tão distinta da virada do século, com a alta na produção de café e a baixa oferta de mão de obra atraindo estrangeiros. Os aumentos dos estoques, das falências e do desemprego levaram à política anti-imigratória já no Governo Provisório (1930-1934). O imigrante encarou cotas e perdeu direitos, como voto e trabalho, em setores como funcionalismo público, pesca, navegação de cabotagem, mineração e profissões liberais (Lobo, 2001). A defesa de interesses de brasileiros e sua empregabilidade restringiu a entrada de “estrangeiros de terceira classe”. A “lei dos 2/3”, como ficou conhecido o Decreto-Lei nº 19.482/1930, quis nacionalizar o trabalho, impondo aos patrões ter “entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos” (Brasil, 1930, p. 74). O piso mínimo ameaçava empregos de antigos imigrantes e desencorajava a entrada de novos em terra a eles avessa; a menor receptividade aos “alienígenas” foi oposta às boas-vindas do início da República.

Mas, se a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial tinham feito cair a entrada de portugueses, a política migratória do Brasil viria gradualmente a favorecê-los – ora reforçando a etnia luso-brasileira ante outros imigrantes, ora pela afinidade entre os regimes de Estado Novo dos dois países. “Os argumentos usados eram o da importância do elemento português na formação do povo brasileiro, o sentido luso-brasileiro da formação histórica da

1 O regime autoritário no Brasil durou oito anos (1937-1945) e o de Portugal, mais de quarenta (1933-1974).

nacionalidade, o poder de adaptação do luso, a identificação entre brasileiros e portugueses e a sua contribuição cultural”, notou a historiadora Eulália Maria Lobo (2001, p. 178).

* * *

Recorrente no início do Estado Novo, a questão étnica transpareceu no Decreto-Lei nº 3.010/1938, que enrijeceu o controle e explicitou a visão oficial de “assimilação”: “ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais” (Brasil, 1938, art. 1º). O português era preferido na desconcentração dos estrangeiros nos núcleos coloniais: “Na falta de brasileiros a D.T.C. [Diretoria de Terras e Colonização] solicitará autorização do Conselho de Imigração e Colonização, para localizar estrangeiros, de preferência de nacionalidade portuguesa” (1938, art. 166, § 1º). Portugueses foram eximidos em 1939 da cota de imigração vigente no país.

O favorecimento foi reforçado nos anos 1940, quando a restrição da imigração fez suspender a concessão de vistos temporários e permanentes, exceto a portugueses e povos das Américas. Durante sua vigência, até 1945, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores usou exceções na emissão de vistos para ser mais discricionário, só admitindo imigrantes “desejáveis” (Kofman, 2012). Rejeitavam-se os julgados impróprios à configuração étnica e eugênica no Brasil, e o português atendia aos requisitos físicos (etnia, “cor branca”, saúde e bem-estar físico) e morais (religião católica, por exemplo) sugeridos pela lei.

Remontando ao contexto de tensões pós-coloniais, o antilusitanismo foi retomado, em certo grau, até a ruptura política de 1945, quando a preferência oficial pelo imigrante português, reiterada pelo Estado Novo, tornou-se regra constitucional. Isso porque o *status* privilegiado atingiu novo patamar na Constituição de 1946, pois a naturalização dos lusos passou a exigir idoneidade moral, sanidade física e só um ano de residência (dez aos demais). “A centralidade do português na política de estrangeiros, elevada desse modo ao ordenamento constitucional, consolidou o entendimento doutrinário que afirma a condição especial do cidadão de Portugal no Brasil”, viu o historiador José Sacchetta Mendes (2011, p. 307). O privilégio foi mantido pela reforma constitucional de 1967, no regime autoritário de presidentes militares.

Para Mendes e outros estudiosos dessa imigração, uma singularidade do processo até meados do século XX foi unir um favorecimento institucional, de leis e políticas, para lusos se fixarem no país com a intolerância a eles, vista em manifestações antilusitanas que chegavam à violência contra o grupo em várias regiões (Mendes, 2011). O início do convívio entre privilégios e intolerância foi atribuído pelo historiador ao processo de independência do Brasil, liderada por um príncipe português: “A lusofobia se fez assim presente por mais de um século [do Primeiro Reinado ao fim da Primeira República], em estado manifesto ou de latência, veiculada em preconceitos, galhofa e atos de hostilidade cotidiana” (2011, p. 30). Para ele, possivelmente nenhum outro grupo estrangeiro viveu tantos ataques no país por motivações nacionais como os portugueses. Parte da identidade do país independente era renegar o colonial.

Imigração como um mercado, segundo se leu na imprensa

“Quadro desolador de miséria”, na descrição de jornal luso

A emigração portuguesa para o Brasil foi foco de ataques e rebates em jornais dos dois países em 1930 – desta vez, as críticas eram lusas. No início daquele ano, o lisboeta *O Século* alegou que o mercado brasileiro de carne humana não suportava a abundância da mercadoria portuguesa. Houve reações, como a lida n’*O Globo*: “Nada mais falso. Tirante a agressividade inútil do estilo, ninguém, de boa-fé, acreditará na doutrina” (Ecos, 1930, p. 2). Ainda segundo sua coluna de opinião Ecos, *O Século* voltava ali a combater a migração após ter escrito antes que os migrantes cá viviam “um quadro desolador de miséria!” (1930, p. 2).² Para a coluna, era preciso órgãos diplomáticos reagirem também; dizia que a melhor propaganda contrária partia de portugueses que encontraram trabalho e prosperidade no país em ambiente de cordialidade:

2 Sobre a troca de farpas entre os jornais *O Globo* e *O Século*, ver Barreto (2014).

Contra todas as insinuações, contra todas as calúnias, contra todas as críticas malévolas se erguem os depoimentos que as correspondências particulares encerram e que seduzem os que se mostram indecisos. As campanhas periódicas do “Século” não chegam a fazer massa. Em face delas, porém, poderíamos apelar para o testemunho dos portugueses que procuraram o nosso país e nele constituíram lares. (Ecos, 1930, p. 2)

Dali a cinco anos, um episódio de restrição à entrada de trabalhadores portugueses no porto do Rio de Janeiro corroborou involuntariamente a acusação da migração como negócio sem chamá-lo de comércio de carne humana, como na retórica de *O Século*. *O Globo* deu alto de capa às seguintes chamadas: “Desembarcam os imigrantes portugueses”, “Mas o ministro do Trabalho faz sérias advertências”, “Verdadeiro comércio de imigração!”, “Escandalosas revelações do inquérito efetuado pelo D.N.P. [Departamento Nacional de Povoamento, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio] sobre as fraudes nos documentos de imigrantes”, “Será interpelado o Itamaraty e advertido o cônsul brasileiro em Lisboa” (Desembarcam..., 1935, p. 1).

A manchete de *O Globo*, resgatada em análise do pesquisador Gustavo Barreto (2014), remontava aos 28 portugueses impedidos de desembarcarem no porto do Rio no inverno de 1935, tendo sido alojados na hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores, na Baía de Guanabara. O inquérito que apurou a falta de documentos do grupo indicou um “verdadeiro comércio de imigração” (Barreto, 2014, *on-line*) por um coronel dono de fazenda em Bananal (SP). Intermediários em Portugal cobraram de 2.500 a 4.000 escudos em esquema com uma agência de viagens. O Ministério do Trabalho cobrou respostas a autoridades sobre o “comércio de introdução irregular de imigrantes” (2014, *on-line*); uma irregularidade identificada foi o fato de só treze dos desembarcados terem se declarado agricultores; já os outros disseram ser serradores, domésticos, pedreiros ou barbeiros.

Tardio “mata-marinheiros” no Recife e falta de pão em São Paulo

“Abaixo os portugueses”, gritou multidão naqueles dias de 1931

Circulou desde a Era Vargas uma sátira de que, nos comícios do presidente, quando ele dizia “Trabalhadores do Brasil...”, os portugueses festejavam: “Isto é cá conosco”, mas que, se ouviam “Povo brasileiro...”, cutucavam-se e diziam: “Isto é lá com eles” (Ribeiro, 1990). Valor cômico dessa anedota à parte, ela tem inegável valor documental. A fração portuguesa na mão de obra era alta desde as décadas finais do século XIX, e tal situação persistiu pelo menos até os anos 1930.

Houve nessa década um embate entre brasileiros e portugueses que entrou na história do Recife e ecoou os “mata-marinheiros” do século XIX, quebra-quebras de lojas de portugueses e pela nacionalização delas. Em abril de 1931, um quebra-quebra lusófono irrompeu a partir da sede da Teixeira Miranda & Cia., torrefadora de café e fabricante de sacos de papel e macarrão com sócios portugueses. Um ano antes, na campanha pela “Lei dos 2/3”, um dos dois sócios teria dito a um operário demitido que, de brasileiro na firma, “só precisava mesmo dos burros para puxar carroças” (Cavalcanti, 1978 *apud* Mendonça, 2011, p. 245). A frase circulou tanto que, segundo o político Paulo Cavalcanti, observador dos embates, incendiou “paixões adormecidas pelo tempo” (1978 *apud* Mendonça, 2011, p. 245). Para ele, a depredação de todas as instalações da fábrica por um “numeroso grupo de populares” (1978 *apud* Mendonça, 2011, p. 245) se devia à frase depreciativa de que brasileiros só serviriam para puxar carroças de sua fábrica – Cavalcanti não justificou, porém, o longo tempo entre o renovado “mata-marinheiros” e sua causa motriz.

A multidão e seu furor destrutivo tomaram Santo Antônio, bairro cheio de comércios de portugueses, e não teriam estancado mesmo frente à intervenção policial chamada pelas vítimas. “Nada conseguiram dada a excitação a que tinham chegado os atacantes”, reportou um jornal (1978 *apud* Mendonça, 2011, p. 245). O motim rendeu mais depredações e duas mortes no primeiro dos dois dias, segundo Cavalcanti, presente a um dos enterros:

Grande multidão o levou ao cemitério, com gritos de “Abaixo os portugueses!” e “Fora com os galegos!”.

Recuo e redefinições na imigração em queda

Comparei ao cemitério de Santo Amaro e testemunhei a exaltação do povo. [...]

E a revolta contra os “marinheiros” aumentando de intensidade, sobretudo com a notícia de duas mortes de brasileiros. (Cavalcanti, 1978 *apud* Mendonça, 2011, p. 246)

A cada grito de “Ali tem casa de galego!”, manifestantes corriam até o apedrejamento, segundo relatos dessa testemunha ocular. A agitação recuou só quando o comércio foi fechado e, nas ruas principais, foram reforçadas as tropas da Brigada Militar e do Exército, já em ação no conflito. No dia seguinte, jornais publicaram notas da Associação Comercial de Pernambuco e mais entidades de classe externando solidariedade aos comerciantes portugueses e queixando-se das “desordens” e dos “agitadores profissionais” (1978 *apud* Mendonça, 2011, p. 246). Depois, Teixeira e Miranda fizeram publicar em jornais um comunicado jurando não terem insultado brasileiros e listando cada empregado e sua nacionalidade para provar que a maioria dos trabalhadores era brasileira.

* * *

O perfil de imigrantes em solo paulista mudou no início do século XX. O domínio italiano, de sete em cada dez ingressos entre 1885 e 1909, tão superior às outras origens, deu lugar à dianteira portuguesa, de cerca de 40% e depois 50% até o fim dos anos 1950, segundo o Departamento de Imigração e Colonização (Matos, 2013). A presença lusa era notável no porto de Santos, em armazéns de café, docas e entre carroceiros, pedreiros e ensacadores. A região, dita “Barcelona do Brasil” pela agitação operária, tinha associações e sindicatos dominados por portugueses, feitos “bodes expiatórios” da alta no custo de vida, o que fortaleceria certo antilusitanismo.

Na capital paulista, protestos de trabalhadores – muitos deles estrangeiros – não eram mais novidade, mas um merece atenção por sua peculiaridade: em 1931, a associação de donos de padarias tentou evitar o acesso de padeiros ao direito a descanso dominical. Como patrões descumpriam a lei, o sindicato local se mobilizou liderado por anarquistas lusos e de outras nacionalidades. Houve o revide e faltou pão na mesa em 1932 durante a greve

de um mês por maior salário, expediente fixo e folga semanal. Apesar do transtorno às famílias, o sindicato buscou apoio popular, divulgando na imprensa que queria a higiene de padarias e fiscalização sanitária. Para garantir o funcionamento de padarias, a polícia reprimia os mais engajados e até fechou o sindicato, que difundia ideias pelo jornal *O Trabalhador Padeiro*.

Nas paralisações de padeiros em 1934 e 1935, o português Eleutério do Nascimento, um dos líderes, foi preso e fichado na polícia como “perigoso ladrão” (Prontuário DEOPS-SP nº 1899 *apud* Matos, 2013, p. 146), o que o jornal anarquista *A Plebe* negou, dizendo-o “honesto trabalhador padeiro” (*A Plebe*, 1934 *apud* Matos, 2013, p. 147). Suas quatro prisões tinham acusações distintas: alvejar grevista (maio), ser agitador (setembro) e até suspeita de roubo (segunda vez em 1935), como leu Maria Izilda de Matos (2013) no prontuário do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). As mobilizações remontaram à recusa da categoria ao registro e identificação através de carteira de trabalho; o sindicato via no documento um novo controle sobre trabalhadores.

Padeiros voltaram a parar em 1937 para cobrar o direito a oito horas de trabalho, salário mínimo e férias, pagamento em dinheiro em vez de comida e alojamento, direito ao café e a um quilo de pão para cada trabalhador. A resistência dos donos de padaria foi tanta que fomentou mais adesões no dia seguinte ao início da greve e a maioria das padarias não abriu. Patrões contra-atacaram demitindo quatrocentos empregados de 41 padarias; sindicalistas reagiram denunciando o uso de pretexto falso para elevar o preço do pão. Poucas padarias fizeram acordos com empregados e duas categorias do setor tomaram partido na disputa: carvoeiros apoiaram patrões; entregadores de pão, os padeiros. Piqueteiros se chocaram com entregadores fura-greves, e o delegado Miranda Amaral, no prontuário de seu plantão (DEOPS-SP nº 4483, de 26 de agosto de 1937), reportou o caso com registros como este: “os grevistas Manoel Carvalho, Manoel de Sá Pinto, Jalmires Pinho Ribeiro e Antonio Sá Pinto tentaram agredir os entregadores de pão Joaquim Fernandes e Manoel Antonio Quintas [o nome correto seria Manoel Antunes Quintas], depois de se apoderar[em] de todo o pão [...] declararam que iam entregá-lo à Gazeta para distribuição aos pobres. Fiz recolhê-los ao xadrez desta superintendência” (Miranda Amaral, 1937 *apud* Matos, 2013, p. 160).

Grande parte dos entregadores de pão presos eram portugueses, como os Manoéis citados pelo delegado e José Joaquim da Silva, detido enquanto tentava instigar seus pares a voltarem às entregas. A luta se acirrou a tal

ponto que a polícia procurou pôr um soldado armado junto a cada carrocinha de pão em atividade. Logo veio um racha entre padeiros e entregadores, uns prejudicados pela paralisação dos outros; na segunda semana da greve, que veio a durar doze dias, a Liga dos Entregadores de Pão buscou ser neutra, mas muitos entregadores seguiram a favor da greve. Padarias partiam para contratar mais entregadores, função que exigia menor especialização que a de padeiro. De acordo com Matos (2013), a distribuição do pão foi normalizando, grevistas se isolaram e esvaziou-se a mobilização, com os padeiros pactuando com patrões – diferentemente de cinco anos antes. Na leitura da historiadora,

[a] trajetória histórica de homens e mulheres portugueses envolveu uma heterogeneidade de atividades com destaque para as comerciais, consideradas como as de maiores possibilidades da realização dos sonhos da imigração. Neste setor, constituiu-se uma trama de relações, nas quais se destacaram os vínculos de nacionalidade (portuguesa), as chamadas, ajudas na chegada, hospedagem, empréstimos e favores, incluindo o estabelecimento de afinidades e confiança (gerência e até sociedade nos negócios). Porém, estas relações também eram marcadas por tensões. Ao final, era o dono da padaria – o português – que escolhia o padeiro e seus ajudantes (majoritariamente lusitanos), sempre buscando manter o controle, dependência e sujeição destes trabalhadores. (Matos, 2013, p. 162)

* * *

Um entregador que viu de perto os atritos entre padeiros e patrões na São Paulo dos anos 1930 foi Alfredo Caetano Correia, que aos 18 anos tinha evitado a entrada compulsória no Exército português se afastando da família de camponeses de Candosa (Tábua). Era o mais velho de sete irmãos, e a passagem de navio no ano crítico de 1929 acabou comprada por meio da penhora de ovelhas do pai, depois reembolsado por remessas desde a semana inicial no Rio de Janeiro, onde trabalhou por dois anos. Enveredou-se por oportunidades nos mais distintos comércios: oficina mecânica, açougue, loja de tecido, etc. Mas foi numa padaria em Madureira, na zona norte carioca, que se

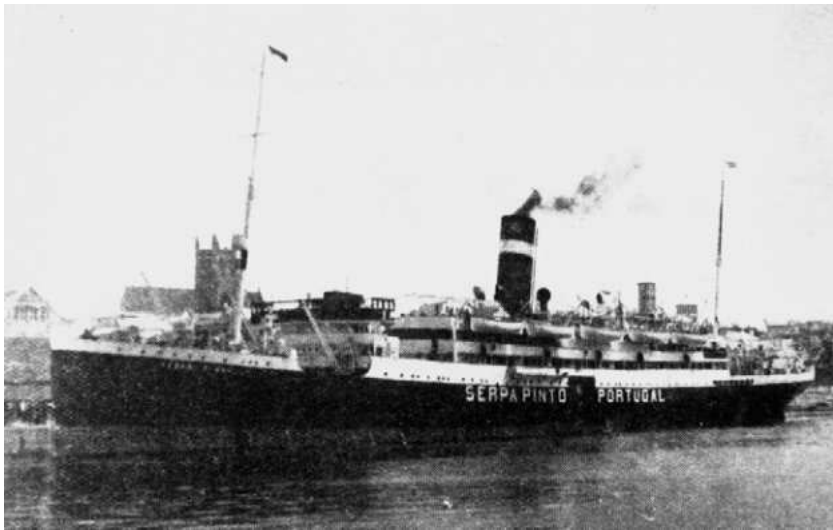
fixou, dormindo até em saco de farinha e entregando pães como cocheiro, o que o obrigava a começar de madrugada sua jornada.

Ao tomar a estrada Rio-São Paulo (duas décadas depois preterida pela Via Dutra), Alfredo pretendia mudar de ares e seguir no ofício. Logo tirou licença para vender pães numa charrete para a clientela de uma padaria de italianos na Mooca, na zona leste paulistana. Odiava ser chamado de carroceiro, contaria em entrevista seu neto Marco Antônio, panificador que ensina suas técnicas sob a marca “rei da broa” e sócio da padaria Requite, na Penha (também na zona leste de São Paulo) (Corrêa, 2016). Como muitos imigrantes à época, Alfredo aceitava de bom grado dormir no local de trabalho. Morando na loja de um napolitano pai de dez filhos, aproximou-se da família, sobretudo de Nicolina, com quem se casou e quem daria início a uma “dinastia” na panificação. O casal adquiriu uma padaria da qual não podiam reclamar da falta de clientela: era na antiga Rio-São Paulo, no bairro de Vila Esperança. No fim dos anos 1940, a padaria não vendia só pães e laticínios. “Era uma espécie de supermercado, onde havia até freguês de caderneta, que levava produtos e pagava depois”, contou o neto ilustrando a fé na freguesia (Corrêa, 2016, [n.p.]).

Outras padarias passaram pelas mãos de Alfredo, que comprava um ponto, fazia melhorias e vendia-o mais valorizado. Negócios assim foram feitos também no Brás e na Aclimação. Tinha tanto crédito no mercado que, certa vez, sofreu um desfalque que o deixou sem recursos, mas o moinho continuou a fornecer farinha na confiança. Logo se reergueu. A Requite está na família desde 1953, comprada por Alfredo e Antônio, filho que também empreendeu numa pequena construtora de moradias e na direção do Sampapão, o sindicato de panificadores de São Paulo. Prova de que o autointitulado “rei da broa” segue a linhagem.



- 10 Carteira de condução de charrete para entrega de pães, de Alfredo Caetano Correia (1939)



11 Navio Serpa Pinto

Na transição de “navio do destino” para “navio da amizade”

Serpa Pinto entrou na Rota de Ouro e Prata após canalizar fuga da guerra

A imigração portuguesa na década de 1940 e início da seguinte se deu em parte no luxuoso vapor *Serpa Pinto*, elo entre Lisboa e portos brasileiros. Construído num estaleiro em Belfast em 1914, foi usado por britânicos como *Ebro* e iugoslavos como *Princesa Olga* até se integrar em 1940 à lusa Companhia Colonial de Navegação (CCN) – primeiro na ligação com portos na África e depois do Brasil e dos Estados Unidos. A neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial

favoreceu sua manutenção em rotas no Atlântico.³

Até o fim da guerra em 1945, o *Serpa Pinto* fez onze viagens redondas Portugal-Brasil e outras entre Lisboa e os Estados Unidos e o oeste da África (Rossini, 2013). O transatlântico recebeu o epíteto “navio do destino” após ter transportado do Rio de Janeiro para a Europa, em 1942, alemães e descendentes seus dispostos a lutarem por sua pátria e, depois, ter levado quase setecentas pessoas fugindo da guerra (judeus em grande parte) até Nova York.

No pós-guerra, o *Serpa Pinto* ligou Lisboa a Buenos Aires com escalas no Rio de Janeiro e em Santos (Rota de Ouro e Prata), ganhando a alcunha de “navio da amizade” entre suas dezenas de milhares de passageiros. No início dos anos 1950, foi redirecionado para a Rota das Caraíbas (Lisboa-Havana, com escalas na Madeira e no Caribe) até ser desmontado em 1955, após a CCN incorporar os transatlânticos *Vera Cruz* e *Santa Maria* (Rossini, 2013). Fosse o “navio do destino” de uma Grande Guerra ou o “navio da amizade” de uma longa migração, o *Serpa Pinto* tornou-se símbolo da emigração lusa pela rota e por sua despedida para dar vez a navios mais modernos aptos a acolher levas crescentes de passageiros que trocaram uma margem do oceano pela outra.

3 Outros navios, como o britânico *Hilary*, que fazia a rota Liverpool-Manaus com escalas em Lisboa e Recife, foram usados para fins militares durante a guerra.

4

Novos significados atribuídos na retomada relativa (1950-1970)

O SABOR DO PÃO É INFLUENCIADO por tempo e temperatura, que, em boa dosagem, fazem a massa fermentar, convertendo açúcares em álcool, que evapora, e gás carbônico, que amplia e dá ar à massa. Unir tempo e temperatura é crucial para dar volume, maciez e durabilidade à massa (fica dura e compacta se fermenta rapidamente ou em temperatura mais fria; em temperatura mais quente, fica heterogênea, bem leve e porosa; se fermenta mais longamente, pode perder gás). Enquanto a panificação renova sabores nessa fase, a imigração pode ganhar mais significados após a etapa de descanso e moldagem.

Portugal tinha suspenso a emigração em 1947, atribuindo a medida a uma proteção tripla: de emigrantes, garantindo “condições equitativas de trabalho, remuneração e assistência no país do destino” (Portugal, 1947, preâmbulo); de interesses econômicos do país, retendo mão de obra para serviços públicos; e de “valorização dos territórios do ultramar pelo aumento da população branca” (1947, preâmbulo). Nos anos 1950, foi retomada e diversificou rumo a Venezuela, Estados Unidos, França, Canadá, Argentina e África do Sul (Lobo, 2001). Durante a suspensão da emigração, o Itamaraty defendeu em 1949 um imediato acordo de imigração e um tratado comercial luso-brasileiro. Segundo Moacyr Briggs, então chefe do Departamento Econômico e Consular: “O imigrante português se ajusta, mais do que qualquer outro, às atuais condições sociais e econômicas brasileiras, tanto para



12 Entregadores portugueses com suas carroças na Mooca (São Paulo, 1941)

trabalhos rurais como urbanos [...] [e] a remessa de fundos é a pedra de toque da contraproposta portuguesa” (Briggs, 1949 *apud* Santos, 2011, p. 83).

O reavivar da imigração portuguesa no Brasil dos anos 1950 foi saudada como reforço à expansão econômica e ao nacionalismo. O Tratado de Amizade e Consulta (1953) previu a consulta entre governos em questões internacionais de interesse comum e deu equiparação legal a seus povos. O Brasil acolheu 54% dos emigrantes entre 1900 e 1967, bem à frente da França (16,4%) e dos Estados Unidos (10,9%). Entre 1960 e 1967, porém, o destino de 62% dos emigrantes – em sua maioria homens de até 39 anos que não queriam ser militares na África – foi a França, cuja economia crescia rápido (Lobo, 2001).

Assim como os pães após a fermentação, vidas ganham mais sabores após a imigração. Neste capítulo, o imaginário desse processo para portugueses se mostra cheio de significados – a maioria difere dos captados em fases anteriores. Mais de 1,5 milhão de portugueses viveram no Brasil entre os fins dos séculos XIX e XX e mudaram de vida não sem desafios num dos ingredientes de migração: economia (forças de atração/repulsa), redes, direitos e... emoções. Para captar memórias da imigração na segunda metade do século XX, entrevistei vinte portugueses de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Natal, Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo, cujas histórias são mostradas a seguir.¹

1 A depender da fase em que a imigração se deu, seus olhares são focalizados mais adiante, no quinto capítulo.

Imigração como reinvenção para atriz que se fez política

Ruth Escobar
(em São Paulo,
1951-2017): “Em mim
se misturavam a
excitação e a dor”

Irmãos de além-mar?

Numa das viagens do *Serpa Pinto* em 1951, a jovem portuense Maria Ruth, de 16 anos, desembarcou com a mãe Marília em Santos e dali partiram até São Paulo. Na cidade, ela se tornou a atriz e produtora teatral Ruth Escobar (1935-2017), líder feminista, deputada estadual e primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Quando de sua morte, aos 82 anos, a ONU Mulheres frisou sua “obstinada trajetória política, feminista e cultural” e “legado a ser valorizado por todas as brasileiras e brasi-

leiros” (Gasman, 2017, *on-line*). Ainda no Porto, detestava tanto as aulas de inglês que fingia desmaios para sair da sala – o que era artifício viraria arte. Desde cedo, apegou-se ao palco encenando os diabos de Gil Vicente no liceu ou divertindo-se com amigas imitando Carmen Miranda em *Mamãe eu quero mamar* e *Tico-tico no fubá*. Marília optou pela emigração atrás de um futuro melhor para ela e para a filha, fruto de um relacionamento extraconjugal do pai que Ruth nunca soube quem foi. Quando a estudante dizia que um dia iria para o Brasil, a perda de credibilidade por fingir desmaios não os fez acreditarem nela: “pois sim, no dia em que voltar D. Sebastião”, disse a professora de inglês citando um rei morto em batalha, como narraria na autobiografia *Maria Ruth* (Escobar, 1987, p. 29). Porém, ali não foi farsa.

A travessia lhe tinha soado uma jornada remota aos 16 anos – “emigrar para a América ou para o Brasil era repetir a façanha dos navegadores no século XX” (1987, p. 29) –, mas acabou vivida com uma mescla de dor e de excitação, como contaria a autobiógrafa:

Quando embarquei para o Brasil no *Serpa Pinto*, com minha mãe, levava também a certeza de um destino, pois senti que tudo quando sucedera em minha vida, mesmo antes do nascimento, estava moldado por uma força universal, cósmica, transcendente.

A cena do adeus no cais do porto foi digna de qualquer filme de Lana Turner, recorde mundial de lágrimas. Minha mãe se debulhava ao meu lado. Meu padrasto, pela primeira vez, tinha os olhos vermelhos de chorar, e a noção assimilada de que homem não chora me fez sentir em dobro a dor que ele atravessava. Em mim se misturavam a

excitação e a dor. Certamente, para os que ficaram no cais de Leixões, a dor foi bem mais intensa, até porque não partilhavam da excitação de quem ia rumo à América do Sul. (Escobar, 1987, p. 34)

A dor da partida foi dividida com Jacqueline, amiga e primeiro romance cuja casa lhe ajudava a apaziguar a rejeição sentida na infância. Em solo paulistano, os primeiros endereços de Marília e Ruth foram os fundos de um bar no Tatuapé, no qual cruzavam com bêbados de mau cheiro para irem dormir, e, após duas semanas, o quarto de empregada no Ipiranga onde o banheiro ficava no corredor, não havia chuveiro quente e tinham de cozinhar com um fogareiro. Alugaram um dois-quartos no Pari após a mãe se pôr a trabalhar como costureira e Ruth dividir o estudo com a venda de anúncios da *Revista das Indústrias*, para a qual recorreu a seus dons teatrais: “Estou trabalhando para ajudar minha mãezinha doente”, dramatizava a jovem junto a anunciantes em potencial (Mendes, 1981, p. 1). Meses depois, decidiu editar sua própria revista, para a colônia portuguesa, com notícias de além-mar e da comunidade. Chamava-se *Ala Arriba* em alusão ao grito de pescadores ao tirarem do mar redes com peixe.

Menor de idade, não podia ter empresa. Estrangeira, não podia editar publicações. Até que fizesse 18 anos, conseguiu um responsável e um editor para garantir que a gráfica rodasse a primeira edição; isso após mostrar contratos de publicidade fechados para pagar: “Acho que também contei com uma certa proteção da colônia portuguesa, que via espantada aquela ‘miúda espevitada’ aventurar-se a uma tarefa tão pouco própria de mulheres”, recordaria, citando um papel da rede local de imigrantes (Escobar, 1987, p. 36).

Ruth deu mais atenção à rua do que à casa desde menina: “Não consigo me lembrar de nada dentro de casa, sequer do quarto, da cor do quarto, é um apagado irreduzível” (1987, p. 21). Tal preferência foi atribuída pelo psicanalista Hélio Pellegrino, no prefácio de *Maria Ruth*, ao mistério na atmosfera familiar em que esbarrava o esforço de decifrar coisas e achar, com segurança, o lugar que lhe cabia: “Sua vitalidade crispada empurrou-a para a rua, para o vozerio, os cheiros e as cores das calçadas. Ela cresceu *precisando* do espetáculo do mundo” (Pellegrino, 1987, p. 11; grifo no original). A rua foi



13 Ruth Escobar

central para ela, que se viu portadora de saberes ao julgar que sua história poderia atrair mulheres e homens por realçar descaminhos que geram gente como ela: “minha história pode interessar às mulheres, quem sabe também a alguns homens, por mostrar de quantos descaminhos surge uma pessoa que já anda sozinha, com a confiança e com a alegria de se deixar estar, assim sem mais nem menos, para ver o que vai acontecer” (Escobar, 1987, p. 14). Na autobiografia, quis divulgar lições pelo seu exemplo.

Enquanto Ruth vivia dores e excitações em terra firme e desejava sair de casa e ser independente, a mãe via mulheres como fadadas ao casamento mediante a castidade e tinha a imigração como um sacrifício pela filha e seu futuro, como disse ao armar o vestido do baile da coroação de Ruth como rainha do colégio: “criei-te com sacrifício da minha própria vida, abandonei teu pai para dar-te um futuro no Brasil. Depois de tudo, não vais desapontar tua mãezinha que fez tudo para te criar em berço de ouro” (1987, p. 37). A mãe era julgada castradora ainda por temer que ela se enamorasse sem resistir à “tentação do demônio” (1987, p. 37). Casou-se aos 18 anos com um arquiteto-desenhista e colega de trabalho, referido em *Maria Ruth* só pela inicial (J.), como faria ao citar outros maridos. O francês casou-se mais em gesto solidário para tirá-la do convívio com a mãe, que lhe dava vontade de fugir e até de se suicidar. Para a aspirante a atriz, a imigração não seria sacrifício, mas reinvenção, por lhe propiciar mudanças íntimas e físicas:

A memória dos meus primeiros dois anos de Brasil é como uma novela sem enredo. Não consigo pôr em ordem os acontecimentos que desaguariam no casamento com um francês de trinta e três anos, neurótico de guerra, que tinha servido na Resistência e cuja cínica postura diante da humanidade torpe e selvagem seria abalada pela portuguesinha emigrante.

É claro que senti o choque de ter deixado em Portugal a aparente segurança de uma vida rotineira, embora não isenta de incidentes nem sempre agradáveis. Por outro lado, animava-me a sensação de conquistar uma nova forma de existir, com todas as suas crueldades e dificuldades, mas também com todo o seu desafio. As mudanças se faziam visíveis a mim mesma, tanto no íntimo como no físico: sabia-me mais solta, no meu andar, mais ágil, mais moderninha. Não me sentia mais tão forçada a me esconder nas sobras de meus

complexos de feiura por ter as coxas grossas, as sobrancelhas cerradas e o buço de saloia. (Escobar, 1987, p. 40)

A reinvenção foi impulsionada ao se afastar da mãe, que a beijou e chorou “como se eu estivesse indo para o matadouro” (1987, p. 43) na despedida no trem para as núpcias em Rio Claro. Meses depois, Ruth engravidou e a mãe obrigou-a ao aborto, com a conivência do marido de casamento forjado; dali em diante, via na mesa de casa usada no serviço o “catre de tortura, a testemunha da submissão da fêmea desorganizada, sem ideias e sem vontade” (1987, p. 44-45). Na primeira volta a Portugal, foi indagar à professora de inglês se D. Sebastião tinha voltado, pois ela estava há dois anos no Brasil – revidava ali o que julgou uma humilhação.

Separada após se envolver com um polonês, entrou no voo mais longo e decisivo a sua jornada. Era 1954, tinha 18 anos e partiu para a Ásia com planos de trazer notícias da defesa portuguesa nas colônias na Índia, onde havia rumores de independência – a viagem teve patrocínio da cervejaria Caracu, cujos anúncios na *Ala Arriba* chegavam a mais de 2 mil bares e armazéns de portugueses; custeou-a também matérias *freelance* e a venda de uns poucos móveis e do apartamento na Av. São João. O roteiro ligou Nova York, Los Angeles, Tóquio, Hong Kong, Macau, Saigon – onde fez câmbio ilegal e comprou a volta via Lisboa por 25% do valor –, Phnom Penh (Camboja), Bangkok e Karachi, de onde foi à Índia portuguesa (Goa, Diu, Damão). Diria décadas depois: “olho para trás. Curiosa e perplexa, não consigo entrar na pele daquela menina portuguesa atravancada de complexos, mas absolutamente determinada a virar a mesa e inventar um destino pela soma de todas as transgressões” (1987, p. 53).

O contato com a visão confucionista da mulher em Saigon lhe permitiu fazer paralelo com a concepção da mulher “enquadrada na completa tutela do homem” (1987, p. 65) em Portugal dos anos salazaristas. Ao passar por Lisboa na volta, conseguiu encontrar o ditador António Salazar a pretexto de lhe entregar foto autografada pelo príncipe de Camboja – ideia dela. Ele desejou felicidades para ela e a mãe no Brasil e sugeriu sorrindo: “continue portuguesa” (1987, p. 76). Apelando à memória, Ruth atribuiu a suas raízes lusas a capacidade de ter vivido meses como cigana: “estava cansada de ser cigana. Não sabia ainda que é assim mesmo que se é lusitana, pois então era só ao Portugal que debitava os fragmentos que sentia ser. Percebia que algo

de novo, profundo, crucial, se instilara em sua alma” (1987, p. 72). A estada no Extremo Oriente foi um divisor de águas, e Ruth (dos Santos, à época) desistiu da ideia de reatar com o namorado polonês e criarem família. Escreveu depois nunca querer ser objeto de apoio e consumo de homens e, nas décadas seguintes, casou-se com o filósofo Carlos Henrique Escobar (com quem teve os filhos Christian e Patrícia), o cenógrafo Wladimir Cardoso (pai de Anna Ruth e Inês) e o crítico de arte Nelson Aguilar (com quem teve Nelson).

Revisando os fatos após décadas, fez balanço significativo sobre como via o *status* da mulher, após testemunhar relações de gênero em Portugal, Brasil e outros países. Avaliou, por exemplo, que “ser mulher” era algo absoluto para ela e quis entender mais esse ser após séculos de autodestruição: “Ao tentar desenrolar o novelo e desatar meus nós, muitas mulheres me entenderão, e quem sabe minha história as ajude a se contar, a se enxergar, a se apaixonar por sua identidade como eu me apaixonei pela minha” (1987, p. 52).

No hiato entre o desejo da artista e sua realidade, Ruth selou pacto com Wladimir para usar um cinto de castidade adaptável às calcinhas e com a chave do cadeado carregada no pescoço dele. Esse “exibicionismo amoroso” de meses, em seus termos (1987, p. 122), rendeu tanto marcas psicológicas quanto problemas de saúde e o receio de que seu “amuleto do amor” fosse visto nos bastidores, até que a amiga e atriz Cacilda Becker interveio após ficar ciente do artefato: “Com seu jeito de rainha, revestida de autoridade e plena de afeto, fez-me ver a exótica anomalia de tal subordinação. Obrigou-me a jurar que chegaria em casa e jogaria no lixo não só o cadeado, mas todas as calcinhas perfuradas” (1987, p. 123). Na memória de Ruth, a admiração pela amiga se articulou com a admissão da submissão em jogo.

Ruth tinha voltado do Oriente mais cosmopolita e usou os laços migrantes ao captar fundos para construir seu teatro: “Dei um cheque sem fundos de 500 cruzeiros, como sinal, e pedi ao dono que esperasse quinze dias para descontá-lo. Peguei um livrinho de ouro e saí pela colônia portuguesa levando o dinheiro. Eu não estou convencida de que a colônia acreditasse, na época, que eu fosse conseguir” (Mendes, 1981, p. 1). Para ela, a parceria com Cacilda Becker deu o respeito que não tinha entre colegas por ser “portuguesa, sem escola de arte dramática, sem carteirinha do partidão” (Escobar, 1987, p. 123). A origem perderia espaço na forma de a enquadrarem.

Ao repassar sua vida, Ruth atribuiu a atração pelo feminismo ao contato, na Lisboa de 1973, com as autoras de *Novas cartas portuguesas*, marco do

feminismo local, escrito por Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta (“as três Marias”) num país que não reconhecia a emancipação feminina e que vivia o fim do regime ditatorial. Para a produtora teatral, que ficou meses na temporada de *Cemitério de Automóveis*, elas e duas amigas ali instaladas a fizeram repensar o tema. O convívio com uma delas, a atriz e militante feminista Norma Bengell, fez Ruth associar os debates pela emancipação feminina à crítica da ditadura no Brasil, em Portugal e na América Latina (Allende tinha sido assassinado no Chile naquele ano):

Nada sabia de feminismo, de consciência de ser mulher, de opressão. Comecei, a partir duma informação nova e revolucionária, a reestruturar meu edifício. Li pela primeira vez *O segundo sexo* e *Novas cartas portuguesas*.

Nessa releitura de mim mesma, comecei a ver como meus símbolos e sentimentos tinham sido todos importados de um universo estritamente masculino.

Havia construído um teatro, feito um espetáculo fantástico, tinha trazido minha mãe e meus filhos, enfim, organizado todo um espaço que tu, o meu M., deveria refletir de volta para mim, como filtro de minha imagem. (Escobar, 1987, p. 144-145)

As discussões com feministas renovaram a perspectiva sobre a vida, como se questões cotidianas perdessem peso: “tudo parecia irreal, como se eu estivesse num aquário lisérgico. [...] Minha religiosidade e meu messianismo afundaram-se no poço. De noite falava até a exaustão, depois dormia o dia todo, carregando as baterias para poder, de novo, voltar do fim do sono” (1987, p. 145). Reflexões profundas precederam sua adesão irrestrita à causa.

Após apresentações de *Cemitério* em outros países, Ruth voltou ao Brasil disposta a se renovar. Tanto que situou em 1974/1975 o progressivo envolvimento no movimento de libertação feminina, em paralelo à luta pelo fim da ditadura, sem deixar de lado espetáculos e encontros em seu teatro. Foram tempos de intenso questionamento sobre seus investimentos pessoais: “Não sabia o que doía mais – o grande amor interrompido, toda uma vida sem clareza, uma carreira conturbada, um bando de filhos, a solidão” (1987, p. 154). A dor aguda de Clarice Herzog, viúva do jornalista Wladimir Herzog, assassinado por agentes da ditadura que simularam o suicídio, marcou e incitou

novas mobilizações: “[Clarice] me dá, até hoje, o senso de segurança de ser mulher, o animal que emerge do soberbo, como um relâmpago diante da hecatombe. [...] Um novo desafio me lastreava – participar, resistir, conspirar. Mudei minha paisagem humana, comecei a participar de reuniões” (1987, p. 156-157). Releia-se onde a artista via desafio: “participar, resistir, conspirar”.

O Teatro Ruth Escobar, que era Gil Vicente no projeto para ajudar a atrair recursos de portugueses, tornou-se um endereço relevante à cultura e à política. O ativismo político é mais testemunhado em *Dossiê de uma rebelião*, sobre o trabalho da equipe liderada por ela para criar um grupo de teatro num presídio de São Paulo. Na apresentação do livro, o advogado Heleno Fragoso notou que esse projeto teve enorme influência na vida carcerária até ser interrompido após um motim no Natal de 1980: “trabalho de uma mulher admirável, que trouxe esperança e alegria onde existe somente tristeza e desolação” (Fragoso, 1982, p. 10). A obra fecha com cartas de detentos para Ruth, denúncias sobre a penitenciária e notícias do motim (o diretor do presídio, ao falar a jornalistas, atribuiu a rebelião ao trabalho do grupo teatral). Aversa à ditadura, tinha sido detida – tantas vezes que não se lembrava –, respondia a processos e seria até alvo de atos de terrorismo psicológico e ameaças de bomba em seus espetáculos.

Ruth depois centrou foco na política, elegendo-se duas vezes deputada estadual (1983-1991) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e foi a primeira presidente do CNDM (1985-1986). Na orelha da segunda edição do livro, de 2003, escreveu que tinha o plano de lançar um segundo volume de *Maria Ruth*, em que contaria fatos vividos após a campanha eleitoral. A saúde, porém, impediu o projeto: foi diagnosticada com Alzheimer em 2000 e toda sua memória e atividade profissional se comprometeram até seu falecimento na primavera de 2017.

Ainda lúcida, criticou o imaginário de imigrantes portugueses na TV brasileira. Em declaração à revista *Época* em 2002, viu na corrente representação debochada uma forma de vingança da ex-colônia, ironia que afetava portugueses, tratados como incultos. Ela mesma se afastaria da comunidade imigrante: “Eu buscava o isolamento, me escondia da comunidade portuguesa com vergonha de ser confundida com patrícios ignorantes” (Gonçalves, 2002, *on-line*). Por isso, falava na valorização da raiz lusa ao tratar de *Os Lusíadas*, seu último trabalho no teatro.

Após viver um misto inicial de dor e de excitação pela imigração, à qual atribuiu uma nova forma de existir, Ruth encarou desafios também contando com o acesso à comunidade lusa em São Paulo – fosse a fim de atrair patrocinador para uma viagem ao Oriente ou arrecadar fundos para erguer seu teatro. Oswaldo Mendes a definiu como “mulher possuída pelo desafio” em título de matéria da *Folha de S. Paulo* de 1981; sua carreira revelou ser um epíteto afinado à propensão de desafiar-se e ao exemplo de luta para ampliar espaços e direitos da mulher. Viu na autoimagem portuguesa um estímulo a sua ótica feminista, tão pioneira.

Reencontro para três famílias imigrantes no Rio de Janeiro

“Sei que vai ser difícil, mas ela já está aqui” (imigrante fixado no Rio de 1952)

Ao verem a ficha consular emitida em Lisboa, Mario Grangeia Seabra e Maria da Anunciação Rodrigues Moreira se olharam com esperança e receio. Na foto do documento, ele tinha o terno preto e um semblante sóbrio que poucos conheciam até aquela primavera de 1952. As linhas para filhos menores, vazias, não citavam as meninas de 3 e 1 ano e meio que ficariam com a mãe e os avós maternos após o pai se afastar por tempo incerto. Tinham se conhecido no baile

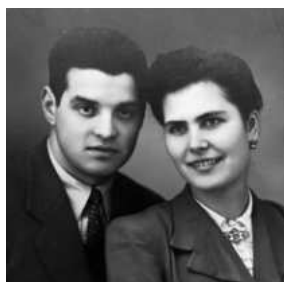
onde os olhos azuis de Maria, filha de comerciantes-lavradores, atraíram Mario, do Troviscal (Oliveira do Bairro), e se casaram na capela do Santuário de Fátima. Vivendo e trabalhando com os pais dele, o casal teve Maria Madalena e Marília Lucinda e abriu uma fábrica de licores. Até que ele foi chamado a cumprir serviço militar nos Açores, nas obras de uma base naval. Um oficial perguntou se algum conhecido o chamaria para trabalhar no Brasil; só assim ele evitaria se alistar à revelia aos seus 27 anos.

Recém-chegado ao Rio de Janeiro, não se frustrou ao trocar a vida de patrão pela de auxiliar de padaria. O casal trocava cartas sobre vidas à espera de um reencontro. Maria via as meninas crescendo enquanto ajudava os pais na mercearia do sobrado deles em Levira (Anadia). Mario seguia dia e noite no balcão e junto ao forno, vendo o bairro de Bangu crescer em volta da fábrica de tecidos homônima. Quando ele abriu sua padaria, enviou instruções para a mudança, e as três partiram para uma viagem sem volta. A expectativa era

Irmãos de além-mar?

de que não seria fácil, como ela lembrou na entrevista ao neto antes de completar nove décadas de vida (mais de seis delas no Brasil):

[Meu marido] disse a um amigo dele: “não estou arrependido, mas vai ser difícil para ela”. Porque eu não conhecia ninguém, não sabia nada. Ele sabia que ia ser difícil para eu me acostumar aqui. Aí... há de ser o que Deus quiser. Seu Lutério [esse amigo] falava muito com ele que seria difícil, mas ele dizia “eu sei que vai ser difícil, mas agora ela já está aqui e eu acho que não vai querer voltar para trás”. É isso aí. (Maria da Anunciação Rodrigues Moreira, entrevistada aos 89 anos.) (Moreira; Moreira, 2016, [n.p.]



O início da vida familiar em Bangu teria sido mais difícil sem o otimismo do casal. Tinham trocado um lar com espaço de sobra por uma casa acanhada que parecia menor por ser dividida com um casal amigo. Pais e filhas dormiam num só quarto com lençol entre as camas. Com o tempo, cresceram as casas e a família, com a chegada do filho caçula, Mario Amandio. O tino comercial dele encontrou terreno fértil: revezou-

-se entre ter um bar, uma padaria, uma mercearia, um restaurante e uma lanchonete – primeira a fazer vitaminas no bairro. Em casa, exigia disciplina dos filhos nos estudos e orgulhou-se de se formarem (em História, Pedagogia e Engenharia Elétrica).

O primeiro Grangeia em chão carioca trabalhou da infância até os 58 anos, quando teve a vida abreviada pelo ladrão que o rendeu no portão de casa e fugiu sem levar o carro entregado. Ainda criança, ele e os irmãos Joaquim e Marília tinham ajudado os pais na mercearia fora do horário escolar. A falta de estudo superior não o impediu de projetar e construir uma casa de dois andares, ainda em posse da família. Esse lar viu cenas como a festa que Mario deu no aniversário do genro mesmo sem ele na cidade; na sua ausência, amigos festejaram com o sogro. E os cochilos com ronco que Mario dava após almoços de domingo no lençol sobre o chão da sala. Maria da Anunciação também tinha trabalhado com os pais no seu comércio e fez o mesmo com Mario. Ao perdê-lo, tardou a reaver sossego no coração, mas se revelou

dama espirituosa, mãe e avó zelosa, com amigos da paróquia à vizinhança, capaz de celebrar três festas de aniversário para conseguir rever tantas amizades que formou no país.²

O afastamento provisório foi estratégia usual entre casais imigrantes. Afastaram-se para ele “preparar o terreno” para ela migrar depois, com ou sem filhos. Outras entrevistas mostram que, por mais planejada a ida, toda imigração tinha adaptações.

* * *

“Meu pai chorava,
todo dia ele chorava”
(imigrante radicada
no Rio de Janeiro
desde 1958)

Se não tivessem emigrado, Manuel Barros e Maria Emília Moreira, que eram primos em segundo grau (e da acima citada Maria da Anunciação), não teriam se casado nem criado família com sua renda do comércio. Nascido em 1933, ano inicial do Estado Novo português, Manuel era estudante e teria se alistado no exército de-

vido à reprovação em duas matérias. Como tantos, evitou o serviço militar se mudando para o Rio, de onde um amigo da família enviou uma carta de chamada para o jovem de 18 anos da Bairrada trabalhar numa padaria. Maria Emília cogitava estudar em Viseu e virar enfermeira, profissão então exclusiva para solteiras. O pai, lavrador salazarista, não admitiria que uma de suas duas filhas vivesse no exterior. Porém, teve de conviver com a ideia, embora com um desgosto que não escondia:

O meu pai não queria. Ele era um senhor salazarista, bem-conceituado, não admitia que nenhuma filha se casasse e fosse para o estrangeiro. Ele disse: “vocês podem se casar, mas eu arrumo trabalho para ele, arranjo para os meus sobrinhos, não tenho filho homem”. Aí o Manuel disse que não, que tinha a vida dele aqui, que se casava e vinha embora. Parece que ainda estou vendo... a mesa era comprida,

2 Amâncio (2019) faz outros relatos sobre Maria da Anunciação em seu obituário publicado na *Folha de S. Paulo*.

Irmãos de além-mar?

meu pai se sentava aqui, eu, ali, a minha mãe, a minha irmã. Meu pai chorava, todo dia ele chorava. Mas casei-me. Casei-me lá e cheguei aqui dia 25 de março, porque ele não podia passar um ano e chegou lá pela Páscoa. Lembro que estávamos fazendo um curso de bordados e soube que o primo Manoelzinho ia chegar. Nós nos casamos em janeiro e logo viemos embora, porque, se ele ficasse, automaticamente não sairia mais do país, por causa do serviço militar, tempo de Salazar. E muita gente veio para o Brasil por causa de Salazar. (Maria Emília Moreira, entrevistada aos 78 anos.) (Moreira, 2017, [n.p.]



Após sete anos no Rio, Manuel voltou para sua terra e lá ficou quase um ano junto a parentes e amigos – não poderia ficar mais porque o “drible” no serviço militar o impedia. No período, frequentou a casa de Maria Emília, e os papos com biscoitos caseiros de canela se estenderam até o primo a pedir em namoro. Logo veio o pedido de casamento. Não foi segredo à noiva que a ex-namorada dele tinha recusado uma proposta

semelhante após sondar sobre o bairro onde morava no Rio e descobrir que Bangu era bem caloroso e ainda em urbanização.

A bordo do *Vera Cruz*, a jovem de 19 anos trazia no ventre Maria Cândida, que, anos depois, iria com a mãe a jogos do Vasco. Ao pararem no porto do Recife, o odor local lhe deu impressão inicial nada positiva do Brasil. Já na zona oeste carioca, ela trabalhou no armazém comprado por ele, sobretudo no caixa. Foram aliados de negócios em bairros como Campinho, Tijuca e Gávea; tiveram padarias (uma por vez), terrenos e outros imóveis para investir e até açougue – negócio em Campo Grande que foi confiado a António, irmão de Manuel que ficou cinco anos no Rio. Desde os anos 1990, a família se dedicou à padaria Gávea House – e outras sociedades eventuais. Quando bebê, a filha caçula Maria Célia chegou a ter irritação na pele por dormir no leito improvisado no quarto da farinha (detectado o problema, levaram-na para dentro da loja). Ela fez rota oposta à dos pais, vivendo vinte anos em Coimbra, Porto e arredores.

No país ao Sul onde a união se viabilizou, os Barros viraram vascaínos, como tantos portugueses na antiga capital, e torceram por escolas de samba

(ele, Salgueiro; ela, Portela). No início da vida a dois, apreciaram muito forró e churrasquinho, e a rede de amigos cresceu mais entre brasileiros do que portugueses. A união teve fim precipitado pela morte de Manuel em 2011, com sessenta anos de Brasil. Até ali, a saudade da terra natal era suprida com bons pratos de leitão à pururuca e de frango a piri-piri, à base de pimenta. Quando a saudade ia além, era atenuada em viagens anuais para ficarem meses no Porto, onde os nativos o chamavam de “brasileiros”. No Brasil, eram chamados de “portugueses”. Há algo de singular na imigração quando gentílicos variam de acordo com o país onde se está.

* * *

“Muitas saudades,
muitas saudades,
muitas saudades”
(imigrante fixado
no Rio em 1956)

Na esquina virada para a Igreja Nossa Senhora da Paz e a praça homônima, portugueses abriram a Panificação Ipanema em 1918, entre raras casas e com praia pouco frequentada. Numa parede, vê-se uma fotografia de 1920 com o ponto comercial e a igreja voltados para a rua 20 de Novembro (atual rua Visconde de Pirajá). A foto é fonte de orgulho para o sócio Severino Martins Alves, luso septuagenário fixado no Rio de Janeiro e igualmente nessa padaria desde 1956, quando chegou ao Brasil com 14 anos: “Tem a igreja do lado de cá, e uma casinha baixinha é a padaria com uma chaminé”, disse num intervalo laboral na padaria (Alves, 2017, [n.p.]).

Ao sair de Vila da Veiga (Braga), onde estudou até o 4º ano primário, rumo ao Rio de Janeiro, Alves seguia os passos do tio Abel, então dono da Panificação Ipanema, e da irmã Maria da Conceição, caixa no estabelecimento vinda em 1953. Dois irmãos seus migrariam em 1958, demonstrando que o trabalho na panificação era julgado promissor na família. Indagado sobre a emoção sentida ao deixar Lisboa, no *Anna C.*, Alves repetiria três vezes sua resposta – “muitas saudades, muitas saudades, muitas saudades” (Alves, 2017, [n.p.]) – para não deixar a menor dúvida.

Na Ipanema, Alves foi de assistente até mestre-padeiro numa fase em que funcionários dormiam lá – “vinha a padaria na frente e a moradia nos fundos, quartos para a gente morar” Alves, 2017, [n.p.] – e os entregadores

Irmãos de além-mar?

da loja abasteciam restaurantes, botequins e hotéis, enquanto outros levavam pães em carrocinhas para vender a moradores e pagavam ao fim do dia. Alves contaria com orgulho ter sido pioneiro na cidade a fazer pães de forma – não tardaria a ser copiado.



A loja marcou tantos ipanemenses que um lojista do bairro lembraria que seu pai, na infância, conseguiu que a Ipanema vendesse pão antes da hora permitida – regra inimaginável hoje – para ele não ir com fome para a escola.³ A padaria se tornou o estabelecimento ativo há mais tempo no bairro famoso mundo afora pela *Garota de Ipanema*. Vinicius de Moraes e Tom Jobim, aliás, eram vistos entre os balcões nos anos 1960. A padaria também chegou a ser ponto onde o presidente Castelo Branco comprava sua bisnaga quando estava no Rio.

Alves exercitou a memória ao recordar conterrâneos donos de padarias cariocas e lamentou fechamentos nos anos 2010. Embora não faltasse cliente, a padaria foi anunciante em um programa de rádio da comunidade lusa nas tardes de sábado.⁴ Apesar da idade, Alves não larga sua rotina de abrir a loja aos clientes às 5h30 e sair às 16 horas. Nas férias, privilegia Portugal, onde uma filha mora no Porto, embora sócia de um restaurante no Leblon. Apesar da veia comercial dela, não vislumbra gerações seguintes da família ou sobrinhos à frente da Ipanema: “Ninguém quer. Isso aqui é difícil, é trabalho de segunda a segunda” (Alves, 2017, [n.p.]). Foi essa dedicação que fez da loja uma tradição.

Resistência para empreendedores em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná

“Sabia que voltaria a ser preso” (imigrante em São Paulo e em Minas Gerais fixado em 1954)

O choque de ideias políticas no Estado Novo fez emigrarem refratários ao regime luso, como Virgolino Pereira Vilhena, ex-diretor do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (CCLB),⁵ entrevistado aos 91 anos. Nascido em Setúbal em 1925, mudou-se aos 12 anos para Lisboa e viveu carreiras díspares: seminarista, vendedor de tecidos e militar. Mas não foi por fé, dinheiro ou arma que foi preso, mas por usar a caneta, ao criar poesias antissalazaristas em jornais de oposição: “Nunca fui político, mas não aceitava a ditadura do regime que regia Portugal de Sala-

zar. Então estive noventa dias preso, incomunicável e, quando fui posto em liberdade, sabia que voltaria a ser preso” (Vilhena, 2016, [n.p.]).

Na prisão, decidi fugir para o Marrocos, onde não temia a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide). Instalou-se em Casablanca com recursos da venda de seu carro pela família, que ignorava seu rumo; não enviou carta por dois anos para ficar oculto. Lutas separatistas locais fizeram o revendedor de chaminés para candelabros pedir um visto brasileiro em Madri, o que logo obtive. Difícil foi conseguir emprego em São Paulo, aonde chegou vacinado contra doenças tropicais e sem conhecer ninguém. O empréstimo de um amigo tinha lhe permitido arcar naquele 1954 com a viagem de 28 dias a Santos, uma das paradas da rota Barcelona-Buenos Aires, a qual incluía Cádiz e o Rio de Janeiro.

Após uma tempestade junto ao Equador quase adernar o *Cabo de Buena Esperanza*, Pereira Vilhena chegou a Santos de bolsos vazios até lhe doarem cruzeiros para uma passagem para São Paulo, onde viu as diárias do hotel acumularem meses sem encontrar trabalho. Ficou hospedado no fiado, prometendo quitar quando tivesse salário: “Havia muitos portugueses com padaria

3 Segundo relato de uma leitora do *blog Saudades do Rio* identificada como Evelyn no *post* “Ipanema”, de 2017.

4 Uma curiosidade: outra padaria de portugueses, a Bragança, de Botafogo, foi responsável pelo primeiro *jingle*

tocado em rádios brasileiras (composição de Antônio Nássara em 1932).

5 O CCLB indicou o português mais longo em Belo Horizonte na falta de imigrantes panificadores na cidade.



Irmãos de além-mar?

já naquela época, mas nunca trabalhei em padarias porque eu não tinha contato”, lembrou, sem remeter à sorte nem ao azar. “Fiquei no hotel meses até arranjar uma colocação na Tecidos Araújo Costa como caixeiro-viajante” (2016, [n.p.]).

A atacadista de tecidos tinha dono português, fato ao qual também atribuiu o recrutamento para além da prática em vendas. O caso ilustra o peso das redes migratórias não apenas entre re-

metentes e destinatários de cartas de chamada, mas entre patrões e empregados com contratos de trabalho mais usuais. O gerente era salazarista e, ciente meses depois da postura ideológica de Vilhena, minimizou divergências políticas à luz de seus resultados como vendedor: “Na época, 80% dos portugueses que vinham para o Brasil eram adeptos do regime de Salazar”, estimou, frisando que a motivação econômica da imigração superava a política – seus primeiros amigos no país foram brasileiros para evitar salazaristas (2016, [n.p.]).

Após cruzar tantas vezes as divisas paulistas, fluminenses e mineiras na sua Ford Dodge acostumada a atolar na via sem asfalto até Januária (MG), decidiu abrir uma representação de artigos esportivos em Belo Horizonte em 1960. Dez anos depois, abriu a Multiesportes, de varejo, e casou-se com a mineira com quem teve dois filhos e uma filha, nascidos em São Paulo e Santos, onde abriu outra loja do ramo. Voltou a Portugal só em 1974, com a redemocratização: “Voltei várias vezes depois que já era livre e cheguei até a ter convites para fazer parte do governo de Portugal, mas não quis ficar”, contou, ligando tais convites a outros rivais da ditadura (2016, [n.p.]). Os laços familiares no país adotivo passaram a falar mais alto.

* * *

“A família se separa e fica difícil” (imigrante fixado no Rio de Janeiro de 1954)

Quando saiu de Ponte de Lima (Viana do Castelo) rumo ao Rio de Janeiro, em 1954, Baltazar Araujo dos Santos tinha 15 anos, trabalhava em um armazém e teria que se alistar no exército. Esse destino não se realizou graças à carta de chamada obtida pelo pai no subúrbio onde trabalhava como pedreiro desde o início da década. O filho mais velho de José e Deolinda deixou mãe e irmãos para morar com o pai e servir café numa leitaria na capital brasileira. Os dois dormiam nos fundos do local de trabalho do pai:

Sabe como é que é... a família se separa e fica difícil. Eu gostava muito da minha mãe, senti muita saudade da minha mãe, mas a vida é assim mesmo. [...] Ela não queria vir... acho que não vinha, não, ela tinha medo. [...] O meu irmão veio depois, veio depois de eu [me] casar... o ano [em] que ele veio eu não sei, não... Até fui eu que mandei a carta de chamada para ele, mas não me recordo quando foi, não. E ele ficou aqui até hoje, o outro meu irmão foi para a França e a minha irmã, essa ficou em casa, morava com a minha mãe e ficou com a minha mãe. (Baltazar Araujo dos Santos, entrevistado aos 78 anos.) (Santos, 2017, [n.p.])

A travessia de dezesseis dias foi a última do *North King* antes de ele trocar de rota para Angola. Em seis anos na leitaria, o divisor de águas para o imigrante foi seu pedido a um colega chinês demissionário para lhe ensinar a fazer seus pastéis de altíssima saída. O salário quase dobrou com a venda de até 2 mil pastéis por dia. A ideia seguinte foi comprar um açougue em Olaria, mas a falta de familiaridade com o ramo e o desfalque de seu sócio –português como ele – o fizeram retomar a vida de empregado, após a fase empreendedora.

Santos trocou o Rio por Niterói, onde foi gerente de padaria até decidir voltar a empreender. Adquiriu em 1966 uma padaria com um primo e um irmão, que imigrou usando sua carta de chamada. Depois, compraram um bar, logo convertido em padaria devido à falta de concorrência na vizinhança. Ainda em 1970, voltou pela



primeira vez a Portugal, onde se enamorou de Rosa, filha da vizinha de sua mãe. Como não podia passar mais que dois meses no país (limitação por ter descumprido o serviço militar), só se casariam por procuração. Assim fizeram com o apoio dos sogros, não sem antes Santos pagar uma taxa consular para estender em dois dias o limite de permanência em seu país natal.

Nada veio fácil na vida do emigrante, que virou pai de um casal de filhos e avô e se divertiu, quase cinquenta anos depois, narrando a turbulenta primeira viagem de volta a Portugal. O voo a Lisboa parava em Recife e, naquela noite, uma histórica tempestade gerou 366 mortes. O comandante tinha aval para pousar, mas arremeteu de última hora por receio de derrapar e seguiu por conta própria até Fortaleza – o que pode ter salvado passageiros e tripulantes. Após esse susto, o medo de voar foi deixado de lado, pois não poderia imaginar nada pior.

* * *

“Ninguém vinha com guarda-roupa pronto”
(imigrante em São Paulo e no Paraná fixado em 1956)

Gerações de jovens emigraram de Portugal para se esquivar do alistamento militar. As missões nos anos 1950 incluíam defender possessões na Índia (duas perdidas em 1954 e outras ocupadas por indianos em 1961). Já se previam lutas por independência na África, ocorridas nos anos 1970. Um jovem que relativizou seu patriotismo

e trocou os *fronts* pelo Brasil foi António Garcia Matias, em 1956. Ficara órfão por carências da medicina local: a mãe morreu de hemorragia após um parto (erro da parteira ao cortar o cordão umbilical) e o pai não resistiu à pneumonia tratada com ventosas em vez da penicilina usual no exterior: “Mesmo que Portugal não tenha participado da guerra, participou da fome. Porque o seu Salazar preferia faturar, mandar comida para a Alemanha, do que dar para os seus”, avaliou ao falar sobre os europeus emigrantes em decorrência da guerra (Matias, 2016, [n.p.]).

Dizendo-se primeiro emigrante de Montes da Senhora, nas Beiras, Garcia Matias concluiu ensino primário e foi garçom em Lisboa até que, aos 19 anos, seu tio e tutor, exportador de alimentos, o aconselhou a trocar o ideal militarista por uma carta de chamada para trabalhar no atacado em São

Paulo. O conselho foi lembrado sem dificuldade: “Se ficas aqui, o que acontece? Vais para Angola, Guiné, Moçambique e vais morrer lá. Não fica mais de dois, três anos no Brasil, isso aqui já vai terminar e, quando tudo terminar, quando tudo estiver em paz, tu voltas. É simples” (2016, [n.p.]). O lazer a bordo atenuou a indisposição e o temor de quem, como ele, não tinha subido nem em canoa até entrar no *North King* no Cais do Rocha:

Era uma das viagens boas que fiz naquela idade, cheia de imigrantes, sobretudo minhotos e transmontanos. Foram dezoito dias de viagem de Lisboa a Santos. Havia diversão entre os jovens, éramos muitos homens e fazíamos bailes a bordo, jogávamos futebol no convés. Houve até um episódio engraçado. [...] Fazíamos bola de papel e meia e um amigo chutou a bola e o sapato viajou por cima e foi cair nas ondas. O mais interessante é que ele só tinha um par de sapatos. Ninguém vinha para cá com guarda-roupa pronto. [...]

Logo que saímos pelo mar, começou uma indisposição geral. Isso abrangeu quase todos os passageiros do *North King*. Eu ficava lá em cima, nos camarotezinhos e eu via aquilo... Aquela gente vomitando mesmo, náuseas, tudo o que você possa imaginar, deitados no chão... e o pessoal, a tripulação fazendo o que podia, conduzindo para as camas. Mas eu estava bem, eu estava muito bem olhando tudo aquilo. Enfim, é o mal do mar. As pessoas que não têm aquele hábito, a cabecinha não está habituada com aquelas coisas, e ela corresponde da mesma forma... As pessoas começam a vomitar, a ficar mal, a cair, etc. E eu estava bem até um certo ponto, estava lá em cima, quieto, olhando tudo aquilo, e de repente fui atingido [risos]. Eu estava parado e parece que o navio deu uma volta, aquilo é a coisa mais estranha do mundo. Até fiquei com medo de cair no mar, porque eu estava sem equilíbrio. E fui carregado de alguma forma para a minha cama, encontrei um bom rapaz, e todo aquele armazém de gente, vamos dizer assim, naquele porão... era uma sinfonia de vômitos, de queixas... é fantástico aquilo. Naturalmente, eram todos marinheiros de primeira viagem. (António Garcia Matias, entrevistado aos 69 anos.) (Matias, 2016, [n.p.])



Irmãos de além-mar?

Quando Garcia Matias cedeu seu outro par de sapatos ao jovem, não imaginou que vinte anos depois estocaria calçados para abrir uma sapataria no Centro curitibano. O estoque foi devolvido após executivos do Moinho Anaconda, de portugueses, o convencerem a manter o ponto como padaria: “Não, você não vai colocar sapatos aqui, isso aqui é uma padaria, uma panificadora”, ouviu e foi demovido da ideia original mesmo alegando ignorar tudo de panificação, ao que rebateram: “Não tem problema, colocamos a farinha aí, o estoque que você quiser” (2016, [n.p.]). O interesse do moinho foi tal que lhe emprestou mestre-padeiro até ele ter um.

O forno era novidade a quem vivera do comércio em Portugal e no Brasil. Tinha trabalhado três anos na Dias Martins em São Paulo e Barretos até ajudar a abrir sua filial em Curitiba, que só conhecia por revistas. A origem contou para obter a vaga na atacadista de origem portuguesa. Montou vários negócios: bar, representação dos tecidos Matarazzo, loja de bolsas e bijuterias e três restaurantes; vendeu o último a um alemão de Blumenau que pagou com cédulas mofadas em caixas de sapato. Entre um negócio e outro, foi corretor de imóveis e sócio do cunhado numa pequena construtora (a irmã e seu esposo trocaram Portugal pelo Brasil por sugestão de Garcia Matias).

“Sofro com a prisão nas casas de comércio e depois sofro fora delas”, afirmou (2016, [n.p.]). Com seu trabalho, educou os filhos, formados em Arquitetura, Medicina e Direito. Um lamento pela vida no comércio foi impedi-lo de ir à terra natal, para onde só pôde regressar em 1975 – se fosse antes, teria sido punido por considerarem-no desertor. Ironicamente, tinha lido tanto sobre o país, que pouco conheceu pelos limites impostos pela ditadura na juventude, que tinha precisado ir ao estrangeiro para conhecer mais de perto suas raízes. António Garcia Matias faleceu em 2017, aos 80 anos.

O distanciamento compulsório de Portugal por anos a fio foi vivido por incontáveis imigrantes como Pereira Vilhena e Garcia Matias. Eles e outros deixaram o país sem planos de retornar em definitivo, mas se viram mais de década privados de retornar ali até mesmo para visitar.

* * *

“Para evitar entrar na guerra, veio clandestino” (filho de imigrante no Rio e em Belém, em 1950 aproximadamente)

Não poucos emigrantes deixaram Portugal na clandestinidade igualmente para evitar a vida militar. José Gomes Pessoa deixou esposa e um filho em Trás-os-Montes, no Norte, e singrou num porão para o Rio – sem documento ou registro seu, o filho brasileiro José Cardoso da Silva não soube precisar em qual ano dos 1950. Pessoa circulou na então capital, onde passou fome e até dormiu na rua; depois, fixou-se em Belém, onde prosperou.

Ele veio de lá, fugido por causa da ditadura do Salazar. Estava no Exército nessa época [...], para evitar entrar na guerra, veio clandestino num navio para o Brasil. Foi primeiro para o Rio de Janeiro e depois veio para cá [Belém], começou a trabalhar como mecânico e foi progredindo. Quando morreu, tinha quatro panificadoras e posto de gasolina. (José Cardoso da Silva, entrevistado aos 60 anos.) (Silva, 2016, [n.p.])

Sem convívio com ele até ter 15 anos, Cardoso da Silva se orgulha de o pai, que migrou sem planos de voltar e só chegou ao 2º ano primário, ter trocado a situação de rua no Rio pelo lar nos fundos da oficina em Belém, onde foi de mecânico a dono. Os negócios ao longo da vida incluíram uma empresa de ônibus – ainda feitos com carroceria de madeira –, quatro padarias e o supermercado Pérola, cujo terreno foi desapropriado em prol da Telepará, o que o levou a investir em um posto de combustível.

Pessoa iniciava o dia às 3 horas, mastigando dois dentes de alho antes do café expresso: “Ninguém conseguia ficar muito tempo perto dele, não”, diria, aos risos, o filho com nome herdado do pai. “Era uma característica dele. Ficava até meio-dia sem comer nada, só com aquilo, e era um cara um pouco mais baixo, mas mais largo do que eu. Não era gordo, não, era músculo: o braço do velho...” (Silva, 2016, [n.p.]). Seu último ano foi marcado por uma perda irreparável: sofreu de amnésia crônica após um baque na cabeça ao revidar assalto numa das padarias. Desfecho mais trágico tivera o filho português, atropelado por um motociclista em Belém.

Foi como um tributo ao pai que Cardoso da Silva abriu a pastelaria Casa dos Natas no fim de 2015 em Batista Campos, bairro nobre da cidade. “Ele era um comerciante nato. E, interessante, era semianalfabeto, mas de uma sagacidade...

Em matemática, ninguém ganhava dele”, afirmou (2016, [n.p.]). Meses antes, o engenheiro aposentado pela Embratel criara outro laço com o país do pai, ao se doutorar em sua área na Universidade Nova de Lisboa: “Quando fui a Portugal pela primeira vez, para iniciar o doutorado, vi que lá tem pastelaria em tudo quanto é esquina e pensei ‘Por que a gente também não tem?’”, recordaria (2016, [n.p.]). Junto ao Tejo, o engenheiro apreciou as semelhanças entre Belém e Lisboa, cujos edifícios o fizeram sentir-se em casa. De volta a sua cidade, abriu a casa de pastéis de Belém (dois sócios portugueses saíram meses depois). À frente da loja ficaram seus filhos, mas quem pilotava o forno à época da entrevista era o luso Hernani Francisco, da leva imigrante mais recente e que atuou na Belém lisboeta, no Hotel Figueira, antes da paraense.

Investimento para dois amigos e dois sócios

“Lá tem a árvore das patacas” (imigrante radicado na São Paulo de 1957)

Raro português alfabetizado que migrou na virada do século XIX/XX, José Carreira largou a lavoura em 1901 em Portela da Urgueira (Arganil) para trabalhar na construção de uma ferrovia no interior paulista. Voltou para Portugal em 1913 e se casou, aos 39 anos, com Maria do Carmo, quinze anos mais jovem e com quem teve quatro filhos e duas filhas. Voltou a imigrar, dessa vez na França – primeiro sozinho e depois com a família –, e traba-

lhou sete anos em minas de carvão e outros serviços. Não fosse a resistência da esposa, teria voltado ao Brasil, que em 1957 virou o destino do filho Alfredo, de 19 anos, com apoio total de José:

Meu pai falava sempre que, se algum filho tivesse que migrar e lhe pedisse opinião – era uma pessoa de mente muito aberta –, ele indicava o Brasil. Ele falava sempre que a Europa é dos europeus: a França é dos franceses, a Inglaterra é dos ingleses... E o Brasil é um país de todo o mundo. Ele tinha uma frase que ainda não se concretizou, provavelmente, que o Brasil vai ser um dos maiores países do mundo: “A extensão territorial e a riqueza natural que aquele país tem ninguém tira”. (Alfredo Carreira, entrevistado aos 76 anos.) (Carreira, 2016, [n.p.]

Presidente de entidades de panificadores paulistas no fim do século XX e início do seguinte, Alfredo migrou para trocar a miséria pela bonança. Até pelo menos meados do século passado, difundia-se em zonas rurais lusas a imagem do Brasil como “árvore das patacas”, lembrou (2016, [n.p.]). Ao contrário do pai, fixou-se em São Paulo, onde criou família e o negócio – até então, tinha trabalhado cinco anos numa serraria de Arganil como ajudante de serrador, carregador e selecionador de madeiras. A falta de perspectiva de ascensão foi o estímulo principal para emigrar. Poderia ter ido para Moçambique, onde vivia um tio, ou Canadá, onde lhe faltou altura (o governo canadense ofereceu atrativos a mil portugueses aprovados por certos critérios – Alfredo não tinha a altura mínima). Meses depois, o irmão Fernando, em São Paulo, lhe enviou carta de chamada para trabalhar com ele e o sócio numa padaria.



20 Alfredo Carrera

No Brasil, ao contrário [de países como Alemanha, Suíça e Luxemburgo], os que vinham ficavam. Compravam aqui seu terreno, faziam sua casa na frente e alugavam a dos fundos. O país oferece essa condição. Lá, não. Um país onde era possível fazer uma pequena fortuna com relativa facilidade era a ideia que se tinha [do Brasil]. Embora na realidade não era bem isso, mas era a ideia que se tinha. Falavam “ah, lá tem a árvore das patacas”. Patacas é dinheiro. Você balançava a árvore e caíra dinheiro. (Carreira, 2016, [n.p.])

Quase seis décadas após embarcar no argentino *Corrientes*, da rota Gênova-Lisboa-Santos-Buenos Aires, lembrou o desafio de equilibrar pratos de sopa no mar revolto. Um compatriota incomodado com o efeito das ondas no estômago maldizia o itinerário de que se arrependia. O dia 24 de junho (Dia de São João) doeu mais em Carreira por lembrar das festas que perdia na aldeia. Poucos meses, muito trabalho e raras folgas depois, tornou-se sócio dos patrões em uma padaria que vinha passando de mãos em mãos portuguesas no Belenzinho. Não imaginaria mantê-la nas décadas seguintes, pois era comum reinvestir em pontos no ramo, que atraía imigrantes ansiando sair da pobreza através de jornadas das 4 horas até horas sem fim.

Irmãos de além-mar?

Ele aconselharia amigos a migrarem, e o mais velho de seus cinco irmãos, o jornalista Ramiro, se uniu a ele em São Paulo, onde cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), mas preferiu retornar. O filho e a filha vieram do casamento com Cecília Colacioppo, neta de italianos que Carreira viu na Casa de Portugal e parente de renomado maestro da Orquestra do Theatro Municipal de São Paulo. Crescido em solo de cultivo familiar de milho, trigo, azeite e vinho, não encontrou cá a “árvore das patacas”, mas colheu outros frutos na busca.

* * *

“Pedi a meu irmão para me chamar” (imigrante radicado em São Paulo em 1964)

Natural de Ponte de Lima (Viana do Castelo), Manoel Alves chegou a Santos após nove dias enjoando no *Federico C.* numa das últimas levas com cartas de chamada de qualquer remetente. Era fevereiro de 1964 e, com o regime militar, seriam bem-vindos só os “chamados” pelos pais (a restrição fez seus primos irem para a França). Ele tinha 17 anos e via conterrâneos que tinham juntado na antiga colônia o bastante para exibir relógios e roupas novas nas idas a Portugal. “Será que não tenho a possibilidade também de vestir uma roupa dessa, de andar com relógio que, se não era de ouro, parecia muito?”, se indagava (Alves, 2016, [n.p.]). Seu pai João tinha tentado viver em São Paulo, mas voltou e criou em Portugal a família com sete filhos e cultivou uva, milho, feijão, azeitona e centeio. Segundo ele, o pai “não gostava muito de trabalhar. Nem em Portugal gostava de pegar no pesado, falavam seus amigos” (2016, [n.p.]).

Alves não se atraía pela lavoura, e a migração lhe parecia abrir horizontes, explorados antes dele por José e João, tio e irmão que o receberam em Santos numa folga como porteiro de hotel e atendente de bar, respectivamente. Manoel não os reconheceu ao desembarcar tal a falta de fotos e notícias recentes deles. Um irmão evitou o destino natural do outro: “Pedi a meu irmão para me chamar, porque eu iria para Angola com o exército. Ele me mandou a carta de chamada escondida dos meus pais, porque eles não queriam... Era o único filho lá homem, eles tinham muita lavoura, então não queriam. Escrevi escondido” (2016, [n.p.]), diria em entrevista na Vila Monumento,

padaria com nome do bairro paulistano onde fica. Sentiu mais saudades da irmã caçula Fátima. O pai tinha tido câncer e buscava um sucessor:

A primeira resposta do meu falecido irmão foi “pede para o pai”. E eu não ia pedir porque eu sabia que eles não queriam, mas depois acho que ele pensou um pouco melhor e mandou a carta de chamada diretamente para o meu pai, dizendo que estava na hora de eu vir para aqui. Aí foi uma choradeira danada, meu pai estava doente, com câncer, e a minha perda seria muito forte porque necessitava de um homem lá para cuidar da lavoura. Mas não tinha jeito, a minha vontade era mesmo de vir. Meu pai era um pouco severo, bravo, a minha terra, por exemplo, é lugar de folclore e dança, quando eu via um chapeuzinho chegar, eu... Então, não sei dançar, meu pai era muito severo. E aí chegamos aqui, em 1964 fui trabalhar num bar. (Manoel Alves, entrevistado aos 69 anos.) (Alves, 2016, [n.p.]

A partida estava prevista para o fim de 1963, mas uma pane no *Corrientes* manteve passageiros em terra firme, não sem a companhia lhes custear a espera – Alves reverteu as sobras das diárias para o pai. Por ter 17 anos, foi “designado” pelo comandante do navio o “chefe dos menores”, incumbido de zelar pelos mais novos – eles não eram poucos desde o século XIX, mas tinha ficado mais comum irem na companhia de familiares e conhecidos.

O jovem desembarcou com planos de estudar muito, mas a longa jornada no balcão desviou a rota, primeiro no mesmo bar do irmão e, um ano depois, na padaria Fernandes, no Ipiranga. Trabalhou duro e era frequente acordar na madrugada em que tinha adormecido. “Eu me levantava às 4 horas da manhã e dormia às 2 horas” (2016, [n.p.]). Passou por todas as funções “graças a Deus”: balconista, padeiro, confeitiro, etc. O pouco sono, saciado até no fundo do bar onde a lida começou, não abalou o apreço pela terra, “maravilhosa” por ter tudo, e pelo povo que logo considerou alegre. O funcionário polivalente virou sócio da Fernandes e não só dela: até o início dos anos 1970, teve sociedade em outra padaria no Ipiranga e numa em São Bernardo do Campo. Após passar por mais de dez médicos até ter uma hepatite



21 Manoel Alves

diagnosticada – e tratá-la no hospital onde uma enfermeira virou sua primeira esposa –, tentou ser mascate de roupas, mas logo quis voltar aos fornos e balcões na capital. A convite de um cliente, foi sócio de atacado de autopeças no Ipiranga, mas vendeu sua parte para se ater à sua especialidade.

Nas padarias, fez amigos entre funcionários, clientes e panificadores, como Alfredo Carreira dos Santos – a exemplo dele, teve cargos no sindicato e na associação paulista do ramo (Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria – Sindipan e Associação dos Industriais de Panificação e Confeitaria – Aipan). Chegou a presidir a associação de sindicatos da panificação em São Paulo – a Associação da Indústria de Panificação e Confeitaria do Estado de São Paulo (Aipesp) – e a ser diretor da associação nacional do setor – a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip). Um dos louros da vida sindical foi ter sido escolhido pelos colegas juiz classista (posição que ocupou por quase cinco anos) e ter tido como colega no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) o ex-meio-campista Ademir da Guia, eterno ídolo do Palmeiras. Descartava ter seus passos de comerciante seguidos pelo filho e pela filha, o que não se aplica à migração: o filho, engenheiro eletrônico, imigrou nos Estados Unidos após oito anos de expediente na Unilever e a filha, chefe de cozinha, até ajudou o pai após ele reformar a padaria, mas não seria a longo prazo na previsão de Alves.

Em mais de cinquenta anos fora de Portugal, voltou mais de quinze vezes lá. Ficou surpreso pelo avanço da construção civil, atribuindo-o a investimentos franceses em canteiros de obra. Desde que a terra pátria se tornou estrangeira e vice-versa, viu cair a entrada de portugueses no Brasil, mas manteve a amizade com conterrâneos de sua geração, que revia todas as semanas, de modo que não se afastou de suas raízes mesmo longe delas.

* * *

“Vergonha de dizer que meu pai era português” (filho cuja mãe emigrou grávida em 1947)

Os governos de Portugal a partir dos anos 1930 não sanaram vicissitudes no campo, como a renda familiar em queda e as jornadas exaustivas. A evasão do campo foi alta em lares como os dos Pereira, de Femedo (Arouca). Agostinho, um dos doze irmãos a deixarem a terra onde os pais faziam azeite, vinho e bagaceira, chegou a São

Paulo em 1932, aos 14 anos, e trabalhou como balconista e cocheiro (entregador em charrete de burro) na padaria Paiva, sociedade de irmãos na Liberdade.

Seu primogênito Antônio por pouco não nasceu português, pois cruzou o oceano no ventre de Amália no *North King* em 1947. Ela e Agostinho se aproximaram mais de italianos e outros portugueses que de brasileiros – muitos avessos a imigrantes; para Amália, italianos só diferiam dos lusos no idioma, como recordou aos 90 anos: “o resto era a mesma coisa” (Pereira; Pereira, 2016, [n.p.]). Ela diria que sentiu muita saudade e insegurança ao mudar para um país diferente, mas não tão distinto do que imaginava: “O Brasil é o país mais rico do mundo, mas não tem pessoas para dirigir bem” (2016, [n.p.]), declarou após cinco voltas a Portugal, que viu mais organizado que nos anos 1940. Antônio, por sua vez, aprendeu a lidar com a diferença de origem ocultando-a, como relatou aos 67 anos: “Para evitar chacota na escola, tinha vergonha de dizer que meu pai era português e tinha padaria” (2016, [n.p.]). Certo antilusitanismo não poupava nem as crianças.

Foi entre amigos imigrantes dos pais que Antônio, dois irmãos e a irmã cresceram, sempre perto da panificação, setor ao qual toda essa geração da família se dedicou. O pai teve posto de gasolina, mas conheceu a prosperidade nas cinco padarias das quais foi sócio. Antônio citou a fartura nas refeições e a valoração do respeito como suas heranças lusas. A vergonha dessa raiz passou, vê-se no orgulho pelo título de sócio remido da Portuguesa e no apego à origem comum à de sócios da padaria Bella Paulista, onde a história migrante abaixo se articula.



92 Antônio Pereira

* * *

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 307283
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso João Ermílio Souza da Cunha
Admitido em território nacional em caráter Permanente (temporário ou permanente)
Nos termos do art. 9º letra do decreto-lei n.º 7967, de 1945
Lugar e data de nascimento Arcos de Valdevez 13/2/1934
Nacionalidade Portuguesa Estado civil Solteiro
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Mansel Antonio da Cunha e
Gloria de Souza Profissão Emp. comercial
Residência no país de origem Arcos de Valdevez



SÉLO
CONS

FILHOS
MENORES
DE 18 ANOS

Blank lines for listing children under 18 years old, with a wavy line drawn across them.

Passaporte n. 28490/52 expedido pelas autoridades de Junta da Emi-
gração-Lisboa na data 26/11/52
visado sob n. 1716

Consulado Geral do Brasil no Porto,
de - 5 FEV 1953 de 195

ASSINATURA DO PORTADOR:

João Ermílio Souza da Cunha

O CONSUL
Carlos A. T. Brandes
CARLOS A. T. BRANDES
CONSUL GERAL

NOTA - Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original

23 Ficha consular
de João Ermílio
Souza da Cunha

“Passaram fome lá, pegaram guerra e acabava tudo” (filho de migrante em Pernambuco e em São Paulo)

Meses antes do acordo que igualou o tratamento dado a portugueses e brasileiros nos dois países, em 1953, João Ermílio Souza da Cunha atendeu à carta de chamada do tio e, com a passagem de navio paga por ele, saiu de Arcos de Valdevez (Minho) para Recife. A viagem coincidiu com o 18º aniversário, brindado por ele com outros jovens passageiros. Em entrevista, o filho Fernando explica:

Eles eram um pessoal bem simples [no Minho], trabalhavam de agricultores, mas trabalhavam para os outros. Não eram proprietários, tanto da parte da minha mãe, como da parte do meu pai. [...] Minha mãe fala que eles passaram fome lá, pegaram guerra também e acabava tudo... muitos irmãos... Era complicado. Minha mãe teve dez irmãos e meu pai teve oito. (Cunha, 2016, [n.p.])

Empregado de padaria na capital pernambucana, João Ermílio acordava às 3 horas para encher balaios de pão e sair de porta em porta como cocheiro. Após seis anos e uma internação longa por pneumonia contraída nas madrugadas frias, saiu do hospital da Beneficência Portuguesa decidido a se mudar para São Paulo, o que fez depois de ressarcir a viagem até ali para o tio. Casou-se com a portuguesa que namorava por cartas e foi trabalhar no restaurante do Hotel São Paulo (Centro), onde ficou três anos e foi gerente. A mãe de Fernando, com irmãos no Canadá e na França, foi doméstica, lavadeira e zeladora de pensão, enquanto o pai passou de gerente a dono de bares na Barra Funda, onde moravam. O círculo inicial de amigos era mais de portugueses – ele e outros chegaram a fazer doações às obras da Portuguesa, o que lhes valeu a carteira vermelha de sócio remido do clube com a origem deles no nome.

Na infância, Fernando foi alvo de chacotas dos colegas devido à origem dos pais. Foi chamado de filho de “burrego”, “jumento” e “bigoduda”, mas diz ter feito pouco caso. Seu pai, conhecido por colegas porque seus bares



24 Fernando Cunha

ficavam perto da escola, voltou à panificação após mais de três décadas entre bares e restaurantes. Em 1998, os Cunhas abriram com sócios a Palácio de Cristal; quatro anos depois, Fernando, o irmão e três sócios de origem portuguesa, entre eles Antônio Pereira, abriram a Bella Paulista em uma esquina perto da avenida Paulista. Nela se enlaçam, como se vê, as raízes portuguesas dos sócios.

Reinvenção para imigrantes em Niterói, Curitiba e São Paulo

“Um tio que eu tinha no Brasil foi a passeio lá” (imigrante no Rio e em Niterói desde 1951)

Aos 21 anos, o alfaiate Gentil Moreira de Sousa, de Burgo (Arouca), quis mudar de vida. Na primavera de 1951, deixou a família, o trabalho e o clarinete que tocava na filarmônica local, regida por seu pai. Graças à carta de chamada para a alfaiataria do amigo de um tio, embarcou com sonhos no *North King* rumo ao Rio de Janeiro. Não era o plano A – preferia os Estados Unidos –, mas tinha cinco tios maternos em Niterói, o que facilitaria a mudança. Como eles, duas irmãs e quatro irmãos trocaram Arouca pelo Brasil:

Cheguei aqui com 21 anos, exatamente. Eu estava para ir aos Estados Unidos, mas não gostava, estive a ir para Angola, mas não queria, e o meu tio... um tio que eu tinha aqui no Brasil foi a passeio lá e eu pedi a ele para me mandar uma carta de chamada. Na época, tinham as cartas de chamada e eu fui o primeiro a vir, depois vieram mais seis irmãos. (Gentil Moreira de Sousa, entrevistado aos 88 anos.) (Sousa, 2017, [n.p.])

O exemplo e o conselho aos irmãos para emigrarem partiam daquele primogênito que levou dezessete dias a bordo com o irmão Cláudio, e mais cinco meses costurando, até desistir de ser alfaiate, e mais poucos meses como balconista da antiga Confeitaria Sorriso. Nos cinco anos seguintes, trabalhou e aprendeu muito como vendedor numa revenda de conservas e bebidas (a Fonseca Araújo Importação e Exportação). Seu apreço pelo comércio o fez comprar a Padaria Quaresma, que pertencia ao sogro – foi na

Missa dos Reis seguinte à sua chegada ao Brasil que conheceu a esposa, niteroiense filha de portugueses:

O pai dela era amigo do meu tio, e vivi com meu tio, casado aqui e já com uma filha, na rua Marquês de Caxias. Ela morava lá com um tio, a mãe tinha morrido. E o pai, nessa altura, estava em Portugal. Então, meu tio passou e apresentou-me: “esse é meu sobrinho, Gentil, chegou agora de Portugal e tal”. Eu fiquei de olho, era filha de um homem que meu tio disse “isso não é para o teu bico, não”. Liguei para ela... liguei para ela e a encontrei no dia 5 de janeiro de 1952, na Missa dos Reis da catedral de São João. (Sousa, 2017, [n.p.]

Deixou a Quaresma para se dedicar à Garoto, padaria e confeitaria no Centro, e deu uma participação societária a cada irmão (um voltou anos mais tarde para Portugal). Numa esquina movimentada de Icaraí, bairro nobre de Niterói, Gentil assumiu em 1975 a Beira Mar, padaria fundada por portugueses trinta e três anos antes. O dono, à época da entrevista com a filha Maria Célia à frente do negócio, foi franco ao revelar que sabia



gerir a padaria, mas não fazer pães. Gostava tanto do ramo que não via pontos negativos nele. E trabalhar fins de semana? “Nunca fiz questão de folgar domingo, já que desde cedo eu tocava junto com a banda nesse dia” (Sousa, 2017, [n.p.]).

Ao migrar, nunca imaginara se tornar representante do país natal no exterior. Até falecer, aos 92 anos, em 2021 (morte noticiada em *sites* locais), participou da vida de instituições como o Real Gabinete Português de Leitura e o Clube Ginástico Português, dos quais se tornou sócio, além do Arouca Barra Clube, que ajudou a fundar. Foi dirigente do Clube Português de Niterói e recebeu títulos de cidadão niteroiense e fluminense e, de Portugal, o grau de comendador. O empreendedorismo e o associativismo não aplacaram a veia lírica, explorada em poesias como as de três coletâneas que lhe trouxeram a deferência de integrar a Academia Niteroiense de Letras. Uma estrofe citada no convite do lançamento de sua coletânea de poemas *Fazedor de sonhos* (ed. Parthenon, 2016) resume impulso nato a ele: “Sou fazedor

de sonhos/ Sonhadores, sempre acordado,/ Sonhos até idealizados/ E por eles era levado!”. Sua trajetória faz tais palavras não soarem ficção. Enquanto Portugal perdia alfaiate-músico, o Brasil ganhava poeta-empresendedor.

* * *

“Fez carta de chamada para todos” (filho de imigrantes fixados no Paraná dos anos 1950)

Redes formais e informais de imigrantes se formaram em cidades menos lembradas pela imigração portuguesa, como Curitiba, onde desde 1878 há a Sociedade Portuguesa 1º de Dezembro, um nó pioneiro dessas redes no Sul. Imigrantes se fixaram na cidade a convite de conhecidos que os precediam. O panificador Joaquim Cancela Gonçalves, ex-dirigente do sindicato estadual da categoria e filho de imigrantes radicados no início dos anos 1950, recordou que um tio-avô foi decisivo a quem saiu do distrito da Guarda:

Um tio da minha mãe vivia em Curitiba e acabou chamando praticamente todos os portugueses da região da Lomba e Vale Mourisco [Guarda] para cá. Era carpinteiro e chamou as irmãs por parte do meu avô. Fez carta de chamada para todos. [...] Todos os portugueses que chegaram nessa época foram chamados pelo José [Lourenço] Cancela e ficaram na casa dele. Depois, através dele arrumavam serviços. Era uma época em que havia muitas oportunidades no Brasil. (Joaquim Cancela Gonçalves, ouvido aos 59 anos.) (Gonçalves, J. Cancela, 2016, [n.p.])

A necessidade fazia o imigrante, mas seu rumo nem sempre partia de suas escolhas apenas. Exemplo disso foi José Pires Cancela, pai de Joaquim, que emigrou em 1953: “Meu pai acabou vindo para o Brasil porque não conseguiu, através do governo, ir para Angola, aonde ele queria ir. Era mais fácil vir para o Brasil do que para Angola” (Gonçalves, J. Cancela, 2016, [n.p.]). A mãe Rosa e as irmãs se empregaram na linha de produção de uma fábrica de fitas. A legislação à época ajudaria a esclarecer a facilidade de tais famílias se inserirem no fluxo Portugal-Brasil. “Descreviam que faltava tudo,

tinham que dividir as coisas, a economia era muita... E depois que as coisas começaram a melhorar, começaram a fazer comércio, discutir ideias”, diria Joaquim Cancela Gonçalves (2016, [n.p.]), cujo pai lavou roupa em balde tal a penúria do início dessa vida.

Enfim, todos sobreviveram. Se você pegar os anos em que eles vieram para cá, hoje eles pensam “se tivesse aguentado um pouco em Portugal, hoje estaria melhor lá”. Porque eles focam muito hoje, por exemplo, as aposentadorias de Portugal estão melhores que as aposentarias daqui, não é? Então meus tios que acabaram ficando ou indo para a França hoje conseguem um rendimento melhor lá do que o meu pai consegue aposentar aqui. Então, eles ficam assim às vezes... nessa frustração. Infelizmente são coisas que fogem do controle, não é da nossa vontade [...]. Você tem que estar sempre reinventando o negócio. Parecia que a coisa estava boa, todos gastando e comprando... de repente vem e não tem mais nada. O cara para de comprar porque não tem dinheiro, perde o emprego, não tinha gente para trabalhar, [e depois] não arruma gente para trabalhar. [...] O que você ganha numa época acaba perdendo em outra. Infelizmente, é o que tem acontecido. (Gonçalves, J. Cancela, 2016, [n.p.])

Quando José ainda era sócio de uma lanchonete, o filho Joaquim, aos 11 anos, viu de perto atores da novela *Antônio Maria*, sucesso na TV Tupi, na inauguração da padaria Belpão, próxima ao negócio do pai, no Centro curitibano. O local levava o nome da padaria da novela, sobre um português que imigrava no Brasil após uma decepção amorosa. Joaquim, que vendia sorvete na lanchonete, recordou a cena como se 1969



fosse ontem. Oito anos e um serviço militar depois, ele se empregou no balcão da Belpão, então nas mãos de seus tios, e logo se tornou sócio com metade da participação, usando dinheiro obtido pelo pai ao vender uma propriedade.

A padaria ganhou o nome Vera Cruz, como o antigo bar dos Cancela, e Joaquim a conciliou com a família de três filhos e a atuação no sindicato, que presidiu de 2002 a 2010. No Sindicato da Indústria de Panificação e

Confeitaria (Sipcep), liderou o debate para passar a venda do pão de unidade a peso – “um cara vendia pão de 30 gramas como 50 gramas, você pagava mais barato achando vantagem e não sabia o quanto de pão estava levando” (2016b, [n.p.]) – e comandou um feito que o pôs no *Guinness*, o livro dos records: fez o maior pão do mundo, com 1.571 quilos e 538 metros. Só para untar a forma, sua equipe usou 20 quilos de banha; demais quantidades também foram superlativas: uma tonelada de farinha de trigo, 1.440 ovos, 40 quilos de fermento, 100 quilos de açúcar e 20 quilos de sal. Para ele, a ideia, apoiada por empresas e profissionais, valorizou a classe e incentivou os empresários a vencerem seus desafios.

Portugueses como José e Rosa inspirariam personagens da ficção, como o Antônio Maria da novela. Na vida real, familiares de Joaquim sentiam, no início, a solidão que os aproximou de conterrâneos radicados na cidade, geralmente associada a emigrantes do Leste europeu. Costumavam se rever na missa de cada domingo e ao redor de uma mesa de cartas, na qual não podia faltar o baralho para jogar sueca. Embora compartilhassem a rota do protagonista da TV Tupi, os pais do panificador se diferenciaram dele no principal: em vez de um coração partido no ponto de partida da ficção, houve dois corações unidos no ponto de chegada da vida real.

* * *

“Você se desestruturou muito” (imigrante fixado na São Paulo de 1957)

O edifício de sete andares do sindicato de panificadores paulistas, na Bela Vista, chama-se Frederico Maia, português que o presidiu entre 1995 e 2005 – anos antes, presidira a associação da classe sucedendo o conterrâneo Alfredo Carreira. Maia emigrou aos 15 anos, saindo do liceu (“ginásio” no Brasil) para driblar a escassez de empregos em Arouca. Embarcou no *Vera Cruz* sem se despedir do pai, funcionário público a serviço em Angola e produtor de milho, vinho e outros gêneros. Ao chegar a Santos em setembro de 1957, a única referência foi a tia materna casada no Brasil:

Sou como muitos portugueses, fruto de uma diáspora, do tempo em que nós tínhamos um estado rico, um governo rico e uma população

extremamente carente, Portugal da diáspora da era salazarista, né, é onde o emprego era muito difícil em Portugal, né, as condições de trabalho eram extremamente difíceis. Por outro lado, eu sempre tive um sonho muito grande de conhecer o mundo, de viajar, de imigrar, porque mesmo morando em São Paulo, no Brasil, na minha fase adulta, eu viajei muito pelo mundo, então eu sempre gostei disso, né, e era uma, um sonho meu de ampliar os meus horizontes. Mas, na verdade, o que provocou a imigração foi o aquilo que, de certa forma, levou à imigração muitas... milhões de portugueses durante o regime salazarista, e que o desenvolvimento em Portugal era precário e emprego não havia. A Europa de após guerra de uma maneira geral era assim, mas Portugal foi muito pior, isso de certa forma nos empurrou para além das fronteiras e isso fez com que nós buscássemos outros horizontes para acolher de alguma forma e dar vazão à ambição de crescer, de alguma forma construir algo. (Frederico Maia, entrevistado aos 61 anos.) (Maia, 2003, [n.p.]

Maia se empregou na Copa do Mundo, padaria do tio, pois não sobreviveria com o salário mínimo de menores pago por outros serviços, como narrou ao projeto do Memorial do Imigrante (atual Museu da Imigração do Estado de São Paulo), raiz do livro *Presença portuguesa em São Paulo* (Freitas, 2006). Sentiu facilidade em fazer amigos, muitos mantidos até falecer, em 2005, e o empenho o fez virar sócio do tio numa padaria na zona leste, trabalho que nos anos 1960 trocou pelo de mascate em caminhão: ia até depósito capixaba e revendia todo tipo de mercadoria em pequenas cidades do Sudeste. Quando o serviço deixou de gratificá-lo a contento, voltou a São Paulo e, com o irmão, passou a gerir padarias: Maia, Jabaquara, Cidade Vargas, Virgínia, etc. Casou com Edna, filha de italianos professora de colégios como o Dante Aligheri, e tiveram lua de mel em Portugal, com direito a curso sobre Fernando Pessoa para ela, que voltou grávida do filho Frederico ao Brasil – teriam ainda o filho César.

Na memória de Maia, ficou o tempo em que quase toda padaria paulistana era de portugueses: “diria que 95%, tranquilamente” (Maia, 2003, [n.p.]), até os anos 1960. O quadro mudou depois, quando a maioria dos imigrantes passaram a ser técnicos e executivos: “O nível de vida em Portugal de então pra cá, melhorou consideravelmente, deixou de ser atração do ponto de vista

Irmãos de além-mar?

econômico o Brasil, né, hoje faz-se o inverso, hoje os brasileiros imigram para Portugal, e bastante” (2003, [n.p.]). Por mais que tenha se integrado ao país, imigrar era fato árduo:

Quando você imigra, de certa forma você se desestrutura muito, do ponto de vista social e mesmo até do ponto de vista..., mesmo o português imigrando para o Brasil como o brasileiro que imigra hoje para Portugal, num primeiro momento ele sofre o desgaste natural do ponto de vista cultural, do ponto de vista social, tá, num primeiro momento, é claro, e a tendência é procurar essas afinidades, essas pessoas que de alguma forma lhe dão essa segurança e essa coisa. (Maia, 2003, [n.p.]

A desestruturação e o desgaste foram sentidos por imigrantes das mais distintas nacionalidades. A intolerância, embora maior noutra fase, não era incomum.

* * *

“Iam sobrevivendo, não é?” (filha de imigrante radicado em São Paulo em 1961)

Após a travessia atlântica que naquele 1961 pareceu demorada e que a memória alongou ainda mais, Antônio Júlio Botelho Pinto iniciou vida em São Paulo aos 18 anos como balconista da loja de departamentos Mesbla e vivendo com o casal amigo do pai que conseguiu a carta de chamada para ele deixar sua Bragança natal – também seu pai tinha sido imigrante na capital paulista, mas não se fixou. Morando no bairro do Belém, ele se enamorou de uma vizinha filha de bragantinos como ele, contaria a filha Claudine Botelho:

Ele veio com essa carta morar também numa família de portugueses, amigos do meu avô. O meu pai perdeu a mãe muito jovem, tinha uns 12 anos mais ou menos, e tinha cinco irmãos. Então, na verdade, não cuidavam assim direito... Porque, imagina, todo mundo meio... como é que vai se cuidar? Iam sobrevivendo, não é? Enfim, ele veio para

cá e começou a trabalhar na Mesbla como balconista. Só que ele foi morar justamente na rua em que minha mãe morava, se conheceram, ficaram amigos, enfim, e depois se casaram. (Claudine Botelho, entrevistada aos 44 anos.) (Botelho; Luzardo, 2016, [n.p.]

A imigração da outra família remonta à chegada do sogro Antônio Augusto de Sá ao porto de Santos, fugindo da miséria e do alistamento militar como clandestino no porão de um navio na Espanha – conta-se na família que escapou de disparos de militares que o perseguiam até a fronteira entre os países ibéricos. Ex-desertor, só pôde reaver documentos para voltar a Portugal nos anos 1950, quatro décadas após a saída. Voltaria com a família até Fornos de Ledra (Torre de Dona Chama), em viagem cheia de escalas em navio de carga, e ficaram poucos anos.



O cartão de imigração dizia que era carpinteiro, mas foi trabalhando de estivador em Santos que sentiu dores tão fortes na coluna que o fizeram partir para São Paulo, onde abriu uma fábrica de produtos químicos para tecidos e veículos e depois um bar, onde vendia pães de uma padaria de donos portugueses. Foi na cidade que conheceu sua esposa, outra bragantina que foi doméstica após emigrar aos 12 anos com os quatro irmãos e a mãe viúva – o pai não resistiu a uma doença, que não se sabe se foi a gripe espanhola ou outra.

Neta de quatro avós portugueses, Claudine Botelho reforçou laços com essas raízes na padaria curitibana La Panoteca, que tem desde 2012 com o marido Oscar Luzardo, um uruguaio. Segundo o casal, Portugal tem mais de setenta tipos de pães, e certas receitas foram resgatadas na padaria *gourmet* (não vende cigarros, por exemplo). Tão valorizados quanto as origens do casal são dois ingredientes: farinhas integrais (de trigo, centeio, cevada e milho) e fermentação natural. Eles têm investigado e apresentado a cultura do pão e questões afins em livros como *Panifesto: à procura do pão paranaense*, em que se lê:

Estes pães aldeões eram amassados nos lares durante a semana, em gamelas de madeira, e assados aos domingos em fornos comunitários, motivo de reunião e festa. Era pão para toda a semana.

Os imigrantes e migrantes trazem consigo uma bagagem de significados associados aos hábitos alimentares, que tentam adaptar ao novo lar. Esses hábitos fazem parte das tradições e são constantemente modelados pelo ambiente onde vivem. Trazem formas de preparo que nem sempre são possíveis no novo lar. (Botelho; Luzardo, 2017, p. 53)

O casal revisita em seus livros tradições “importadas” não só na panificação, prova de que dá relevância a legados imigrantes no Brasil. Em outro fluxo de trocas, já mostraram seus pães em festivais como o de pão de Albergaria-a-Velha, o que tem sabor de volta a um ciclo familiar.

Reinvenção familiar para cantor-empresário icônico

“Você é o nosso Portugal”, ouviu Roberto Leal (em São Paulo, 1962-1989; 1993-2019)

Fixado em São Paulo aos 11 anos, o trasmontano Roberto Leal (1951-2019) gravou mais de quatrocentas faixas e vendeu mais de 17 milhões de discos (*Blog oficial Roberto Leal*, 2017). No *release* de seu *Obrigado, Brasil!* (2014), álbum só de sambas, o imigrante grato dizia: “O Brasil ensinou-me o samba e eu ensinei os brasileiros a dançar o vira” (*Obrigado...*, 2014, *on-line*). Entre as dezessete faixas solo e de duetos com Alcione, Jair Rodrigues e outros bambas, cantou “Ela diz que eu não sou brasileiro,/ que o meu canto é estrangeiro e que o samba eu canto mal” (Leal, 2014, faixa 5) na canção-título, uma das mais de trezentas que compôs com a esposa Márcia Lúcia. Outra criação a dois foi a autobiografia *As minhas montanhas: a grande viagem* (2012), sobre António Joaquim Fernandes, sem seu nome artístico.

Fernandes (Leal) foi o sétimo de dez filhos do barbeiro Avelino e de Júlia, filha de um dono de terras sem apreço pela união. Crescido num lar humilde da aldeia Vale da Porca, ajudou a partir dos 6 anos a cultivar terrenos do avô, onde quase tinha perdido a vida para a cobra prestes a dar o bote no menino de 2 anos – salvo por um golpe de enxadinha dado pela mãe. Júlia não hesitava em dar lições para os filhos com chineladas fora da vista de Avelino; o cantor a relevaria pelo desafio de cuidar da família na penúria: “Tinha um pai pobre, uma mãe que me batia, o nosso fumeiro [área de defumação]

estava quase sempre desfalcado, dinheiro não havia... e não podia pegar nada que era dos outros. [...] meu avô tinha tantas terras cultivadas e a gente passava tanto aperto” (Leal, 2012, p. 23). O aperto faria o miúdo fingir-se de doente e ficar dois dias de cama para ter direito à canja de galinha preparada somente aos adoentados.

O autobiógrafo contrastou a imagem corrente da mesa farta de emigrantes portugueses exitosos à desprovida de sua infância. Atribuiu a mesa depois rica ao gosto de “vingar-me de anos e anos vividos no aperto, a contar as alheiras [um embutido], para ver se chegavam até ao fim do inverno!” (2012, p. 27). Maria Alice, irmã mais velha, foi a pioneira familiar na migração. A cena da partida, cara a gerações de compatriotas, foi tema de *O imigrante*, outra parceria de Leal com Márcia Lúcia e parte da trilha da novela *A deusa vencida*, da Rede Bandeirantes (1980): “Tantos sonhos são desfeitos/ Uma mãe que afaga ao peito seu filho que vai partir/ P’ra longe vai o imigrante/ P’ra outra terra distante, outro caminho a seguir” (Leal, 2003, faixa 15).

A rota da primogênita para São Paulo foi seguida por irmãs e irmãos, pelo pai antes golpeado por um agente de viagem que embolsou as reservas do lar, depois pela mãe e irmãos mais novos, como o futuro cantor, que viu a imigração boa para todos, exceto para seu irmão Ambrósio, a quem a distância da terra na adolescência tornou um homem triste no estrangeiro. O tio paterno José também vivia como barbeiro em São Paulo, com a esposa e a filha. A migração de todo o núcleo familiar foi fomentada por notícias de além-mar e acelerada ao início da guerra colonial na Angola (1961), que vitimou jovens inclusive do Vale da Porca. “Talvez nem todos nós ainda houvéssimos assimilado aquela mudança radical que estava prestes a acontecer. Mas, entre a excitação e o receio, tínhamos confiança nas decisões do pai. [...] Era como que um plano feito há muitos anos e que estivesse agora, simplesmente, a ser cumprido”, afirmaria Leal (2012, p. 122).

Os três dias iniciais no mar lhe foram de jejum involuntário, pelo mal-estar ao ver as comidas a bordo. Até que a mãe decidiu desfiar o bacalhau trazido na bagagem e lhe dar puro; o sabor salgado fez tão bem que nunca hesitaria diante de qualquer preparo do peixe. Sobre o Brasil, diria:



28 Roberto Leal

A imagem que eu tinha do Brasil era uma confusa mistura de informações ouvidas aqui e ali. Um lindo cartão postal do Pão de Açúcar, as conversas dos homens na taberna a contar novidades de familiares que haviam imigrado para São Paulo, e eu imaginava que o Brasil era um lugar de festas e de Carnaval o ano inteiro. Talvez, alguns índios. Mas isto eu não sabia dizer se ouvira na taberna ou se fora em alguma aula de História... (Leal, 2012, p. 139)

Após seis anos, a família voltou a se reunir, com a primogênita conhecendo os dois irmãos caçulas e a imensidão paulistana impressionando Toninho, apelido de infância – “Parecia que tínhamos atravessado Portugal inteiro!”, avaliou até a Vila Maria (2012, p. 140). Acostumado a subir num carro de bois e cantar para toda a aldeia, indagava-se quem o ouviria quando tivesse algo a dizer. O pai abriu salão de barbeiro com uma cadeira, usando navalha e pertences trazidos de Portugal; os filhos também se empregaram – o cantor auxiliou na loja de sapatos de um amigo do pai e depois na entrega de doces para bares (ambos negócios de portugueses) até propor a laboriosa confecção de tapetes em família. O menino foi alvo de troças pelo vocabulário, como quando unia o forte sotaque de origem a gírias então em alta, como “joia” e “bacana”:

Eu não gostava de ser motivo de risadas. Aliás, eu odiava quando nos chamavam de “morruga”, “pois-pois” e até de “bacalhau” ou zombavam de nós por causa do sotaque. Na verdade, queria morrer quando faziam piadas sobre o nosso povo... Muita gente confundia nossa inocência da aldeia com estupidez. Confundiam nossa pureza com ingenuidade de espírito. Confundiam nossa linha de raciocínio, mais linear e não dedutiva, até por respeito ao raciocínio do outro, com falta de inteligência. (Leal, 2012, p. 152)

Da aldeia, sentia falta da religiosidade – fosse por ausências da prece familiar à hora da Ave Maria, dos toques de sinos na noite de Páscoa ou mesmo do cachorro do padre – e da união familiar – não conseguiam juntar mais todos em casa, pois cada um lidava com o trabalho e a cidade, adaptando-se a novidades, costumes, clima (mudando cabeça e corpo) e sabores (frutas eram muito sortidas a quem ignorava variações de laranja, tangerina e banana). O autobiógrafo equiparou a vida paulistana inicial à dormida no

campo guardando ovelhas, de um olho fechado e outro aberto com atenção a lobos: “O espaço, o imenso, a liberdade, mas uma permanente sensação de cerco, de estarmos vigiados. E o tempo foi curando tudo. Demorou, mas fomo-nos misturando, nos acostumando, e as pessoas também foram nos aceitando como parte da comunidade” (2012, p. 158). No seu caso, a ida à escola o ajudou a integrar-se.

Cenas como a de xingamentos e provocações de meninos diante da minibarbearia do pai não lhe saíram da memória: “O tratamento rude e mal-educado de alguns fazia-nos sentir quase que linchados. Era como se o país todo não nos aceitasse. Então, tínhamos vergonha e nos sentíamos marginalizados. Não compreendíamos os motivos para nos tratarem daquela forma. Éramos vizinhos” (2012, p. 161). Aproximou-se deles ao convidá-los a jogar futebol, contrariando expectativas de que se defenderia recorrendo a algum tipo de ataque.

O início na música remontou às aulas com um imigrante referência na comunidade, Manuel Marques, cujo elogio a sua assiduidade e afincamento em apresentações coletivas levou ao sobrenome artístico: “Toninho nunca se atrasa, e mora muito mais longe do que tu! Ele é leal” (2012, p. 169). Já o nome veio de outro artista: “tu vais ser o Roberto Carlos dos portugueses”, diria Marques (2012, p. 170). Ia se profissionalizando em apresentações, como no programa de TV *Portugal no Mundo*, até querer trocar a música lusa tradicional por uma com “alegria da Jovem Guarda e dos Beatles, o visual de um Elvis Presley, a sonoridade dos Rolling Stones” (2012, p. 174). Menor, tomava até três ônibus para cantar em casa noturna (o repertório era brasileiro) e mentia à família que se apresentava em restaurante; obtinha pouca renda e muita expectativa. Após dois anos cantando com jovens músicos em aniversários e festas, às vezes até música portuguesa que atraía a curiosidade, conseguiu um teste na gravadora EMI, que quase o lançou “português sambista”, não tivesse o maestro idealizador do projeto saído da empresa. Daí fez sua trilha.

A popularidade veio do rádio e TV, sobretudo atualizando a seu jeito a música folclórica *Arrebata* – “Ai, Cachopa se tu queres ser bonita,/ arrebita, arrebita, arrebita” (Leal, 1973, faixa 12) –, que cantou em dose dobrada no auditório de Chacrinha logo antes da exibição da final do Festival Internacional da Canção (FIC), em 1971; uma pane técnica impediu passar a transmissão do palco do auditório para o do FIC e Leal repetiu a música com muitos a sintonizá-lo, e com a plateia então familiarizada, embalada ali mesmo:

“Quando deixei o palco, tinha a certeza de que a música portuguesa tinha cravado uma lança no Brasil. Para nunca mais sair” (2012, p. 246). O pedido de bis fez Chacrinha convidá-lo a cantar sete programas seguidos (domingos e quartas). No dia seguinte, um casal português o abordou com reação que lhe calou fundo: “você é o nosso Portugal como nunca vimos na televisão do Brasil” (2012, p. 251). Aproveitou espaços abertos por Edson “Bolinha” Cury, Raul Gil, Silvio Santos e outros para cantar aos dois povos.

Dali em diante, gravou músicas com olhares de imigrante, como *Canções do meu país* – “Quando a vida nos dá uma Pátria tão distante/ Não se sabe o que virá, o lar não esquece um instante/ O pão e o vinho na mesa, ir aos campos todo dia,/ O que eu pensei ser pobreza hoje é o que eu mais queria” (Leal, 1980, faixa 7) – e *Quem somos nós* – “Ao chegar à nova terra, quis fazer dali meu lar/ E estrangeiro eu fui p’ra sempre, nunca tive o meu lugar” (Leal, 1990, faixa 1), ambas escritas com Márcia Lúcia, que conheceu como aluna de Direito divulgando o baile estudantil na rádio; a dupla criaria 90% do repertório de Leal, segundo estimou na autobiografia a quatro mãos. Foi na sua companhia o primeiro retorno a Portugal, após dezesseis anos. Em 1978, a ida a Vale da Porca do cantor de sucesso cá e ignorado lá rendeu um show com a banda e uniformes e bolas doadas ao time local. Voltar em carro moderno não foi vaidade, diria:

O que fazemos [imigrantes em retorno], é nos vingarmos das dores da infância, dos carrinhos vermelhos que nunca tivemos, das casas sem banheiro e enegrecidas pelo fumo, das roupas e dos tamancos que herdamos dos irmãos mais velhos, já surrados e desgastados, da chouriça roubada porque não tínhamos uma chouriça em casa, das festas que não tivemos, porque iam sempre para as aldeias maiores... da bola de cortiça.

Vingamo-nos, às vezes, de pequenas coisas que atormentaram nosso universo infantil, mas que deixaram marcas pela vida fora. Vingamo-nos da vida, da falta de perspectiva que nos rondou e que acabou por nos expulsar da nossa própria terra. Então, a vingança é justamente por isto, para provarmos ou tentarmos provar para nós mesmos que valeu a pena termos deixado o bem mais precioso que alguma vez já tivemos ou teremos em nossas vidas: o nosso chão, o nosso lar. Quanto maior a saudade, quanto maior o esforço que se fez

para se adaptar à nova terra, quanto maior o sofrimento da separação dos entes queridos, tanto maior será a vingança, tanto mais espalhafato faremos, para justificarmos a loucura que fizemos um dia... (Leal, 2012, p. 320-321)

Frustrou-se por portugueses tardarem a reconhecê-lo em seu país – começaram no fim dos anos 1980. Para ele, muitos não aceitavam ser representados no tipo saloio da aldeia, sem imagem lusa e cantando cantigas tradicionais, folclóricas, com guitarras e distorções. Em países de muitos imigrantes portugueses, enchia casas de show e até ganhou as chaves de Toronto e East Providence, em Rhode Island, estado com o *Roberto Leal's Day*, comemorado no dia 21 de abril. Estrelou *Milagre: o poder da fé* (1979), filme de parcos recursos sobre a cegueira de seu pai por seis anos, que gerou filas em cinemas paulistanos. Seu projeto *Nau de Paz* (1987), com artistas lusos sem fama aqui, lotou noites em São Paulo e no Rio e foi exibido no SBT.

Antes do bloqueio do Plano Collor, a família mudou-se para Sintra inspirada no sonho de Márcia de que viriam medidas ruins. Após quatro anos de autoexílio avaliado improdutivo por ele, o casal voltou a São Paulo, onde adquirira um restaurante português e viraria importador de azeite, vinho e bacalhau. Anos depois, teve programa diário na Rádio Capital, apresentou um semanal de música na CNT/Gazeta com seu nome e foi introduzido aos mais jovens pelos Mamonas Assassinas com o *hit Vira-vira*, versão satírica de sua *Na casa da Mariquinha* – não ouviu conselhos para processá-los por julgar que o quinteto o levava a novos públicos.

A valorização artística em Portugal veio de álbuns de música tradicional: *Canto da Terra* (2007) e *Raiç* (2011), este com faixas em mirandês. Jovens conheceram Leal ao participar e vencer o *Último a Sair* (levado ao ar pelo canal de TV RTP1, em 2011), sátira de *reality show* criada pelo comediante Bruno Nogueira, que viu nele “a inteligência de aproveitar tudo o que achávamos que eram pontos fracos, para fazer deles armas de renascimento artístico e pessoal. Começou de novo sem ter de apagar o que estava para trás e mostrou que há mais para ver do que aquilo que nos chega desfocado aos olhos” (Nogueira, 2012 *apud* Leal, 2012, orelha). Um melanoma com a reação alérgica à quimioterapia lhe foi fatal aos 67 anos, em 2019. Vinte anos antes, pesquisa do Datafolha indicou-o como o português mais lembrado, à frente de Pedro Álvares Cabral e Camões. Encarnava o “português brasileiro” de um título de disco seu.

5

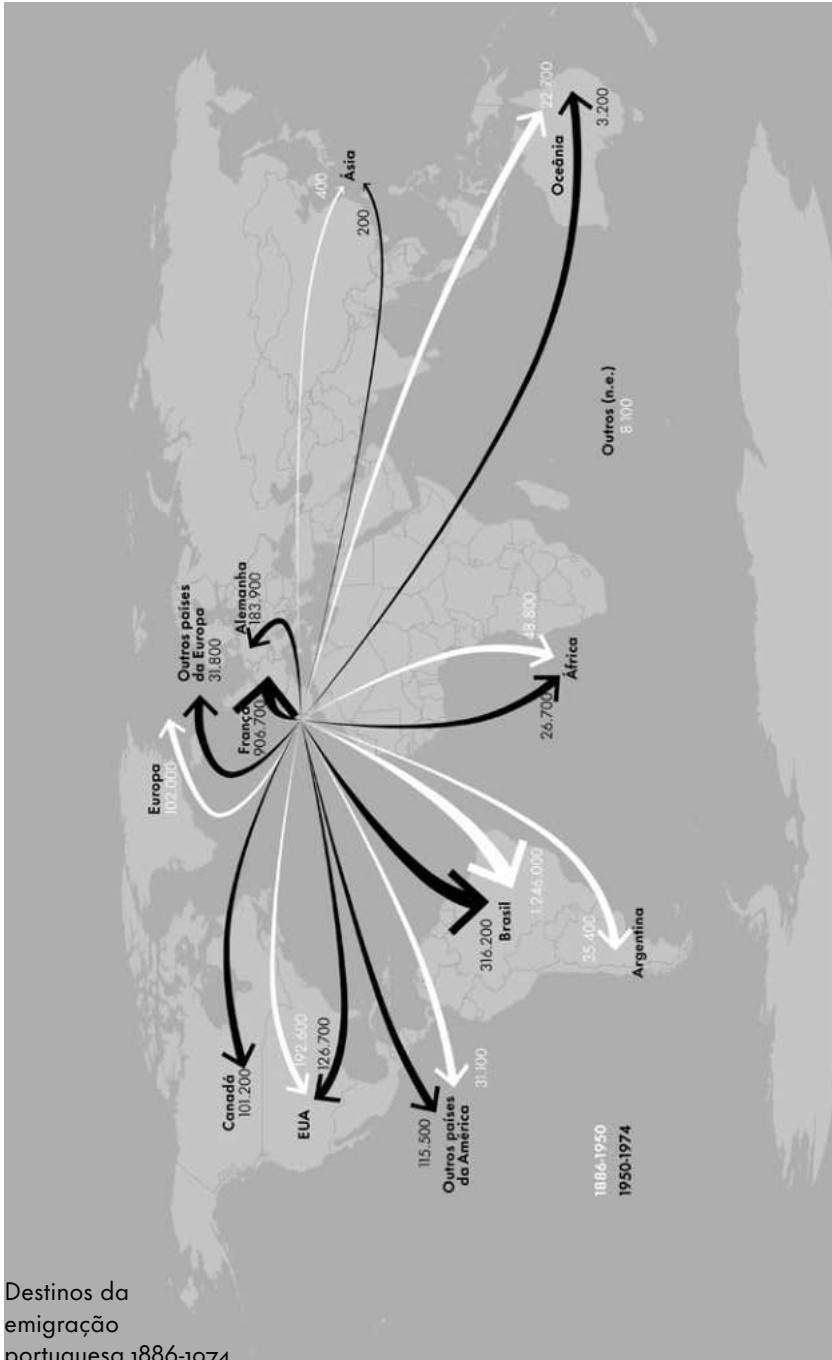
Memórias de uma imigração cadente (após os anos 1970)

ANTES DE IR AO FORNO, a massa do pão é cortada para crescer com a saída dos gases. Pelo assamento, o pão forma aromas, crostas e cor e, por óbvio, cresce (o chamado “salto de forno”). A assadeira e o ar aquecem o pão – migrações também têm impulso extra: cada leva sai qual uma fornada...

Quem migra se inteira das perspectivas de vida no local de destino. O tempo e os avanços vários ampliaram informações à mão de quem muda de país. As trocas intra e intergeracionais recortam e aquecem significados a seu modo, ainda mais após curvas de aprendizado anteriores.

Após as Constituições de 1946 e 1967 favorecerem a naturalização dos lusos, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (“Constituição de 1969”) igualou tratamento entre eles e os brasileiros: “pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros” (BRASIL, 1969, art. 1º). Duas décadas depois, na Constituinte, o diferencial luso de naturalização (residência por um ano e idoneidade moral, sem menção à sanidade física) se estendeu a cada povo lusófono – a naturalização para eles seguiria estável.

As hipóteses de nacionalidade foram ampliadas pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, que ainda devolveu a portugueses a distinção legal dos anos 1960: “aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição” (Brasil,



29 Destinos da emigração portuguesa 1886-1974

1994, art. 12, § 1º). Dos protestos antilusitanos até esse favorecimento aos portugueses, passaram-se mais que décadas: radicaram-se no país imigrantes que fizeram o convívio do privilégio com a intolerância se ater ao passado.

A imigração lusa no Brasil exibiu, no quartil final do século passado, imagens familiares a gerações anteriores, como a reinvenção (ilustrada por jornalista-escritora que abraçou carreira ao viver doze anos no país), o reencontro (às famílias que a migração reaproximou) e o investimento (como forma de ascensão social indisponível em Portugal). Não eram mais tempos de resistência, como antes.

Imagens da migração se sobrepõem na memória, como vimos. Neste capítulo, são retratadas memórias de imigrantes instalados em cidades com fluxos migratórios mais recentes: Belém, onde pai e filho se conheceram aos 7 anos deste; Curitiba, de onde um imigrante via só pela internet sua esposa em Portugal; Natal, aonde uma migrante chegou para investir no mercado imobiliário e se aventurou por anos na panificação, na qual ex-empregado seu prosperou; e Brasília, onde um imigrante provisório iniciou tese sobre o estranhamento entre dois povos.

Imigração como reinvenção para jornalista-escritora

Leonor Xavier (em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1975-1987):
“Grande revolução foi a chegada ao Brasil”

Com a volta da democracia em 1974, as mudanças em Portugal foram mais sentidas em alguns lares do que em outros. Estima-se que de 30 a 40 mil pessoas, muitas ligadas ao regime recém-caído, emigraram para o Brasil entre 1975 e 1976 (Xavier, 2018). Secretário do Planejamento nos quarenta dias anteriores à Revolução dos Cravos, o advogado Alberto Xavier se viu afastado do cargo de professor de Direito na Universidade de Lisboa e partiu com a esposa Leonor, e os filhos Leonor, Maria e Gonçalo, para São Paulo. Na-

aquele março de 1975, ela só soube desse destino três dias antes e seus pais lhe pagaram a passagem aérea, com pernoites em Paris.

Começava assim “a grande guinada de minha vida” (2018, p. 106), segundo Leonor, que ainda não trabalhava e, anos após mudar-se, tornou-se jornalista e escritora. A falta de conhecimento e de planos se refletiu na



Irmãos de além-mar?

hesitação de roupas a despachar: “sem noção do frio ou do calor, da chuva ou do bom tempo que iríamos descobrir naquele outro lado do mundo totalmente desconhecido para mim, e distante de toda a minha imaginação até ao momento em que soube e obedeci à ordem de partida” (2018, p. 107). A oportunidade de recomeçar sua vida foi frisada na autobiografia *Casas contadas*, em que recordou sua primeira ida ao Brasil em 1970,

a convite do pai, que viajou até o Rio de Janeiro para um congresso de radiologia. O marido pagou a passagem dele e a estada do casal em hotel na orla de Copacabana. Leonor ignorava a repressão política, tortura e censura no início do governo Médici, admitiria. Aquela estada lhe fez crer que não gostaria de viver num país como o Brasil, pela má impressão que ficou do banquete para radiologistas no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, e da vasta fila de motos policiais para escoltar ônibus da comitiva.

Entre 1975 e 1979, o marido virou professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e sócio de escritório de advocacia. Ao chegar à cidade, a família ficou na casa da amiga de uma amiga de onda anterior da imigração. A acolhida no apartamento nos Jardins se deu por custo mínimo, durante quase um mês, até garantir trabalho e documentos. Morariam então num edifício em Perdizes, perto da PUC, e depois numa casa no Brooklin. Em *Atmosferas*, estreia na literatura editada em 1980, Leonor abordou lições que colheu sobre espaço e velocidade no Novo Mundo:

No Brasil aprendo a noção de espaço. Aqui eu ando milhares de quilômetros, climas diferentes, outras cidades, campos de terra vermelha ou praias de areias brancas e no mar batido, baías de água quieta, montanha gelada ou serra virgem; viajo por todos os meios, e sempre a mesma cultura, a mesma língua-mãe, os mesmos gestos, o mesmo conceito de vida, ritmo lento ou acelerado.

E aprendo a noção da velocidade que dá vertigem, de mudança, de transformação. Se por um tempo não passo num bairro em São Paulo, daí a pouco encontro tudo diferente. Em dois anos, novas construções aqui estão, prontas e acabadas. Mil iniciativas surgiram, mil acontecimentos se deram a todos os níveis. (Xavier, 1980, p. 14)

O idioma era familiar, mas de tom mais doce. Outras impressões iniciais incluíam contrastes no vocabulário, a alimentação e o maior acesso ao crédito: “tudo isto é uma aventura apaixonante, é começar outra vez a vida, comer coisas diferentes, fazer outros hábitos e outra rotina” (Xavier, 2018, p. 138). No relato da autobiógrafa,

[v]istas bem as coisas, a grande revolução foi a chegada ao Brasil, a descoberta da vida rasgada, ali clandestinamente à minha espera. Eu, de olhos abertos de pasmo, sem imaginar que construção teria o futuro, porque nunca antes tinha pensado senão na continuidade serena de todas as coisas, para sempre. [...]

Desde Lisboa tinha voado entre aventura e adrenalina, sem previsão de regresso. Nas minhas próprias forças e na parceria de emoções com o Alberto eu me sustentava, na mais completa ignorância da crua dimensão das coisas. Ele tinha seguido o impulso de mudança para uma vida diferente, e eu aderiu sem hesitar às decisões do meu marido nas questões essenciais. (Xavier, 2018, p. 134)

Um coquetel de boas-vindas no tradicional Clube Pinheiros iniciou uma relação de débito com o país: “Nesse dia iniciou-se a minha dívida de gratidão ao Brasil, acrescida de juros e correção monetária que nem até ao fim da vida serei capaz de acertar” (2018, p. 145). Viveu em São Paulo quatro anos, em suas palavras, “decisivos na minha história de mulher” (2018, p. 221), nos quais passou de dona de casa com rede crescente de contatos a professora particular de francês e revendedora porta a porta de plásticos (Tupperware) e depois de cosméticos (Jafra). Reinventou-se vendo exemplos como o da empregada Marlene, baiana de 19 anos com quem diz ter aprendido autoestima, independência sem raiva nem desrespeito, liberdade na fala e execução de tarefas braçais sem subserviência. Se Portugal experimentava a democracia, ela se via aprendendo mais da sociedade de consumo.

A maior presença portuguesa em São Paulo era notável para a família, com menor autoimagem de estrangeira, como relatou em carta a uma amiga, cinco meses após chegar:

Estou impressionada com a intensidade do fluxo para aqui. Em Março, Abril, fomos quase dos primeiros. Demo-nos logo com brasileiros e

foi bom. Ainda falávamos dos Brasileiros como “eles”, éramos estrangeiros. Agora tudo isso mudou. No domingo encontrei vinte e nove portugueses na missa. Em cinco quarteirões vivem dezassete famílias aqui em Perdizes. Pessoas que saíram à míngua de emprego e de estabilidade, que não têm nada a ver com ministros. (Xavier, 2018, p. 158)

Leonor lembraria da maior cidade brasileira como um centro de comunicação com o Rio e ponto de passagem para muitos portugueses, como foi seu caso. Casas de imigrantes tiveram espaço repartido, quartos foram instalações provisórias a amigos de amigos vindos com e sem aviso. “Falava-se na primeira pessoa do singular, muitos então enfrentaram a si próprios, e pela primeira vez deixaram o fingimento, o disfarce, a formalidade. Muitos também aprenderam a ouvir os outros, atenuando o seu egoísmo e a visão elitista que tinham do mundo” (2018, p. 158).

Os horizontes foram ampliados também em contato com estrangeiros de outros países e no consumo de bens culturais. A grande expectativa na primeira ida ao país natal, no inverno de 1977/1978, atestou a saudade: “Portugal é um encontro de amantes, no meu desejo: ‘O coração pula-me por pensar que faltam oito semanas’” (2018, p. 205). Sentia-se adaptada após dois anos de Brasil, tempo que lhe deixou à vontade nas questões fundamentais e ciente de onde e com quem ter mais respostas. Não evitou viver novidades como o carnaval carioca de 1976, quando viu o desfile de escolas de samba; desfilou em outros anos. Para o escritor e diplomata aposentado Marcello D. Mathias,

[e]sta rendição moral à emoliente realidade brasileira, que acompanha a lenta eclosão de uma outra identidade, paralela à portuguesa e dela tão diferente, é o aspecto mais instrutivo destas memórias. A burguesinha crescida dentro dos parâmetros de uma Lisboa tradicional, tão burguesmente educada e casada, mergulhada de súbito no universo sem fronteiras da vida brasileira! Vai-se menineira para o Brasil, de lá se vem mulher. É o lado tocante deste livro: a dívida de gratidão ainda emocionada de quem não se esquece das seduções em tempos vividas. Todo o livro de memórias é uma ponta lançada entre várias margens. (Mathias, 2015, p. 149)

A eclosão de outra identidade perpassa *Casas contadas*, em que a autora citou a ideia do filósofo Agostinho da Silva, imigrante no Brasil entre 1947 e 1969, de que portugueses se soltaram cá por descobrirem espaço exterior igual a seu espaço interior. “As mulheres foram as primeiras a descobri-lo”, acrescentou Leonor (Xavier, 2018, p. 186). No Rio, onde foi morar em 1979 para Alberto abrir escritório local, a interação de lusos podia ser tal que muitos se alhearam a temas brasileiros, o que lhe gerou autocritica por preferir o estilo da comunidade nos anos em São Paulo. Parecia-lhe uma colônia lusa com sua mentalidade de olhar menos o Brasil, sempre em grupo e a falar mal.

Vivendo em Ipanema e depois em Botafogo, foi correspondente do *Diário de Notícias*, redatora do jornal *Mundo Português* e colaborou para veículos dos dois países (semanário *Tempo*, revistas *Espaço T Magazine* e *Manchete, Jornal do Brasil*). Lançou o ensaio *Atmosferas* (1980), sobre o início no Brasil e reminiscências de Portugal, livros de entrevistas – *Entrevistas* (1982) e *Falar de viver* (1986) – e o romance *Ponte aérea* (1983). Situou nessa fase sua primeira carta escrita em português do Brasil, outro sinal da adaptação, e a volta de muitos portugueses.

Leonor avaliou em 1983 que sua vida pública ia bem, mas a particular, mal, com um crescente desencontro de interesses entre o casal: “A mudança de país e de mentalidade ia fracturando a unidade que afirmamos, na celebração do casamento. As diferenças acentuavam-se por andanças opostas no dia a dia” (2018, p. 266). A imigração e seus efeitos eram responsabilizados pela crise que levaria à separação no ano seguinte. A reinvenção operou mudanças não só íntimas: ela foi a um ato das Diretas Já, mostrando que o acúmulo da nacionalidade brasileira não foi mera formalidade.

A volta a Lisboa em 1987 foi apontada como um reencontro com uma identidade não perdida, que se somou à nova. A decisão veio após cobrir uma visita do presidente Mário Soares e ver que sua brasilidade não era maior do que sua lusitanidade. Escreveria a uma amiga: “estou cansada de ficar aqui. O Rio não é uma cidade para uma mulher como eu, no futuro. Descobri que a razão profunda do que me está a acontecer. É não ter sido eu a escolher virmos para o Brasil. Ouve: Resolvi voltar a Lisboa. Tudo isto me tem posto numa ansiedade. A decisão está tomada. Vou aí procurar uma casa” (2018, p. 301).

Ela veria Ruth Escobar, a economista Maria da Conceição Tavares e a dramaturga Maria Adelaide Amaral como exemplos das mulheres da diáspora

portuguesa, como apontaria em um evento sobre o tema. Expôs ali ideias sobre quem, como ela e Ruth, se reinventou após emigrar:

Hoje, as mulheres portuguesas deixaram, em absoluto, de corresponder ao modelo da dedicação exclusiva ao casamento, à maternidade, ao serviço e ordenamento da casa. Quando emigram, libertam-se dos parentescos e vizinhanças que tantas vezes ainda nas suas terras de origem as condicionam. Nos países de destino, as menos qualificadas valorizam-se e ganham conhecimentos para melhorar a sua condição no trabalho. Aprendendo autoestima e concorrência, lutam por funções de chefia, querem alcançar lideranças, anular as desigualdades.

Crescendo na sociedade, descobrem-se a conviver com o diferente, tomam consciência de justos direitos adquiridos, experimentam a partilha de tarefas domésticas. Elas tomam cuidados de saúde, seguem métodos de planeamento familiar, acompanham a adaptação dos filhos aos códigos da sociedade onde passaram a viver. (Xavier, 2012, *on-line*)

A migração pareceu-lhe mesmo um recomeço de vida. Após sair de Lisboa, deixou o papel de coadjuvante no casal e assumiu protagonismo como mãe, jornalista e escritora. Revelou-se jornalista-escritora no exterior e, depois, ampliou sua obra na ficção e, sobretudo, na não ficção (biografou, por exemplo, Raul Sonado, que foi seu companheiro). Autora prolífica em Portugal, teve apenas um livro recente editado no Brasil: o ensaio *Passageiro clandestino*, a respeito do seu olhar sobre o câncer, sua *causa mortis* no fim de 2021. Por sua reinvenção, diria ter uma dívida de gratidão com o país onde viveu por doze anos. Da vida como imigrante, extraiu memórias e significados não só para si. Afinal, a literatura pode iluminar significados também para os leitores.

Reencontro aos olhos de um filho e uma esposa

“Barreira muito grande pra gente que é criança” (imigrante em Belém desde 1975)

A imigração teve sabor de reencontro familiar na Belém de 1975, quando Fernando Tavares, aos 7 anos, conheceu enfim seu pai Manuel, que tinha se afastado da esposa e da família em Alvarenga (Arouca), remetendo-lhes parte de seu salário de padeiro desde 1963. O pai, outrora agricultor, tinha imigrado sozinho usando carta de chamada de amigos conterrâneos donos de padaria em Belém. “Ele veio naquela enorme vontade de vencer,

que faz com que a pessoa aprenda outras atividades e se dedique de corpo e alma”, diria o filho (Tavares, 2016, [n.p.]). As impressões iniciais da criança incluíam o calor e a saudade dos avós maternos que o criaram: “Passei realmente uns cinco, seis anos lutando para tentar voltar” (2016, [n.p.]), acrescentando:

A gente se deparou com um clima totalmente diferente, um calor muito intenso. Desembarcamos em Recife, de avião, passamos lá um dia e depois viemos para Belém estudar e trabalhar no balcão do comércio junto com meus pais. Era muita luta e um sacrifício muito grande. Houve uma barreira cultural grande, evidentemente. A gente, criança, deixou para trás amigos e colegas de escola, chegou aqui e não conhecia ninguém a não ser nossos pais. [Isso] cria uma barreira muito grande para a gente que é criança e ainda sofre às vezes aquelas brincadeiras de piada. [...] Mas tudo isso gera dentro da gente uma força muito grande para vencer. Essas barreiras acabam se tornando trampolins para a gente seguir em frente. E foi isso que aconteceu. (Fernando Tavares, entrevistado aos 48 anos.) (Tavares, 2016, [n.p.])

Tudo era novo para Tavares, habituado ao campo onde parentes colhiam batata, milho, etc. O sotaque destoante na escola provocou implicância dos colegas. Quando não estava estudando, era visto no balcão da mercearia do pai. Segundo ele, “[a] terra da gente é a terra onde a gente ganha a vida, onde consegue avançar” (2016, [n.p.]). Montaram juntos, em 1986, a padaria Sagres, cujo nome remete à escola de navegação do infante Dom Henrique. Dois anos depois, voltou pela primeira vez para Portugal e viu um país que tinha avançado muito. Nem assim quis retornar, pois já tinha se dissipado a frustração com a mudança e tinha raízes replantadas em Belém – vivia um



Irmãos de além-mar?

romance com Léa e juntos tiveram duas filhas. Trabalhou longas jornadas; não raras vezes ficava das 5 horas da manhã, ao início da panificação, até fechar o estabelecimento, às 22 horas. “Paga-se preço muito alto nesse ramo”, lembraria no escritório nos fundos da padaria (2016, [n.p.]). Apesar da dura lida, jamais se ressentiu de ter seguido o exemplo do pai. Miúdos pães de Santo Antônio, símbolos da fartura, chamam a aten-

ção num balcão. Outra expressão de fé aparece no pôster do Círio de Nazaré numa parede. Quando circula entre barricas de carvalho que servem de mesas, o dono costuma ser abordado por clientes fiéis. Distante um oceano de Arouca, fez dali sua morada.

* * *

“Óbvio, eu preferia estar no meu país”
(imigrante fixada em Curitiba em 2013)

Uma semana antes do 10º aniversário de casamento do confeitiro Paulo Cordeiro e da técnica de hotelaria Margarida Faísca, em 2011, ele trocou Lisboa, onde lhe faltava trabalho, por Curitiba para fazer doces portugueses (preferiu vagas em Toronto e Dubai). Desempregada na

crise, ela voltou a viver na casa dos pais em Caldas da Rainha até poder se juntar a Paulo. Foi pelo Skype que o viu vencer o desafio de adaptar receitas lusas com o açúcar de beterraba a ingredientes locais, como o açúcar da cana e outros trigos. Foram seis semanas até chegar ao sabor que julgou ideal ao pastel de nata. Em entrevista, contou Margarida:

Fiquei três anos desempregada em Portugal, cheguei a um ponto em que não tinha emprego. Procurei em caixa de supermercado, procurei tudo... Não tenho problemas em trabalhar. Eu fazia trabalho de diarista com a minha mãe e eu não tinha emprego. Mas eu ia na manicure e eram só brasileiras que me atendiam, ia a uma confeitaria e eram ucranianas. Obviamente que, cá dentro, eu ficava meio revoltada, eu pensava “se elas não tivessem essa possibilidade para

trabalhar aqui, provavelmente eu teria meu emprego”. Então, eu não tenho dúvidas de que os portugueses sempre foram um povo de emigração, mas eu ainda assim acho que o estado português deveria defender mais, principalmente, essa questão dos empregos em Portugal. Onde será que estão os pesos aí que equilibram? É óbvio, eu própria vim obrigada a emigrar. Aqui, eu fui muito bem acolhida pelos irmãos brasileiros, mas, óbvio, eu preferia estar no meu país. (Margarida Faísca Gomes, ouvida aos 34 anos.) (Gomes, 2016, [n.p.]

Sem saber quanto tempo ficaria longe de Paulo, Margarida acompanhou *on-line* o sucesso dos doces dele e seu revés com o compatriota que o empregou para abrir sua confeitaria. Após o baque, ele se uniu a outros empreendedores e abriu a doceria Doce Fado, que vende pães, salgados e outras iguarias típicas (como pão de calabresa no lugar do chouriço) e que Margarida passou a coadministrar após emigrar.



32 Margarida Faísca

O casal tinha exemplos de migração em parentes – nesse caso, migrantes na França, mas temporários, ao contrário deles. Além de reencontro, a ida ao Brasil foi investimento, tanto que venderam carro e alugaram a casa para se capitalizarem. A investida deu retorno. Mesmo longe do país natal, ela manteve laços com ele através de um *blog* e uma colaboração num programa de rádio da RDP Internacional, em que reuniria impressões suas e de outros imigrantes. Após abrir a segunda filial da Doce Fado, o casal teve duas certezas: não voltaria a morar em Portugal, dado o sucesso do negócio, e desejaria visitá-lo ao menos uma vez por ano.

Investimento aos olhos de um confeitiro e sua ex-patroa

“A gente tem que fazer qualquer coisa” (imigrante em Natal desde 2013)



Portugal, Angola, Suíça, Espanha, Inglaterra... e Brasil. O confeitiro Miguel Gimenes trocou muito de endereço, mas nunca se viu como imigrante. O dono da Doce Portugal, padaria de Natal, não se vê assim por ter em mente a imagem imigrante clássica (alguém que se aventura no exterior sem êxito garantido). E suas trocas de país vinham do aceite a propostas de trabalho.

Depois de viver em Lisboa, Açores (três das nove ilhas), Luanda, Lausanne, Huelva e Londres, ouviu ofertas de trabalho em Portugal, Suíça, Curitiba, Salvador, etc., mas adotou Natal, onde a oportunidade não o atendeu como desejava, mas, mesmo assim, fixou-se por um motivo ruim – a falta de dinheiro para a volta – e outro bom: a namorada Keylla, com quem se casou. No verão antes da Copa de 2014, Miguel a avisou: “olha, a gente tem que fazer qualquer coisa. Sem dinheiro, nunca vamos conseguir sair daqui” (Gimenes, 2017, [n.p.]). A convicção o fez comprar um forno e fogão e passar a fazer doces em casa. Sem carro, buscava clientela a pé entre vários hotéis. Sem máquinas, mas com força física, passou a fornecer pastéis de nata, *croissant* e sonho a três deles.

Virou dono de padaria por acaso meses depois. Seu amigo Vagner, cearense sócio de restaurante, investiu na panificação, mas quis sair do ramo e sondou Miguel para assumir o ponto. Ele não tinha como alugar, mas o amigo insistiu, e o português ficou sócio da padaria até poder chamá-la de sua. Miguel deixou o endereço inicial de Ponta Negra, onde Vagner e outros sócios ergueram um *flat*. Numa área cercada de hotéis, viu moradores e turistas atraídos pelas opções

que iam de pratos portugueses a comida nordestina de raiz, como macaxeira, inhame e cuscuz. Seu comércio tem sotaques no fogão e no salão mais sortidos do que os países onde Miguel morou.

* * *

“Tenho tudo em Portugal, o que estou aqui a fazer?”
(migrante em Natal, anos 2010)

Sentada no salão da padaria numa avenida de Ponta Negra, em Natal (RN), Dina Silva se emocionou no inverno de 2017 ao lembrar como abriu a Boutique dos Sabores Padaria Portuguesa. Com voz embargada, teve longa dúvida antes de inaugurar: “Meu Deus, o que estou aqui a fazer? Tenho tudo em Portugal, o que estou aqui a fazer?”

(Silva, 2017, [n.p.]) – seu negócio, que teve Miguel Gimenes como *chef*, não chegou a completar uma década, e Dina depois retornaria a Portugal.

A hesitação em 2011 vinha da troca do plano original, de o negócio ser parte de sua vida a dois: “Fiquei dois minutos com a chave na porta, sem saber se abria ou se não abria, e eu acho que a porta se abriu sozinha. Eu senti. Sou eu que vou abrir a loja sozinha, sou eu que vou ficar com a padaria sozinha. E Deus, com certeza, vai me fazer muito feliz aqui”, lembraria seis anos depois (2017, [n.p.]). O contato inicial com Natal veio do investimento na construção de lares do projeto Minha Casa Minha Vida na região metropolitana. Desde então, a cidade a atraiu. Ao decidir se imigraria, muitos a disseram que tinha sua vida maravilhosa em sua Peniche, onde cuidava do restaurante do pai, mas ela não hesitou. Apaixonou-se pela cidade adotiva, em especial Ponta Negra. A filha Raquel também adorou Natal; já o filho Artur seguiu universitário em Portugal.

Primeira emigrante da família, Dina contaria ser vista como uma estrangeira nas duas cidades. Por mais que gostasse de Peniche, onde tinha lar e o restaurante, Dina declarou ter se identificado tanto com Natal que ficaria ansiosa por voltar se saísse duas semanas dali. “Peniche é uma cidade de pescadores muito bonita, só que o clima... nos dias cinzas, estou triste, e sou uma pessoa alegre, de bem com a vida”, frisou, dizendo-se cheia de amigos nativos e de Portugal na cidade (2017, [n.p.]). Entre os fornos da Boutique dos Sabores, Dina se envaidecia ao exibir fornadas de pastéis de nata, iguaria lusa do bufê de café da manhã e a toda hora. Um português chefiava a cozinha com brasileiros que prezavam pelo toque luso nas massas de pães e doces. A volta de Dina a Portugal anos após a entrevista não deixa de ser sintoma da menor retenção de seus compatriotas.



Brasil e Portugal têm estranhamento entre si, segundo jornalista-escritor

“Blá-blá-blá da amizade luso-brasileira” (português em Brasília entre 2004 e 2012)

O jornalista português Carlos Fino, célebre em seu país por ter sido correspondente internacional da RTP, publicou no livro *Portugal-Brasil: raízes do estranhamento* (2021) a tese de doutorado em Ciências da Comunicação defendida nas Universidades do Minho e de Brasília. Na obra, o conselheiro de imprensa da Embaixada de Portugal em Brasília entre 2004 e 2012 apontou dois males históricos, articulados entre si, nas relações Brasil-Portugal: a incomunicação (falta de informação ou incompreensão mútua) e o estranhamento entre os países, dada a “pro-

jeção de expectativas desfasadas ou desajustadas sobre o outro e de parte a parte, dificultando o relacionamento” (Fino, 2021, p. 30). O autor notou uma fragilidade dos vínculos entre tais povos por meio de livros, entrevistas, observações e imprensa, e atribuiu-a ao núcleo duro do imaginário brasileiro sobre Portugal e em parte do imaginário luso sobre o Brasil sem alterações substanciais ao passar dos séculos: “crítica, menosprezo, desdém, percepções diferenciadas, desconhecimento, esquecimento. Numa palavra – estranhamento” (2021, p. 50). Esse quadro se iniciaria na carta de Pero Vaz de Caminha, baseada numa comunicação fraturada e na falta de sintonia entre lusos e indígenas.

Dois episódios vividos em Brasília foram incorporados a seus relatos de estranhamento: a surpresa da primeira frentista a atendê-lo ao descobrir que se fala português em Portugal (ela imaginou que o cliente viesse da França) e o fato de não haver referências a Portugal em exposição do Centro Cultural Banco do Brasil sobre o barroco brasileiro (citava-se influência “europeia”, e não “portuguesa”). Para Fino, acontecimentos assim ilustrariam bem o rasure da memória portuguesa entre brasileiros. Outras queixas do autor incluem a ideia de uma autonomia da língua brasileira.

O ex-conselheiro de imprensa em Brasília listou uma série de estranhamentos no início do século XIX, após três séculos de colonização: entre brancos e indígenas (civilizacional); entre senhores e escravos (social); de brancos perante a população mestiça crescente; entre as elites brancas da colônia, “nobreza da terra” e “reinóis”, nascidos na América ou na Europa (político); de ex-capitanias (depois províncias), sobretudo do Norte-Nordeste,

em virtude do Rio de Janeiro como nova sede da Corte; entre as partes dos Brasis; e um geral, crescente diante do Antigo Regime. Fino viu tal conjunto de estranhamentos ligado à incomunicação entre os dois povos.

O antilusitanismo seria corrente desde ao menos 1822, segundo o jornalista-escritor, devido à necessidade de portugueses do Brasil, sob a liderança de D. Pedro e José Bonifácio, justificarem a separação. E teria se agravado na República, conforme indica a carta do Clube dos Jacobinos de São Paulo para o presidente Floriano Peixoto, citada por Suely de Queiroz, em *Os radicais da República* (1986), em que prometia combater o estrangeirismo em geral, especialmente “os portugueses, raça inferior, povo refratário ao progresso, nosso inimigo de todas as épocas, causador de todos os nossos males e do nosso atraso” (Queiroz, 1986, p. 105, *apud* Fino, 2021, p. 279).

O livro de Fino foi tema de reportagem do jornal português *Público* e, no Brasil, motivou uma entrevista para a *Folha de S. Paulo* que gerou controvérsia ao tratar do longo antilusitanismo. O texto “Brasil tem vergonha das origens portuguesas, diz autor de livro sobre estranhamento entre países” (Miranda, 2021) teve rebate: após uma semana, o jornal voltou à pauta no texto “Acadêmicos rechaçam tese de lusofobia entre brasileiros” (Miranda; Paixão, 2022). Fino publicou réplica – “Negação da lusofobia existente no Brasil por acadêmicos só confirma aquilo que defendo” (Fino, 2022) – que foi sucedida pelo artigo de opinião “Brasil ama a herança portuguesa”, do empresário José Manuel Diogo (2022), fundador da Associação Portugal-Brasil 200 anos, para quem faltaria base à tese da lusofobia.

Na entrevista raiz desse bate e rebate, Fino afirmou à correspondente em Lisboa, Giuliana Miranda, que o Brasil “acabou por apagar a importância da memória portuguesa” (Miranda, 2021, *on-line*) porque teve que realçar diferenças de Portugal para se distinguir. Para ele, a presença lusa seria indelével, no sangue, língua e história, porém “diminuída, desprezada, rejeitada” (2021, *on-line*). E foi além: sugeriu a Portugal abandonar o “blá-blá-blá da amizade luso-brasileira, que só existe nas quatro paredes dos eventos conjuntos. Logo que se sai dali, a realidade é completamente diferente. Isso só perturba, não adianta. É melhor nós aceitarmos a diferença para podermos



35 Carlos Fino

Irmãos de além-mar?

superá-la” (2021, *on-line*). A entrevista repercutiu de tal forma que levou ao rebate na reportagem com seis pesquisadores, como os historiadores Gladys Sabina Ribeiro, Lourenço Cardoso e Thiago Krause. A tônica de suas falas foi refutar a ideia de antilusitanismo na consciência do brasileiro.¹ Contestar-se ou não essa tese, é digno de nota ter partido de um ex-emigrante provisório.

1 Retomo o debate sobre o antilusitanismo em solo brasileiro adiante, no Epílogo desta obra.

Epílogo

UMA VEZ PRONTO, O PÃO REALÇA O SABOR ao amadurecer. Pode-se dizer o mesmo dos livros: o ideal é resfriar e maturar até saboreá-los. Evita-se comer o pão sem esfriar não só pelo calor, mas porque o gás carbônico pode ser indigesto. Baguetes, brioches e outros pães amadurecem logo, mas os de centeio e outros grandes só melhoram de doze a dezoito horas depois. Nos livros, a maturação da escrita também toma tempo. Estas páginas vêm de um neto que adoraria ter ouvido seu avô português ter tido mais vida para compartilhar seus olhares da imigração e lições da panificação.

* * *

O choro vem perto dos olhos
para que a dor transborde e caia.
O choro vem quase chorando
como a onda que toca na praia.

Descem dos céus ordens augustas
e o mar chama a onda para o centro.
O choro foge sem vestígios,
mas levando náufragos dentro.
(*Epigrama nº 4*, 1939, in Meireles, 1982, p. 43)

Irmãos de além-mar?

Praia e lágrimas se encontram nos versos acima. Assim imagino emoções de imigrantes como meus avós maternos, que cruzaram o oceano em anos distintos. Este livro com fragmentos de vida com traços comuns – nos sentidos de “ordinários” e “em comum” – transita igualmente entre algo alheio a nós, como a praia, e o mais íntimo, como as lágrimas. Para além de sagas, este ensaio é sobre imaginários de um deslocamento, o que remete aos versos abaixo, alusivos ao mar e à pedra, à água e ao sal, à praia e à vida... Também aqui tivemos como que uma retomada.

O mar azul e branco e as luzidias
Pedras – O arfado espaço
Onde o que está lavado se relava
Para o rito do espanto e do começo
Onde sou a mim mesma devolvida
Em sal espuma e concha regressada
À praia inicial da minha vida.
(*Inicial*, 1972, in Andresen, 2018, [n.p.])

Há um provérbio português que diz: “bocado de mau pão, não o comas, nem o dês a teu irmão”. Quem discordará? Já ao fim da escrita deste livro, descobri essa frase e sua variante: “bocado de mau pão, nem para ti, nem para o teu cão”. Cito-a, senão por outros motivos, por remeter à ideia de não fazer a terceiros o que não se faz a si.

Bocado de mau pão...

Ouvi muitas piadas de Manuéis e Joaquins na infância e confesso que até as passei adiante naqueles anos 1980: “Manuel saiu apressado de carro, não viu que ia na contramão até o guarda o parar e perguntar aonde ia. ‘Ora, pá, estava a *ire* ao teatro, mas devo estar atrasado, pois estão todos a *voltaire*’”. Filho e neto de portugueses, eu não via o ridículo de estereotipar a inteligência e o sotaque deles. Nem me incomodava.

Não deixaram saudade tais chistes de gosto duvidoso, ditas “piadas de salão” por falta de palavrões ou algo então julgado constrangedor de se ouvir

Epílogo

em família. “Sabe a última do...?” Ninguém objetava aludir a português estúpido, judeu sovina, argentino vaidoso *à la* Maradona, etc.

Talvez um episódio de 2019 na Universidade de Lisboa soe um revide de mau gosto àquelas troças aos portugueses. Ali, brasileiros foram alvo da hostilidade sem sutilezas de um grupo de alunos de Direito. Puseram caixote de madeira com pedras e o cartaz “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’ [que passou à frente no mestrado]”. “Brasuca” lá, qual “portuga” aqui, é um termo que ecoa o histórico de atrito com um imigrante de idioma comum. Desde então, têm crescido as notícias de discriminação também a crianças brasileiras imigrantes em Portugal.

Bem pior do que piadas de português era o preconceito elevado à violência física ou simbólica. Uma testemunha do antilusitanismo na Amazônia do século XIX foi Francisco Gomes de Amorim, autor que virou ativista antimigração após viver em Belém e Alenquer (PA) entre 1837 e 1846.¹ Ele saíra aos 9 anos do Minho, onde aliciadores diziam que se ganharia muito trabalhando pouco e que haveria muitas mulatinhas bonitas e pretos refrescando o ar com leques dourados. Foi caixeiro de patrões lusos e, por não ser tão servil, preferiu ser seringueiro.

Amorim não poupou a tinta ao retratar a aversão aos seus. *Ódio de raça*, peça abolicionista, atacou maus-tratos a negros africanos e brancos portugueses, mais explorados por compatriotas. A trama exibia rejeições entre pretos, mulatos e portugueses, que atraíam desconfiança peculiar. “Cuida que é só vir lá da sua terra roubar-nos o nosso dinheiro?” (Amorim, 1869, p. 23), diz o escravo mulato Domingos ao caixeiro Manuel, que se queixaria: “cuidei que te deixava [Portugal] para vir a um país de irmãos, e recebem-me como inimigo!” (1869, p. 25-26). A imagem do português como interesseiro era usual.

Uma cantiga passou da memória do escritor à peça por detratar quem ia da antiga metrópole para o Pará: “Marinheiro, pé de chumbo/ Calcanhar de frigideira/ Quem te deu a confiança/ De casar com brasileira?” (1869, p. 175). No livro da peça, Gomes de Amorim fez provocativa nota indagando como a imprensa brasileira reagiria se seus cidadãos ouvissem em Portugal “a milésima parte dos apodos [gracejos] afrontosos com que eles nos mimoseiam”

1 Ver capítulo 1.

(1869, p. 175). Para ele, brasileiros não avessos a “irmãos de além-mar” eram minoria.²

Os portugueses foram vítimas frequentes em revoltas com disputas nas relações credor-devedor, como a Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840) e a Revolta Praieira (Pernambuco, 1848-1850). Nesta, conforme apontado em *A Voz do Brasil* nº 76, de 17 de novembro de 1848, circulou a quadrinha “Cabra bixo do Brasil/ Nascido na casa forte,/ Já não teme a luza gente/ Pois se leva a xicote”, e uns queriam expulsar portugueses solteiros (*A Voz do Brasil*, 1948 *apud* Quintas, 1961, p. 35). Seu pleito de nacionalizar lojas voltaria nos motins “mata-marinheiros”, de ataques em casas lusas e de espancamentos até de quem só parecia português. No pasquim republicano *O Artista Pernambucano*, o editor Romualdo Alves de Oliveira clamou em 1853: “de nada nos serviu a Independência; porque, se antes dela o comércio se achava em poder dos portugueses, depois dela a mesma coisa ou pior, logo não somos nação, mas vis colonos, que suportamos a hidrofobia dos nossos senhores!” (Oliveira, 1853 *apud* Sodré, 1999, p. 155).

... não o comas...

Foi comum culpar imigrantes portugueses pelos preços altos de alimentos e de itens importados.

A defesa de limitar a posse de varejos a brasileiros teve pico nos anos 1890, quando o antilusitanismo tradicional foi agravado pela disparada da inflação, que comerciantes lusos atribuíam a fatores como a menor produção alimentar pós-abolição e a turbulência política. A fração de lojas e casas de aluguel de portugueses era tal no Rio³ que atraiu a ira de aliados de Floriano Peixoto automeados jacobinos que suspeitavam de conspiração de estrangeiros contra ele e a República. O custo de vida catalisou o jacobinismo, quando a imigração acirrou a luta por trabalho e as queixas de exploração.

O jornal *O Jacobino* atribuiu àqueles imigrantes até o câmbio desvalorizado e a prostituição na capital. Para “limpar” a nação até ela ficar próspera, queria expulsar estrangeiros críticos a brasileiros na imprensa e impedir famílias de casar filhas com portugueses. Liberdades civis eram vistas por publicistas do periódico como desculpa para proteger portugueses, ou fetiche de bacharéis, segundo a historiadora June Hahner (1976). Em outros

Epílogo

jornais florianistas, a autora viu queixas da “maligna influência portuguesa” (Hahner, 1976, p. 144; tradução minha) no comércio do Rio. Outro porta-voz do antilusitanismo foi o escritor Raul Pompeia, que, na edição de 7 de março de 1892 do *Jornal do Commercio*, disse ver dois povos: o brasileiro republicano nacionalista e o estrangeiro, sobretudo português, antinacional e monarquista (Pompeia, 1892, p. 1; Carvalho, 1987, p. 73).

Ainda antes desses arroubos ultranacionalistas, sentimentos lusóforos eram lidos em cartas anônimas à comunidade lusa. Uma, de 1891, transcrita em texto de Santos Júnior (2011, p. 107), prometeu “represálias que chegarão até a dinamite, o punhal ou o incêndio a pessoas e bens dos súditos portugueses, suspeitos de conspiradores. [...] essa Nação de exploradores sem entranhas. Recomeça a guerra dos mascates! Guerra à Nação portuguesa! Fora essa raça de judeus do ocidente”. Acusavam até sua ingerência na política interna.

Em lutas nas ruas cariocas, gritos de “Mata galegos” incitavam a violência contra os lusos. Conterrâneos xingavam de “galego” quem topava ter salários baixos que não aceitava em Portugal – certos trabalhos lá só atraíam gente da Galícia. Mas o xingamento se difundiu mesmo após 1822 e a abdicação do trono por D. Pedro I, e ficou mais popular pela alta concorrência no mercado de trabalho da capital na Primeira República. Aquele grito podia precipitar escaladas de insultos ou agressões sanguinolentas e traduzia ressentimentos de trabalhadores locais com o luso. Patrões viam brasileiros como vadios e desordeiros.

Anúncios de “Precisa-se de portugueses” não eram raros em jornais, segundo Gladys Sabina Ribeiro (1990), que captou em processos criminais e na imprensa raízes trabalhistas desse antilusitanismo. A rixa de nacionalidades é ilustrada por casos policiais recuperados pela pesquisadora. Em certo dia de 1917, ano de crise econômica e ondas de greves, quatro carvoeiros foram acusados pelo feitor português José Batista por “passarem o tempo sem trabalhar” (Autos policiais, 1917 *apud* Ribeiro, 1990, p. 53) e um vingou a demissão ferindo-o sem dó. Quase dez anos depois, um motorista brasileiro de 25 anos matou o português de 36 anos que o sucedeu quando o patrão o julgou “mau trabalhador” (Autos policiais, 1928 *apud* Ribeiro 1990, p. 56). O trabalho

2 Não custa lembrar que quem mais ridicularizou portugueses do Brasil na literatura foi um luso: Camilo Castelo Branco.

3 O personagem João Romão, do romance *O cortiço*, por exemplo, bem ilustra esse fato.

ganhou cara mais branca devido à política de “branqueamento” de bases pseudocientíficas: europeus entravam na massa proletária com boas-vindas do Estado e mercado, mas nem sempre das sociedades locais.

Se a conjugação entre a alta na produção cafeeira e a baixa oferta de trabalhadores tinha atraído imigrantes no início do século XX, sua entrada foi cerceada três décadas depois. Maiores estoques, falências e desemprego levaram à política anti-imigratória logo após 1930. O imigrante encarou cotas e perdeu direitos, como ao voto e a trabalhar no funcionalismo público, na pesca, na mineração e em profissões liberais. A “Lei dos 2/3”, de 1930, quis nacionalizar o trabalho, impondo a patrões ter ao menos dois terços de brasileiros natos em seus quadros, ameaçando empregos de antigos imigrantes e inibindo novas levas.⁴

... nem o dê a teu irmão

Quem vive no Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras ainda vê portugueses à frente de comércios, como foi o caso de meu avô materno entre 1953 e 1983 – a imigração só recuou de vez nos anos 1970 após queda relativa de 1930 até 1950, como vimos. Sou neto de um casal da Bairrada fixado na zona oeste carioca e vejo o antilusitanismo de outrora perder espaço em debates identitários sem merecer ser apagado pelo tempo decorrido.

Pouco se fala de imigrantes aqui até por eles não chegarem a 0,5% da nossa população há tempos. É intrigante, porém, persistirmos alheios a tal pauta candente mundo afora, ainda mais com a crescente mobilidade – ora livre, ora restringida – entre as várias fronteiras. O tema parece somente resurgir no Brasil diante de entradas em massa, com a de haitianos e venezuelanos nas ondas vistas no início e no fim dos anos 2010, respectivamente.

No tempo de listas telefônicas e “orelhões”, a Telemar exibiu propaganda na TV em que o português dono de uma padaria ficou popular entre vizinhos por anunciar na lista – “ô, Manuel da padaria!”, saudavam-no. Eu adorava as mínimas menções a imigrantes lusos, que sempre julguei menos lembrados – embora mais numerosos – do que japoneses e italianos. Nada como Zeca Baleiro cantar em beijar o português da padaria em *Telegrama*, num afeto ausente em tantas representações de lusitanos.

Epílogo

Disposto a pesquisar a imigração lusa, fui ouvir como ela foi vivida pelo “português da padaria”, não o da Telemar ou de *Telegrama*, mas de padarias Brasil afora. Ouvi gente como Fernando Tavares, que conheceu o pai Manuel aos 7 anos, após sair de Alvarenga para à família se unir de vez na Belém de 1975.⁵ O pai, antes agricultor, se empregara na padaria de um alvarenguense autor de sua carta de chamada, espécie de pré-contrato de trabalho/visto permanente. No Pará, os Tavares não tiveram dissabores como Gomes de Amorim, mas Fernando não se esqueceu do quanto implicaram com seu sotaque na escola, o que se somou à saudade dos avós e o fez relutar com a vida no Brasil em seu período inicial no país.

Gozações pelo sotaque não foram os únicos traços de lusofobia que ouvi em reminiscências de integrações não imunes a dissabores. Em São Paulo, outro Fernando foi alvo de chacotas na escola pela origem dos pais; a alcuinha variou de filho de “burrego”, “jumento” ou “bigoduda”.⁶ Seu pai João Ermílio da Cunha tinha trocado Arcos de Valdevez (Minho) pelo Recife em 1952 e fez 18 anos a bordo, com direito a porre no navio. Não testemunhou tardio “mata-marinheiros” de duas décadas antes, mas sobreviveu à pneumonia contraída nas madrugadas frias acordando às 3 horas para encher balaies de pão e circular como cocheiro.

Ao pedir entrevista na A Camponesa, em Curitiba, vi o quanto os portugueses podem se ressentir por estereótipos correntes no Brasil. Após telefonar e deixar recado em vão, dei uma incerta lá. Senti-me como numa tocaia e, quando António Garcia Matias chegou, apresentei-me como um pesquisador que vinha entrevistando “portugueses das padarias”. Ia contar-lhe que era um projeto apoiado por uma bolsa do governo luso, mas sua reação imediata foi se irritar: “Mas não têm só português em padaria! Essa visão que se tem da gente é absurda...”. Desfeito o mal-entendido, acabou dando depoimento em que o ressentimento parecia vir não do Brasil atual, mas da pátria sob Salazar que ele tinha deixado em 1956.⁷

Não importam tanto os antecedentes de atrito entre pessoas estrangeiras uma à outra. Nem importa o que fazemos de antecedentes alheios a nós. Aliás, corrijo-me: fatos anteriores, tanto quanto desdobramentos, importam.

- | | | | |
|---|---|---|-----------------|
| 4 | Sobre o embate que marcou a história do Recife, ver capítulo 3. | 6 | Ver capítulo 4. |
| 5 | Ver capítulo 5. | 7 | Ver capítulo 4. |

Irmãos de além-mar?

Quero só sublinhar que, por mais que o passado negue o mito hoje corrente do brasileiro sempre receptivo ao imigrante, seria fácil condenar o pecado de gerações que nos precederam a partir de livros como este. Não é com postura de magistrados que fomos convidados a rever vestígios da aversão entre cidadãos com limites imaginários que ora os afastam, ora os aproximam. Talvez a soma de indícios aqui informe menos de pessoas de carne e osso e mais desses isolamentos antissociais; afinal, não é só de migrantes, ainda menos só de Portugal, que tais indícios tratam.

Referências

- 200 ANOS, 200 livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 maio 2022. Ilustríssima. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/04/200-livros-importantes-para-entender-o-brasil/>. Acesso em: 20 maio 2022.
- ALBINO, Adriano. *Emigração (100 anos) – séc. XX: a diáspora dos portugueses*. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.
- ALMEIDA, José. [*Correspondência*]. Destinatário: seu irmão [inominado]. São Paulo, 03 jun. 1913. 1 carta. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Carta n. 205. Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/cartas/MI_CC_A0000205X.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.
- ALVES, Alice. *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*. 2009. 586 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História da Arte, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.
- ALVES, Jorge Fernandes. Entre nativismo e patriotismo: a repatriação dos pescadores poveiros emigrados no Brasil (1920). *Boletim Cultural*, Póvoa de Varzim, v. 52, p. 15-53, 2020.
- ALVES, Manoel. Entrevista com Manoel Alves. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, São Paulo, 13 jul. 2016.
- ALVES, Severino Martins. Entrevista com Severino Martins Alves. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Rio de Janeiro, 3 abr. 2017.
- AMADO, Jorge. Um clássico de nosso tempo. In: CASTRO, Ferreira de. *A selva*. São Paulo: Verbo, 1972. p. 17-20.
- AMÂNCIO, Thiago. Mortes: fazia três aniversários por ano para reunir os amigos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/mortes-fazia-tres-aniversarios-por-ano-para-reunir-os-amigos.shtml Acesso em: 11 jul. 2023.
- AMORIM, Francisco G. de. *Ódio de raça*. Lisboa: Typographia Universal, 1869 [1854].

- AMORIM, Francisco G. de. *Aleijões sociaes: o casamento e a mortalha no ceo se talha*. Lisboa: Typographia Universal, 1870.
- AMORIM, Francisco G. de. *Cantos matutinos*. 3. ed. Porto: Livraria Internacional, 1874.
- AMORIM, Francisco G. de. *As duas fiandeiras: romance de costumes populares*. Lisboa: Empreza Horas Romanticas, 1881.
- ANDRESEN, Sophia de Mello B. Inicial (1972). In: ANDRESEN, Sophia de Mello B. *Coral e outros poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.
- ARIANO FILHO, Antonio. [Correspondência]. Destinatário: seu pai [inominado]. Estado de São Paulo, 28 dez. 1911. 1 carta. Manuscrito. In: SIQUEIRA, Luciana F. *Edição semidiplomática de “cartas de chamada” de imigrantes portugueses (1911-1920)*. 2010. 257 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 71-73.
- ARQUIVO NACIONAL. *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. *Extinção dos morgados e capelas. Arquivo Nacional Torre do Tombo*. Lisboa, 17 fev. 2014. Disponível em: <http://ant.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais2/extincao-dos-morgados-e-capelas/>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- BALEIRO, Zeca. *Telegrama*. In: BALEIRO, Zeca. *Pet shop mundo cão*. São Paulo: MZA: Abril, 2002. 1 CD. Faixa 4.
- BARRETO, Gustavo. Um caso de tráfico de portugueses para o Brasil? Um incidente em julho de 1935. *Mídia Cidadã*, 21 maio 2014. Disponível: <http://midiacidada.org/um-caso-de-trafico-de-portugueses-para-o-brasil-um-incidente-em-julho-de-1935>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BARRETO, Lima. Manel Capineiro. *Era Nova*, Rio de Janeiro, ano I, n. v, p. 35-36, 21 ago. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/O97365/240>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BLOG OFICIAL ROBERTO LEAL. *Biografia*. Site, 2017. Disponível em: <http://robertolealoficial.blogspot.com/p/biografia.html>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- BORGES, Marcelo J. *Correntes de ouro: emigração portuguesa para a Argentina em perspectiva regional e transatlântica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. *E-book*.
- BOTELHO, Claudine de S.; LUZARDO, Oscar. Entrevista com Claudine de Sá Botelho e Oscar Luzardo. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Curitiba, 19 jul. 2016.
- BOTELHO, Claudine de S.; LUZARDO, Oscar. *Panifesto: à procura do pão para-naense*. Curitiba: Pulp, 2017.
- BRANDÃO, Silvana S.; LIRA, Hércules de L. *Tecnologia de panificação e confeitaria*. Recife: UDUFRPE, 2011.
- BRASIL. Decreto n. 5.891, de 20 de março de 1875. *Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. t. XXIV, pt. I-II, v. I, p. 248-252.
- BRASIL. Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. *Colecção de Leis do Brasil – 1890*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1890. Disponível em: <https://>

Referências

- www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. Decreto n. 4.247, de 06 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no territorio nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 484, 08 jan. 1921 (publicação original).
- BRASIL. Decreto n. 16.761, de 31 de dezembro de 1924. Prohibe a entrada no territorio nacional de immigrantes (passageiros de 2ª e 3ª classe) nos casos e condições previstos nos arts. 1º e 2º da lei n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 7929, 26 mar. 1925 (publicação original).
- BRASIL. Decreto-lei n. 19.482, de 12 dez. 1930. *Coleção de leis da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional do Brasil. 1930. v. 2, col. 1, p. 74.
- BRASIL. Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938. Regulamenta o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 16792, 22 ago. 1938 (publicação original).
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 9329, 30 out. 1969 (republicação).
- BRASIL. Emenda Constitucional de Revisão n. 3, de 07 de junho de 1994. Altera a alínea “c” do inciso I, a alínea “b” do inciso II, o § 1º e o inciso II do § 4º do art. 12 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 8289, 09 jun. 1994 (publicação original).
- BRASIL, Jaime. *Ferreira de Castro*. Lisboa: Arcádia, 1961.
- CARREIRA, Alfredo. Entrevista com Alfredo Carreira. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, São Paulo, 16 jul. 2016.
- CARTAS de um provinciano. *Correio Mercantil*, ano 1863, n. 293, 25 out. 1863. Páginas Menores, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/217280/per217280_1863_00293.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José R. C. Costa. *O Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. 1998. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros) – Universidade do Porto, Porto, 1998.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Eusébio Macário*. 6. ed. Porto: Chardron, 1887.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *Os brilhantes do brasileiro*. São Paulo: Escala, 2006.
- CASTRO, Ferreira de. *A selva*. São Paulo: Verbo, 1972a [1930].
- CASTRO, Ferreira de. Pequena história de “A selva”. In: CASTRO, Ferreira de. *A selva*. São Paulo: Verbo, 1972b [1955]. p. 23-32.
- CASTRO, Ferreira de. *Emigrantes*. 30. ed. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2017a [1928].
- CASTRO, Ferreira de. Pequena história de “Emigrantes”. In: CASTRO, Ferreira de.

- Emigrantes*. 30. ed. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2017b [1966]. p. 237-253.
- CORDEIRO, Carlos. A emigração açoriana para o Brasil nos debates parlamentares de meados do século XIX. In: SOUSA, Fernando de *et al.* (coord.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Cepese: Fronteira do Caos, 2011. p. 83-94.
- CORRÊA, Marco Antônio. Entrevista com Marco Antônio Corrêa. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, São Paulo, 15 jul. 2016.
- COSTA, Othon. *Camilo Castelo Branco e o Brasil*. Rio de Janeiro: Continental, 1956.
- COSTA LEITE, Joaquim da. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, Lisboa, v. XXIII, n. 97, p. 463-480, 1987.
- COSTA LEITE, Joaquim da. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 177-200.
- CUNHA, Fernando. Entrevista com Fernando Cunha. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, São Paulo, 14 jul. 2016.
- DESEMBARCAM os imigrantes portugueses. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 2800, 06 ago. 1935, Edição das 16 horas. p. 1.
- DIOGO, José Manuel. Brasil ama a herança portuguesa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2022. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2022/01/brasil-ama-a-heranca-portuguesa.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- ECOS [coluna]. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 1680, 21 mar. 1930, Edição das 19 horas. Ecos, p. 2.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003 [1938]. (Série Edições do Senado Federal, v. 1).
- ENTERROS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano 1912, edição 10237, 16 out. 1912. Vida Social, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%201911&pesq=morais%20filho&pagfis=14176. Acesso em: 11 jul. 2023.
- ESCOBAR, Ruth. *Maria Ruth*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- FÁBIO, Flávia de A. *Um álbum imaginário*: Insley Pacheco. 2005. 280 f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.
- FERNANDEZ, Leandro R. G. *Imigração portuguesa e hospitalidade: Casa de Portugal de São Paulo e seus eventos (1980-2010)*. 2016. 319 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- FINO, Carlos. *Portugal-Brasil: raízes do estranhamento*. Lisboa: Lisbon International Press, 2021.
- FINO, Carlos. Réplica: Negação da lusofobia existente no Brasil por acadêmicos só confirma aquilo que defendo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 jan. 2022. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/replica-negacao-da-lusofobia-existente-no-brasil-por-academicos-so-confirma-aquilo-que-defendo.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Referências

- FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. *Portugueses de papel: personagens portuguesas da ficção brasileira*. Lisboa: FLUL, 2016.
- FRAGOSO, Heleno C. Apresentação. In: ESCOBAR, Ruth. *Dossiê de uma rebelião*. São Paulo: Global, 1982. p. 9-10.
- FRANCO, Dr. Odair. *História da febre-amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.
- FREITAS, Sonia Maria de. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- FREITAS, Sonia Maria de. *Vida e obra do Comendador Montenegro: um lousanense visionário no Brasil*. São Paulo: Polo Printer, 2013.
- GAGO, Dora M. N. *Imagens do estrangeiro no diário de Miguel Torga*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- GASMAN, Nadine. Nota de pesar da ONU Mulheres pelo falecimento Ruth Escobar. *ONU Mulheres*, 07 out. 2017. Disponível em: www.onumulheres.org.br/noticias/nota-de- pesar-da-onu-mulheres-pelo-falecimento-ruth-escobar/. Acesso em: 28 fev. 2021.
- GIMENES, Miguel. Entrevista com Miguel Gimenes. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Natal, 20 jul. 2017.
- GOMES, Margarida Faisca. Entrevista com Margarida Faisca Gomes. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Curitiba, 20 jul. 2016.
- GONÇALVES, Antonio. Os imigrantes e o Brasil. *Época*, São Paulo, ed. 216, 08 jul. 2002, *on-line*.
- GONÇALVES, Joaquim Castro. O fotógrafo do imperador. *O Castro Manco*, 09 fev. 2016. Disponível em: <https://ocastromanco.blogspot.com.br/2016/02/o-fotografo-doimperador.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- GONÇALVES, Joaquim Cancela. Entrevista com Joaquim Cancela Gonçalves. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Curitiba, 21 jul. 2016.
- GRANGEIA, Mario Luis. *Sonho e pão: sagas da imigração portuguesa no Brasil*. Site, 2017a. Disponível em: <https://medium.com/sonho-e-pão>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- GRANGEIA, Mario Luis. Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do século XX. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 36, p. 1-20, 2017b.
- GRANGEIA, Mario Luis. Imigração no Brasil na literatura portuguesa do século XIX. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 33, n. 2, p. 1-22, 2018.
- GRANGEIA, Mario Luis. Renascidas no Brasil: Ruth Escobar, Leonor Xavier e a imigração como reinvenção. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, RGPL, v. 30, n. 42, p. 221-231, 2019.
- GRANGEIA, Mario Luis. Imigração na literatura: escritores portugueses e a vida no Brasil. *Letrônica*, Porto Alegre, PUCRS, v. 13, n. 3, p. 1-15, 2020a.
- GRANGEIA, Mario Luis. Memórias e imagens literárias da emigração portuguesa para o Brasil. In: LECHNER, Elsa; CAPINHA, Graça; KEATING, Maria Clara (org.). *Em migração em português: exílios, retornos, colonizações*. Coimbra: Almedina, 2020b. p. 105-128.
- GRANGEIA, Mario Luis. Imagens literárias da imigração portuguesa no Brasil do século XX. In: CHAVES, Vânia P. *et al.* (org.). *Caminhos cruzados: os portugueses e Portugal na ficção brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, 2021. p. 29-47.
- GRANGEIA, Mario Luis; SOUZA, Daniel M. *Portugueses em O cortiço e*

- Emigrantes: migração como degeneração ou miragem. *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, UFMG, v. 29, n. 3, p. 188-206, 2020.
- HAHNER, June E. Jacobinos versus Galegos: urban radicais versus Portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890's. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 18, n. 2, p. 125-154, May 1976.
- HOLANDA, Sérgio B. de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins, 1941. p. 5-35.
- HOLLIFIELD, James F. *Immigrants, markets and states: the political economy of postwar Europe*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000* (Banco Multidimensional de Estatísticas). Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/app/adhoc/index.jsp>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Migrações – Estrangeiros e naturalizados nos Censos Demográficos. *Séries históricas e estatísticas IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD105&t=migracoes-estrangeiros-naturalizados-censos-demograficos>. Acesso em: 06 fev. 2022.
- IMAGEM de trabalhador vem do dono da padaria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 abr. 1999. Terras à vista. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/500_7.htm. Acesso em: 16 jan. 2022.
- INSLEY Pacheco. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21635/insley-pacheco>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- INSPETORIA DE IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PORTO DE SANTOS. [Carta de chamada de José Joaquim Diniz Branco]. Santos, 07 jan. 1921. 1 carta. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Carta n. 846. Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/cartas/MI_CC_A0000846X.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.
- JORGE, Ricardo. *Brasil! Brasil!*: conferência na Academia Brasileira de Letras sobre o brasilismo em Portugal e alocuções proferidas no Rio e em S. Paulo de 30-6 a 25-7 de 1929. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930.
- KOIFMAN, Fabio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- LEAL, Roberto. Arrebita. In: LEAL, Roberto. *Roberto Leal*. São Paulo: RGE, 1973. 1 disco. Faixa 12.
- LEAL, Roberto. Canções do meu país. In: LEAL, Roberto. *Roberto Leal*. São Paulo: RGE, 1980. 1 disco. Faixa 7.
- LEAL, Roberto. Quem somos nós. In: LEAL, Roberto. *Quem somos nós*. São Paulo: RGE, 1990. 1 disco. Faixa 1.
- LEAL, Roberto. O imigrante. In: LEAL, Roberto. *Fadista*. Rio de Janeiro: Som Livre, 2003. 1 CD. Faixa 15.
- LEAL, Roberto. *As minhas montanhas: a grande viagem*. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.

Referências

- LEAL, Roberto. Obrigado Brasil! (Pra gente sambar). In: LEAL, Roberto. *Obrigado, Brasil! Os grandes sambas do Brasil*. São Paulo: MoviePlay, 2014. 1 CD. Faixa 5.
- LEVY, Maria Stella. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8 (supl.), p. 49-90, 1974.
- LOBÃO, Carlos Manuel G. *Uma cidade portuária – a Horta entre 1880-1926: sociedade e cultura com a política em fundo*. 2013. 593 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2013.
- LOBO, Eulália Maria L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. 5. ed. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- LOURENÇO, Eduardo. A nau de Ícaro ou o fim da emigração. In: LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1999]. p. 44-54.
- MAIA, Frederico. Entrevista com Frederico Maia. [Entrevista cedida a] Sonia Maria de Freitas. São Paulo, 2003. Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.
- MARQUES, Maria da Conceição. [Correspondência]. Destinatário: Anna Jesus (ou de Jesus) Pimenta. São Paulo, 22 abr. 1915. 1 carta. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Carta n. 756. Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/cartas/MI_CC_A0000756X.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.
- MARTINS, Ismênia de L. A capital federal e os imigrantes em registros literários. Rio de Janeiro, 1890-1920. In: MENEZES, Lena M. de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 13-25.
- MATHIAS, Marcello Duarte. *Diário da Abuxarda: 2007-2014*. Lisboa: D. Quixote, 2015.
- MATIAS, António Garcia. Entrevista com António Garcia Matias. [Entrevista cedida a] Sonia Maria de Freitas, Curitiba, 21 jul. 2016.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de L.; PEREIRA, Conceição M. (org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese: Afrontamento, 2007. p. 291-304.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013.
- MATOZZI, Martina. *Portugueses de torna-viagem: a representação da emigração na literatura portuguesa*. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Patrimônios de Influência Portuguesa) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.
- MEIRELES, Cecília. Epigrama nº 4 (1939). In: MEIRELES, Cecília. *Viagem; vaga música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 43.
- MENDES, José Sacchetta R. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2011.

- MENDES, Oswaldo. Rute Escobar, uma mulher possuída pelo desafio. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 ago. 1981. Ilustrada, p. 1. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7756>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- MENDONÇA, Luís C. de. *Recife mascate: a aventura empreendedora lusa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- MENEZES, Lená M. de. Imigração: aportes historiográficos. In: REZNIK, Luís (org.). *História da imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 17-38.
- MIRANDA, Giuliana. Brasil tem vergonha das origens portuguesas, diz autor de livro sobre estranhamento entre países. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez. 2021. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/brasil-tem-vergonha-das-origens-portuguesas-diz-autor-de-livro-sobre-estranhamento-entre-paises.shtml. Acesso em: 23 abr. 2022.
- MIRANDA, Giuliana; PAIXÃO, Mayara. Acadêmicos rechaçam tese de lusofobia entre brasileiros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/academicos-rechacam-tese-de-lusofobia-entre-brasileiros.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- MONTELLO, Josué. *O presidente Machado de Assis nos papéis e relíquias da Academia Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MONTE-NEGRO, João E. de C. *Opúsculo sobre a Colônia Nova-Louzã fundada por João Elisário de Carvalho Monte-Negro em 1867*. Campinas: Typografia da Gazeta de Campinas, 1872.
- MOREIRA, Maria da Anunciação; MOREIRA, Maria Madalena R. Entrevista com Maria da Anunciação Moreira e Maria Madalena R. Moreira. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Rio de Janeiro, 8 maio 2016.
- MOREIRA, Maria Emília. Entrevista com Maria Emília Moreira. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Rio de Janeiro, 9 mar. 2017.
- NOGUEIRA, Bruno. [Orelha do livro]. In: LEAL, Roberto. *As minhas montanhas: a grande viagem*. São Paulo: Universo dos Livros, 2012. Orelha.
- NOVA Louzã. *Gazeta de Campinas*, Campinas, ano III, n. 298, 17 out. 1872. Notícias. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=091995&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=1190>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- “OBRIGADO Brasil!”: os grandes sambas na voz de Roberto Leal. *A música brasileira*, 24 fev. 2014. Cultura. Disponível em: <https://amusicaportuguesa.blogspot.com/2014/02/obrigado-brasil-os-grandes-sambas-na-1271469>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Lisboa: David Corazzi, 1887-1891. 11 v.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Lisboa: David Corazzi, 1887. v. 1: A vida provincial: a paisagem, os campos, as praias, os monumentos.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Lisboa: David Corazzi, 1888. v. 4: O parlamentarismo.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Lisboa: David Corazzi, 1889. v. 7: A capital.
- ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*. Lisboa: David Corazzi, 1890. v. 10: Aspectos varios: da sociedade, da política, da administração.
- PACHECO, Elsa; ALVES, Jorge F. Rede migratória, integração social e refluxos.

Referências

- Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso. In: ARAÚJO, Maria Marta L. de et al. (org.). *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*. Braga: CITCEM; Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 171-190.
- PELLEGRINO, Hélio. Memoráveis memórias. In: ESCOBAR, Ruth. *Maria Ruth*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 9-12.
- PEREIRA, Amália; PEREIRA, Antônio. Entrevista com Amália Pereira e Antônio Pereira. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, São Paulo, 14 jul. 2016.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Lisboa: Instituto Camões, 2002.
- PIMENTEL, João Sarmiento. *Memórias do capitão*. 2. ed. Porto: Editorial Inova, 1974.
- PIRES, Rui Pena (coord.). *Portugal: atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.
- POMPÉIA, Raul. Lembranças da semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 70, n. 67, 7 mar. 1892, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=6803. Acesso em: 25 out. 2023.
- PORTUGAL. Artigo 31º. Constituição (1933). *Diário de Governo*, Lisboa, série I, nº 43, 22 fev. 1933. Suplemento, p. 4. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1933/02/04301/02270236.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados. *Primeiro inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- PORTUGAL. Decreto-lei 36.199, de 29 de março de 1947. *Diário do Governo*, Lisboa, série I, nº 72, 29 mar. 1947, p. 243. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1947/03/07200/02430243.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre: das farpas*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890. v. 1.
- QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre: das farpas*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891. v. 2.
- QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira: ensaio de interpretação*. Recife: Imprensa Universitária, 1961.
- RIBEIRO, Gladys S. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Maria Aparecida. Gente de todas as cores: imagens do Brasil na obra de Gomes de Amorim. *Máthesis*, Lisboa, n. 7. p. 117-164, 1º jan. 1998.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural; Divisão de Editoração, 1995. (Biblioteca Carioca, v. 4, série literatura).
- ROCHA, Gilberta P. N. A emigração nos Açores nos séculos XIX e XX – a necessidade, a solução, a valorização. *Comunidades Açorianas*, 29 nov. 2008. Disponível em: http://www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=50&idioma=PT. Acesso em: 23 set. 2017.
- ROSA [sobrenome inominado]. [Correspondência]. Destinatário: sua mãe

- [inominada]. Curitiba, 10 ago. 1921. 1 carta. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Carta n. 896. Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/cartas/MI_CC_A0000896X.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.
- ROSSINI, José Carlos. Navios: o Serpa Pinto. *Novo Milênio*, 07 jul. 2013. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/rossini/serpapain.htm>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- SANTOS, Baltazar Araujo dos. Entrevista com Baltazar Araujo dos Santos. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Niterói, 1º fev. 2017.
- SANTOS, Luiz Cláudio M. dos. *As relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. 2011. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS JÚNIOR, João J. G. dos. Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na República Velha. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 107-122, 2011.
- SCHWARCZ, Lília M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. *E-book*.
- SCOTT, Ana Sílvia. *Os portugueses*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SEBRAE. *Boas práticas na panificação e na confeitaria: da produção ao ponto de venda*. Brasília: Sebrae, 2010.
- SENA, Jorge de. Prefácio. In: PIMENTEL, João S. *Memórias do capitão*. 2. ed. Porto: Editorial Inova, 1974. p. 11-16.
- SERRÃO, Joel. *Emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- SILVA, Dina. Entrevista com Dina Silva. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Natal, 19 jul. 2017.
- SILVA, Innocencio F. da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos applicaveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. t. 17.
- SILVA, José Cardoso da. Entrevista com José Cardoso da Silva. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Belém, 18 jun. 2016.
- SIQUEIRA, Luciana F. *Edição semidiplomática de “cartas de chamada” de imigrantes portugueses (1911-1920)*. 2010. 257 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Fernando de. O primeiro inquérito português à emigração (1843). In: SARGES, Maria de N. *et al.* (org.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010. p. 275-283.
- SOUSA, Gentil Moreira de. Entrevista com Gentil Moreira de Sousa. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Niterói, 15 fev. 2017.
- TAVARES, Fernando. Entrevista com Fernando Tavares. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Belém, 18 jun. 2016.
- TORGA, Miguel. *A criação do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- TORGA, Miguel. *Traço de união: temas portugueses e brasileiros*. Lisboa: Glaciar, 2016.

Referências

- TRUZZI, Oswaldo; SCOTT, Ana Silvia V. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, série III, v. 6, p. 339-354, 2005.
- UN DESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs. Table 1: International migrant stock at mid-year by sex and by region, country or area of destination and origin, 1990-2020. *International Migrant Stock 2020: destination and origin*. Nova York: United Nations, 2020. Table 1. Disponível em: www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesapd_2020_ims_stock_by_sex_destination_and_origin.xlsx. Acesso em: 05 fev. 2022.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *A fotografia no Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- VILHENA, Virgolino P. Entrevista com Virgolino Pereira Vilhena. [Entrevista cedida a] Mario Luis Grangeia, Belo Horizonte, 15 set. 2016.
- VILLAS BÔAS, Maria X.; PADILLA, Beatriz. Rumo ao Sul: emigrantes portugueses no Sul do Brasil. *População e Sociedade*, Porto, n. 14/15, parte II, p. 115-129, 2007.
- WANDERLEY, Andrea C. T. O retratista Joaquim Insley Pacheco (c. 1830 – 14 de outubro de 1912). *Brasiliiana Fotográfica*, 14 out. 2016. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=6048>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- XAVIER, Leonor. *Atmosferas*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.
- XAVIER, Leonor. Novos domínios de afirmação da mulher na diáspora. In: AGUIAR, Maria Manuela. Encontro Mundial de Mulheres Portuguesas da Diáspora – Maia 2011. *Biblioteca Mulher Migrante*, 13 nov. 2012. Disponível em: <http://bibliotecamulhermigrante.blogspot.com/2012/11/textos-encontro-mundial-maia-2011.html>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- XAVIER, Leonor. *Portugueses do Brasil & brasileiros de Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro, 2016.
- XAVIER, Leonor. *Casas contadas*. Alfragide: Bis, 2018 [2009].

Créditos das figuras

- Figura 1 – Extraído e adaptado de Sousa (2010), p. 282. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/entre-mares.-o-brasil-dos-portugueses/o-primeiro-inquerito-portugues-a-emigracao-1843>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 2 – Domínio público. Disponível em: <https://2.bp.blogspot.com/-5ohez40qN1w/VqET6Yq44SI/AAAAAAAAAk8/dzV67tTYLsg/s1600/Insley%2BPacheco.jpg>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 3 – Domínio público. Disponível em: <https://i2.wp.com/www.mundolusiada.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Vida-obra-do-Comendador-Mon.jpg>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 4 – © Wikimedia Commons. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/84/Francisco_Gomes_de_Amorim_-_Retratos_de_portugueses_do_século_XIX_-28SOUSA%2C_Joaquim_Pedro_de%29.png. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 5 – © Wikimedia Commons. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Ferreira_de_Castro_-_Ilustração_%281Nov1933%29.png. Acesso em: 25 jan. 2024.
- Figura 6 – © Wikimedia Commons. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/68/Miguel_Torga_escritor.png/549px-Miguel_Torga_escritor.png?20210905115929. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 7 – Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Disponível via https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/cartas/MI_CC_A0001441X.pdf. Acesso em: 7 mar. 2024.
- Figura 8 – Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de

- São Paulo (APESP). Disponível em: <https://www.cultura.sp.gov.br/museu-da-imigracao-aborda-te-mas-como-genealogia-literatura-e-autobiografia-na-agenda-de-abril/>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 9 – Acervo *O Globo*.
- Figura 10 – Acervo familiar.
- Figura 11 – Domínio público. Fonte: Picryl Public Domain Media Source. Disponível em: <https://picryl.com/media/statelibqld-1-170591-serpa-pinto-ship-75dbbe?zoom=true>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 12 – Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_017_001_108_001.jpg. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 13 – Reprodução/Roda Viva/TV Cultura. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/atoms/image/ruth_escobar_reproducao_tv_cultura_-2.jpg. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 14 – Acervo familiar.
- Figura 15 – Acervo familiar.
- Figura 16 – © Mario Luis Grangeia. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/saga-portuguesa-em-ponto-cen-tenario-c4b18371091b. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 17 – Acervo familiar.
- Figura 18 – @Mario Luis Grangeia. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/um-veterano-da-panificacao-3e92ef5focd5.
- Figura 19 – Acervo familiar. Disponível em: www.gazeta-dopovo.com.br/curitiba/
- antonio-garcia-matias-respeito-ao-pao-e-a-origem-lusitana-01tzjjs-myjjitecmw8iqvovoh/. Acesso em: 7 mar. 2024.
- Figura 20 – Reprodução/TV Record. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/em-busca-da-árvore-das-patacas-2e6300ad32cd. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 21 – © Lis Vilaça. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/empreendedorismo-com-versatilidade-ab29e137c294. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 22 – © Lis Vilaça. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/saudades-e-promessa-de-futuro-46772efcbe35. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 23 – © FamilySearch.org. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/imigracao-na-maioridade-f326da85cb63. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 24 – © Lis Vilaça. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/uma-vida-entre-paes-e-versos-9f5a9b3e1e8. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 25 – © Mario Luis Grangeia. Disponível em: <https://medium.com/sonho-e-pão/quatro-decadas-de-pao-e-um-recorde-66be66efefe2>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- Figura 26 – Acervo familiar. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/paes-com-trigo-tempo-e-tradicoes-d-14fdc308885. Acesso em: 7 mar. 2024.
- Figura 27 – Acervo familiar.
- Figura 28 – © Wikimedia Commons. Disponível em: [https://simple.m.wikipedia.org/wiki/File:X-9_Paulistana_-_Roberto_Leal_\(4370626351\).jpg](https://simple.m.wikipedia.org/wiki/File:X-9_Paulistana_-_Roberto_Leal_(4370626351).jpg). Acesso em: 25 jan. 2024.
- Figura 29 – Extraído e adaptado de PIRES, Rui Pena (coord.). *Portugal: atlas das*

Créditos das figuras

migrações internacionais. Lisboa: Tinta-da-China, 2010. Disponível em: www.academia.edu/1255869/Portugal_An_Atlas_of_International_Migration. Acesso em: 25 jan. 2024.

Figura 30 – Editora Bertrand, Portugal. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/12/13/culturaipilon/noticia/escritora-jornalista-leonor-xavier-morre-78-anos-1988424>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 31 – © Lis Vilaça. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/trazendo-docuras-de-alem-mar-74e640c3abd9. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 32 – © Mario Luis Grangeia. Disponível em: <https://medium.com/sonho-e-pão/nos-passos-do-pai-6cd9d356563c>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 33 – © Mario Luis Grangeia. Disponível em: medium.com/sonho-e-pão/baixando-ancora-apos-tres-continentes-1e160369b493. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 34 – © Mario Luis Grangeia. Disponível em: <https://medium.com/sonho-e-pão/atracao-pela-cidade-adotiva-55c74656fbb4>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Figura 35 – © Wikimedia Commons. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/ff/CARLOS_FINO.jpg/800px-CARLOS_FINO.jpg. Acesso em: 13 jul. 2023.

Quarta capa – Acervo do Museu da Imigração do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Disponível em: https://acervodigital.museudaimigracao.org.br/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_017_001_108_001.jpg. Acesso em: 13 jul. 2023.

Nota pessoal e agradecimentos

CRESCI NUM LAR DE UMA PORTUGUESA e um pernambucano já participantes da vida carioca há mais de duas décadas. Daí eu sempre ter atentado a migrantes, e minhas lembranças musicais remotas incluírem um hino caro ao toca-discos dele (“inté mesmo a asa branca/ bateu asas do sertão”) e outro comum às festas de primos dela (“é uma casa portuguesa com certeza/ é com certeza uma casa portuguesa”). Eu apreciava mais a música de Luiz Gonzaga, mas o imaginário na voz de Amália Rodrigues me era mais familiar: a refeição farta mesmo em face da austeridade lusitana ressoava mais em mim do que a seca e a fome.

Há uma razão também afetiva neste livro (indico outras na Introdução). Tento abrandar a ausência do avô de quem herdei o primeiro nome e da avó falecida quando eu recém-concluía uma versão inicial desta obra. Mario se foi aos 58 anos, baleado diante de casa em Bangu por dois homens que levaram sua vida em vez do Fiat Panorama bege cuja chave, benzida em Aparecida, ele entregou em vão. Tal infâmia o privou de sua família e vice-versa. Eu lhe teria indagado da imigração e da sua lida diária, a panificação. Mas eu tinha só três anos e passara seis meses a seus cuidados e de sua Maria da Anunciação, que nos abraçou com seu sorriso, otimismo e olhos azuis mais 36 anos, até ela partir do leito da Casa de Portugal, hospital na zona norte carioca. Ter ouvido tão apenas palavras de apreço por eles avivou a curiosidade por nossas raízes e seu fincar em solo brasileiro.

Comecei a estudar melhor o fluxo Portugal-Brasil entrevistando minhas avó e tia, outros imigrantes e filhos/netos. No *blog Sonho e pão: sagas da imigração portuguesa no Brasil*, apoiado pelo Centro Nacional de Cultura (Portugal), retratei “portugueses do Brasil” em seis cidades (até lancei-o no dia em que meu avô faria 92 anos). O *blog* ilustra um perfil de longa data no imaginário da presença lusa, o “português da padaria”, figura notável em tantas metrópoles. Recolhi histórias como a do sócio da padaria paulistana Bella Paulista que veio no ventre da mãe e a do casal afastado mais de ano até o confeitiro se capitalizar em Curitiba e então ela imigrar. Dois meses após o *blog*, nasceu minha filha Lila. Quando era bebê, minhas facetas pai e pesquisador se entrelaçavam ao me dedicar a ela e a um projeto financiado pela Fundação Biblioteca Nacional, para desvelar olhares à imigração no Brasil entre escritores portugueses dos séculos XIX/XX (não sendo viável entrevistas de primeiras levas, apelei à literatura, fonte sem fim de imaginários e sagas).

Este livro, dedicado à memória de meus avós, reaviva minha gratidão a cada imigrante e lusodescendente que entrevistei na segunda metade dos anos 2010 – e tantos outros com que mantive laços de amizade e familiares. Sigo igualmente grato às já referidas instituições culturais e cito seus profissionais que acompanharam meus projetos de perto; em nome de Alexandra Prista e de Carlos Gastão Tassano Neto, agradeço a seus pares que mantêm viáveis as bolsas Criar Lusofonia (CNC) e o Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (FBN).

Agradeço a cada profissional da Editora UFRJ engajado neste livro e aos dois professores que gentilmente participaram dele com a Apresentação e o texto da quarta capa: Mohammed ElHajji e Elisa Reis, outrora cúmplices na iniciação científica na ECO/UFRJ e nos projetos no PPGSA/UFRJ. Alegro-me ler palavras tão generosas deles neste livro escrito por um fã de seus grupos dedicados a pesquisar tópicos vinculados às migrações e à desigualdade.

Sou grato aos amigos coautores de estudos, com quem aprendi tanto e me influenciaram em linhas e entrelinhas: Daniel Moutinho, Felix Lopez, Flavio Carvalhaes, Joris Thijm, Luciana de Souza Leão e Matias López. Fica uma gratidão grande ao amigo Thiago Lacaz, autor dos belos projeto gráfico e capa, com quem renovo parceria de dois de meus livros. E também à Jocimara Brito, pela parceria na transcrição de tantas vozes portuguesas, e ao Museu da Imigração do Estado de São Paulo, pela gentil cessão de imagens e de entrevistas para este livro.

Nota pessoal e agradecimentos

Agradeço aos Grangeias crescidos em Bangu (minha mãe Marília e tios Maria Madalena e Mario Amandio), no eixo Flamengo-Laranjeiras (minha irmã Mariangela e meus primos Carolina, Camila e Gabriel) e ainda no eixo Catete-Glória: Lila e meu sobrinho Guilherme. Meu pai Albenides é outro cúmplice de longa data desta saga e também a ele sou grato.

Este livro foi composto para a Editora UFRJ em março de 2024, mês do bicentenário da primeira Constituição do Brasil, principal marco legal do seu processo de independência política. Foram usados os tipos Futura Now e Tiempos Text.

Quarta capa

Imigrante português
entregando pão
com sua carroça
(São Paulo, 1950)

MARIO LUIS GRANGEIA é doutor e mestre em Sociologia (UFRJ), especialista em Sociologia Política e Cultura e em História e Cultura Afrodescendente (PUC-Rio) e bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UFRJ). Autor de ensaios que articulam cidadania e cultura, como os livros *Brasil: Cazuza, Renato Russo e a transição democrática* e *Os Paralamas do Sucesso: Selvagem?*, e coautor de *Conectando as ciências humanas: novos olhares sobre a transdisciplinaridade*, atua como pesquisador associado do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (UFRJ) e do Albert Hirschman Centre on Democracy (Geneva Graduate Institute).



“MARIO LUIS GRANGEIA oferece ao leitor uma oportunidade ímpar para se inteirar e refletir sobre um tema surpreendentemente pouco explorado entre nós, a imigração portuguesa para o Brasil. Reunindo de forma competente e prazerosa pesquisa histórica e literária, depoimentos e suas próprias reflexões de cientista social e neto de imigrantes portugueses, o autor nos faz cúmplices de seu trabalho, pois a leitura nos envolve e nos seduz.”

Elisa P. Reis
professora titular da UFRJ

“OBSERVAÇÃO, CONVERSAÇÃO, testemunho, análise discursiva, relato historiográfico ou arqueologia documental, a abordagem panorâmica adotada pelo autor se destaca por sua acessibilidade, compreensibilidade e amplitude. Ilumina as várias facetas e níveis do objeto exposto de modo igual, sem deixar ângulos cegos ou regiões obscuras; e retrata desde os aspectos materiais de ordem econômica, política e jurídica até as dimensões de cunho simbólico como as práticas culturais, as relações sociais ou a produção de imaginários relacionados a essa mobilidade histórica.”

Mohammed ElHajji
professor titular da UFRJ

